



ISSN 2175-9278

**Boletim Regional 2024**  
Volume 19



# Boletim Regional 2024

Volume 19

ISSN 2175-9278  
CNPJ 00.038.166/0001-05

# Boletim Regional

Publicação anual do Banco Central do Brasil/Departamento Econômico.

Os textos, as tabelas e os gráficos são de responsabilidade do **Departamento Econômico (Depec)** (*e-mail*: [depec@bcb.gov.br](mailto:depec@bcb.gov.br)).

É permitida a reprodução das matérias, desde que mencionada a fonte: Boletim Regional do Banco Central do Brasil, v. 19.

## Convenções estatísticas

- ... dados desconhecidos.
  - dados nulos ou indicação de que a rubrica assinalada é inexistente.
- 0 ou 0,0** menor que a metade do último algarismo, à direita, assinalado.
- \* dados preliminares.

O hífen (-) entre anos (2004-2006) indica o total de anos, incluindo o primeiro e o último.

A barra (/) utilizada entre anos (2004/2006) indica a média anual dos anos assinalados, incluindo o primeiro e o último, ou, se especificado no texto, ano-safra ou ano-convênio.

Eventuais divergências entre dados e totais ou variações percentuais são provenientes de arredondamentos.

Não são citadas as fontes dos quadros e gráficos de autoria exclusiva do Banco Central do Brasil.

## Atendimento ao Cidadão

Banco Central do Brasil  
SBS – Quadra 3 – Bloco B – Edifício-Sede – 2º subsolo  
70074-900 Brasília – DF  
Telefone: 145 (custo de ligação local)  
Internet: <<https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/faleconosco>>





# Sumário

<b>Apresentação</b>	<b>5</b>
<b>Sumário executivo</b>	<b>6</b>
<b>1 Atividade econômica</b>	<b>7</b>
<b>2 Mercado de Trabalho</b>	<b>13</b>
<b>3 Crédito</b>	<b>18</b>
<b>4 Balança Comercial</b>	<b>23</b>
<b>5 Inflação</b>	<b>27</b>
<b>Boxes</b>	
Impactos das enchentes de maio na atividade econômica e no mercado de trabalho do Rio Grande do Sul	32
Enchentes no Rio Grande do Sul e preços na região metropolitana de Porto Alegre	40
<b>Apêndice</b>	<b>44</b>



# Apresentação

**O Boletim Regional (BR) é uma publicação do Banco Central do Brasil (BC) voltada à análise da conjuntura macroeconômica doméstica em nível regional.** Esta edição é referente ao ano de 2024.

**Entre a sua primeira edição e a edição publicada no início de 2023, com dados até dezembro de 2022, o Boletim teve periodicidade trimestral e seu conteúdo estava estruturado em torno do recorte regional.** Havia um capítulo para cada Grande Região e alguns estados – aqueles com representação do Banco Central e maior disponibilidade de dados – eram analisados separadamente. Um capítulo final discutia a atividade econômica nacional à luz dos indicadores regionais.

**Em sua nova versão, que teve início na edição referente a 2023, o Boletim tem periodicidade anual e adota uma estrutura temática.** Para privilegiar a análise comparativa, os capítulos agora são divididos pelos seguintes assuntos: atividade econômica, mercado de trabalho, crédito, balança comercial e inflação. A nova estrutura facilita a identificação de movimentos comuns a todo país e de peculiaridades regionais em cada um dos temas analisados. Em geral, o texto trata das Grandes Regiões, mas o Boletim agora conta com um apêndice com dezenas de tabelas com dados por estado, para consulta pelo leitor interessado. Por fim, o BR continua a incluir boxes com análises mais detalhadas sobre temas específicos.

# Sumário executivo

**A economia brasileira e suas cinco regiões apresentaram crescimento robusto em 2024.** No país, o crescimento no ano foi concentrado nos setores mais sensíveis ao ciclo econômico e maior que o observado no ano anterior. Padrão semelhante foi observado na maior parte das regiões do país. Apenas o Centro-Oeste registrou uma redução da taxa de crescimento em relação a 2023, associada ao desempenho do seu setor agropecuário. No âmbito regional, a desaceleração no final do ano observada na economia nacional só não foi observada na região Sul, o que em parte se explica pelo impacto negativo das enchentes de maio sobre a economia gaúcha no segundo trimestre do ano, que em geral se mostraram temporários. O boxe “Impactos das enchentes de maio na atividade econômica e no mercado de trabalho do Rio Grande do Sul” discute com detalhes o impacto das enchentes sobre a economia do Rio Grande do Sul.

**O mercado de trabalho se manteve aquecido e a diminuição da taxa de desocupação foi disseminada entre as regiões.** A região Nordeste, onde se observou o maior recuo, é a única região onde em 2024 a taxa de desocupação não atingiu o menor valor da sua série histórica. A expansão da população ocupada e do emprego com carteira assinada também foi disseminado. O crescimento do rendimento real médio foi menor do que em 2023, mas se manteve forte; a alta foi disseminada entre as regiões com exceção do Norte, onde o rendimento real médio recuou.

**O crédito bancário apresentou crescimento expressivo, com aumento do ritmo de crescimento em quase todas as regiões.** Apenas o Centro-Oeste registrou desaceleração do saldo de crédito, afetado pela queda nas concessões do crédito rural. Em geral, o destaque do crescimento na maioria das regiões foi o segmento de crédito com recursos livres. A taxa de inadimplência manteve-se relativamente estável, com melhora no Nordeste e no Sudeste e piora no Centro-Oeste.

**Apesar de permanecer em patamar positivo e elevado no nível nacional, o saldo da balança comercial em 2024 foi menor do que em 2023, ou mais negativo, tanto no agregado como em todas as regiões.** Em geral, observou-se dinâmicas semelhantes nas diferentes regiões do país: forte aumento no volume de importações – que superou o efeito da queda dos preços dos produtos importados – e relativa estabilidade das exportações. A região Centro-Oeste – que registrou forte queda das exportações e pequena queda das importações, ambas associadas ao desempenho do seu setor agrícola – foi novamente a exceção.

**Por fim, a inflação continuou elevada e, como usual, teve comportamento relativamente homogêneo entre as regiões.** Os preços de alimentos foram os que registraram alta mais pronunciada, mas os núcleos de inflação também pressionados indicam um processo inflacionário abrangente. Como usual, não se observou grandes diferenças de inflação entre as regiões. O maior destaque foi a variação mais baixa observada na região Sul, onde os preços de alimentos registraram alta mais moderada. O boxe “Enchentes no Rio Grande do Sul e preços na região metropolitana de Porto Alegre” discute o impacto das enchentes de maio sobre a evolução dos preços na região metropolitana de Porto Alegre.

**Em resumo, 2024 foi um ano em que os desempenhos econômicos de todas as regiões brasileiras compartilharam, de modo geral, as principais características observadas em nível nacional.** Foram constatados crescimento robusto da atividade, mercado de trabalho aquecido e inflação elevada e disseminada. Os principais desvios em relação a esse padrão decorreram do recuo da safra de grãos no Centro-Oeste e dos impactos das enchentes no Rio Grande do Sul sobre a economia do estado e da região Sul.

# 1

## Atividade econômica

**A economia brasileira registrou crescimento robusto em 2024 – ligeiramente maior do que o dos dois anos anteriores e concentrado nos setores mais sensíveis ao ciclo econômico –, mas desacelerou no final do ano.** O Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 3,4% em 2024, após altas de 3,0% e 3,2% em 2022 e 2023, superando as expectativas iniciais do ano.<sup>1</sup> A indústria cresceu de forma disseminada, acelerando em relação ao ano anterior, com altas expressivas na indústria de transformação, na construção e em “eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos” (EGAER). O desempenho do setor de serviços também superou o do ano anterior, com crescimento em todos os segmentos. Já a agropecuária registrou retração após forte alta em 2023, com queda na produção de soja e milho, influenciada por efeitos climáticos adversos. No lado da demanda, destacaram-se os aumentos no consumo das famílias – impulsionado pelos crescimentos da renda das famílias e do crédito –, na Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) e nas importações (Tabela 1.1). Contudo, a economia desacelerou na segunda metade do ano, particularmente no último trimestre, com arrefecimento nos setores mais sensíveis ao ciclo e na demanda doméstica.

**Tabela 1.1 – Produto Interno Bruto**

Acumulado no ano

Discriminação	Peso (2023)	2020	2021	2022	2023	2024	Variação %
<b>PIB a preços de mercado</b>	<b>100,0</b>	<b>-3,3</b>	<b>4,8</b>	<b>3,0</b>	<b>3,2</b>	<b>3,4</b>	
Agropecuária	6,0	4,2	0,0	-1,1	16,3	-3,2	
Indústria	22,1	-3,0	5,0	1,5	1,7	3,3	
Serviços	59,2	-3,7	4,8	4,3	2,8	3,7	
Impostos	12,7	-3,8	6,2	2,3	2,3	5,5	
Consumo das famílias	62,9	-4,6	3,0	4,1	3,2	4,8	
Consumo do governo	19,0	-3,7	4,2	2,1	3,8	1,9	
FBCF	16,4	-1,7	12,9	1,1	-3,0	7,3	
Exportação	18,0	-2,3	4,4	5,7	8,9	2,9	
Importação	-15,7	-9,5	13,8	1,0	-1,2	14,7	

Fonte: IBGE

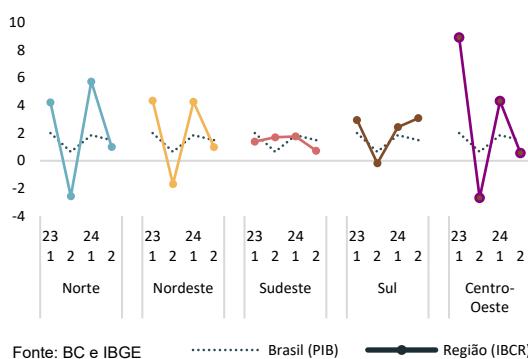
**A desaceleração da atividade econômica ocorrida entre o primeiro e o segundo semestre de 2024 ocorreu em todas as regiões, com exceção do Sul (Gráfico 1.1).** A queda no ritmo de expansão foi mais intensa no Norte, no Centro-Oeste e no Nordeste, regiões que apresentaram forte crescimento no primeiro semestre, após quedas na segunda metade de 2023. No Sudeste, após a atividade econômica da região acelerar nos três semestres anteriores, a desaceleração no segundo semestre foi menos intensa do que nas outras três regiões já citadas, ficando mais próxima da observada no nível nacional. No Sul, a atividade acelerou no segundo semestre, em parte por influência da recuperação da economia após as enchentes que atingiram o Rio Grande do Sul no segundo trimestre.<sup>2</sup>

1/ Na data de corte do Relatório de Inflação de março de 2024, o BC projetava alta de 1,9%, enquanto a mediana das projeções do relatório Focus estava em 1,8%.

2/ O boxe [Impactos das enchentes de maio na atividade econômica e no mercado de trabalho do Rio Grande do Sul](#) discute os impactos das enchentes na economia do Rio Grande do Sul.

**Gráfico 1.1 – IBCR (regiões) e PIB (Brasil)**

Variação % semestral, a.s.



Fonte: BC e IBGE

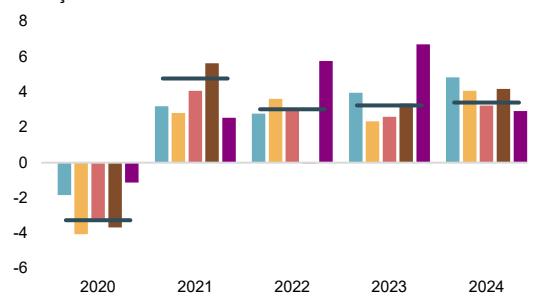
..... Brasil (PIB)

— Região (IBCR)

**O crescimento da atividade em 2024 foi disseminado regionalmente, com alta em todas as cinco regiões e nas treze Unidades da Federação (UF) para as quais o Índice de Atividade Econômica Regional (IBCR)<sup>3</sup> é calculado.** Destacaram-se as altas nas regiões Norte, Sul e Nordeste, que cresceram acima da média nacional (Gráfico 1.2). Entre as UF, Santa Catarina, Pará e Ceará apresentaram as maiores expansões (Gráfico 1.3). No mesmo sentido, Amazonas, Pernambuco, Rio Grande do Sul e São Paulo cresceram acima da média nacional, enquanto Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo, estados com grande participação da indústria extrativa, apresentaram variações do IBCR abaixo do resultado agregado do país.

**Gráfico 1.2 – IBCR (regiões) e PIB (Brasil)**

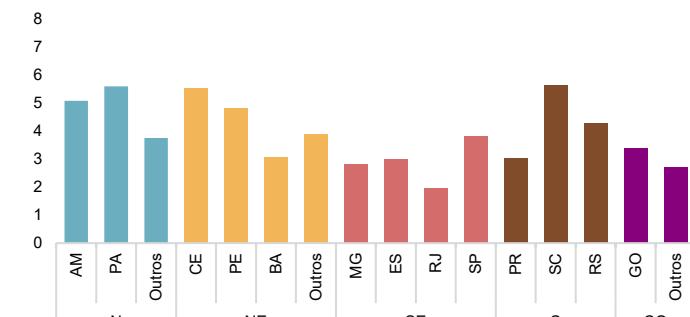
Variação %



Fonte: BC e IBGE

**Gráfico 1.3 – IBCR - 2024**

Variação %



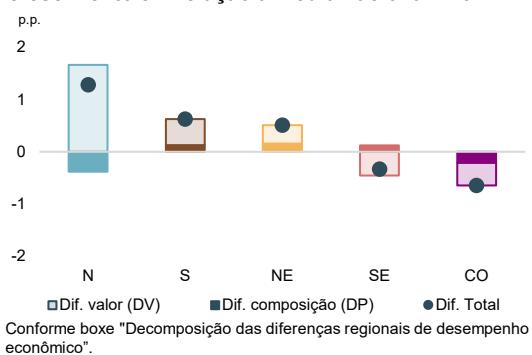
**Os crescimentos acima da média nacional observados nas regiões Norte, Nordeste e Sul em 2024 decorreram majoritariamente do desempenho da atividade econômica e menos da estrutura produtiva nessas regiões.** Decompondo-se a diferença entre a taxas de crescimento do IBCR de cada região e o desempenho nacional<sup>4</sup> (Gráfico 1.4), observa-se que o desempenho das três regiões foi mais influenciado pelas diferenças de crescimento das atividades econômica em cada uma delas (efeito DV). Além disso, no Nordeste e no Sul, a estrutura econômica (efeito DP) também contribuiu positivamente para o crescimento, enquanto no Norte, os menores pesos relativos das atividades financeiras e de "outros serviços" atenuaram um pouco o crescimento da região. No Centro-Oeste, a maior participação relativa da agropecuária foi a principal responsável pelo desempenho menos positivo da região.<sup>5</sup>

3/ As Contas Regionais são divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) aproximadamente dois anos após o encerramento do período. Em razão disso, o IBCR, produzido pelo BC, foi utilizado para avaliação regional da atividade econômica em 2024.

4/ Ver boxe [Decomposição das diferenças regionais de desempenho econômico](#) no BR de 2023. As diferenças entre as taxas de crescimento do IBCR de cada região e o desempenho nacional são decompostas em dois efeitos: um que captura diferenças de ponderação de segmentos (DP) e outro que captura diferenças de crescimento dentro de um mesmo segmento (DV). A agregação das variações do IBCR foi utilizada nesse exercício como medida do desempenho nacional.

5/ A análise setorial do IBCR está baseada nos indicadores utilizados nas etapas de cálculo. Para mais informações, vide o boxe [Índice de Atividade Econômica Regional \(IBCR\) – revisão metodológica](#), do Boletim de abril de 2017 e [Atualização dos indicadores usados no cálculo do Índice de Atividade Econômica Regional \(IBCR\)](#), do Boletim de fevereiro de 2022.

**Gráfico 1.4 – Decomposição da diferença de crescimento em relação à média nacional - 2024**



**A região Norte foi a que apresentou a maior taxa de crescimento entre as regiões, com alta em todos os setores.** O crescimento do IBCR em 2024 foi de 4,8% na região, comparado a 4,0% em 2023. A região Norte, que representa aproximadamente 5,8% do Valor Adicionado Bruto (VAB) nacional, contribuiu com 8,9% do crescimento total, tendo crescido 1,3 p.p. acima da média nacional. A indústria registrou avanços em todos os segmentos, com destaque para a indústria de transformação. No setor de serviços, o crescimento também foi disseminado, com as maiores contribuições vindas das atividades de administração pública e comércio. Análise por UF revela que o crescimento voltou a acelerar no Amazonas – com melhoria de desempenho nas atividades de comércio, transporte e administração pública – e se manteve elevado no Pará – com aumentos mais expressivos na indústria de transformação, comércio e administração pública compensando o desempenho mais fraco na indústria extrativa e em “outros serviços”.

**No Nordeste o crescimento também acelerou em 2024, com avanços em todos os setores.** O crescimento do IBCR em 2024 foi 4,1% na região, comparado a 2,3% em 2023. Para a aceleração contribuíram os crescimentos em administração pública, indústria de transformação e comércio. Por UF, houve aceleração nos três estados com informações do IBCR. O Ceará registrou a maior aceleração e o maior crescimento entre os estados da região, com recuperação da indústria de transformação (particularmente, vestuário e couro e calçados) e da agropecuária e aceleração expressiva de “outros serviços”.

**No Sudeste, o crescimento aumentou, mas permaneceu ligeiramente abaixo da média nacional.** O IBCR na região avançou 3,2% em 2024, após alta de 2,6% em 2023. O melhor desempenho foi influenciado pelos avanços na indústria de transformação, construção e “outros serviços”, parcialmente compensados pelos resultados mais fracos na indústria extrativa e na agropecuária. São Paulo registrou o maior crescimento entre os estados da região e foi o único a apresentar aceleração em relação ao ano anterior, decorrente principalmente pelo maior avanço na transformação e “outros serviços”. Nos outros estados, a desaceleração se deveu à indústria extrativa, no Rio de Janeiro e no Espírito Santo, e à agropecuária, em Minas Gerais.

**A região Sul apresentou o segundo melhor desempenho regional, impulsionado pela indústria e pelo setor de serviços.** O crescimento do IBCR em 2024 foi de 4,2% na região, comparado à alta de 3,3% em 2023. A alta na indústria foi puxada pela indústria de transformação, enquanto no setor de serviços as maiores contribuições vieram das atividades de comércio e “outros serviços”. Santa Catarina registrou o maior avanço do IBCR (5,6%) entre todas as treze UF para as quais o IBCR é calculado. No Rio Grande do Sul, a despeito dos impactos negativos sobre a produção e dos danos causados pelas enchentes em maio, a economia cresceu mais que no ano anterior, com maior avanço do comércio e da agropecuária.<sup>6</sup> Já no Paraná, a atividade econômica registrou desaceleração, com queda na agropecuária (especialmente soja e milho).

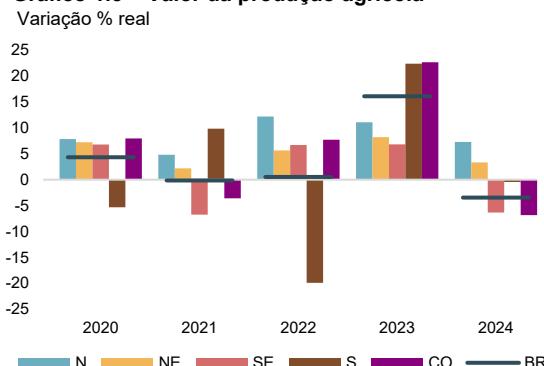
**Após registrar o melhor desempenho regional em 2022 e 2023, o Centro-Oeste apresentou o crescimento mais baixo em 2024, impactado pelo desempenho da agropecuária.** O crescimento do IBCR em 2024 desacelerou para 2,9% na região, após alta de 6,7% em 2023. A queda na agropecuária, com de 18,2% no

6/ Ver boxe [Impacto das enchentes de maio na atividade econômica e no mercado de trabalho do Rio Grande do Sul](#).

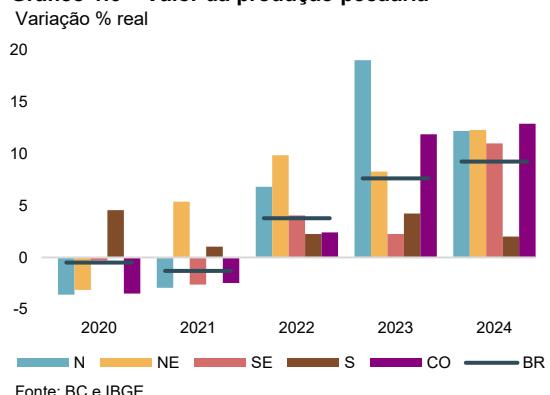
VAB regional, refletiu os recuos na produção agrícola, especialmente no Mato Grosso e no Mato Grosso do Sul. Em sentido oposto, as atividades financeiras, administração pública e comércio apresentam as expansões mais expressivas. Goiás – a única UF da região com IBCR calculado – apresentou crescimento ligeiramente abaixo da média nacional, com desaceleração importante em relação a 2023.

**A produção agrícola apresentou queda em 2024, fortemente influenciada por recuos na produção de soja e milho.** As UF que tiveram os piores desempenhos na agricultura foram Mato Grosso do Sul e Paraná, ambos em decorrência da queda da produção de soja. As que tiveram os melhores desempenhos foram Pernambuco e Rio Grande do Sul, em decorrência de aumentos expressivos na produção de uva e soja, respectivamente. Por outro lado, a pecuária cresceu influenciada principalmente por bovinos, com altas expressivas dos abates em quase todas as regiões.

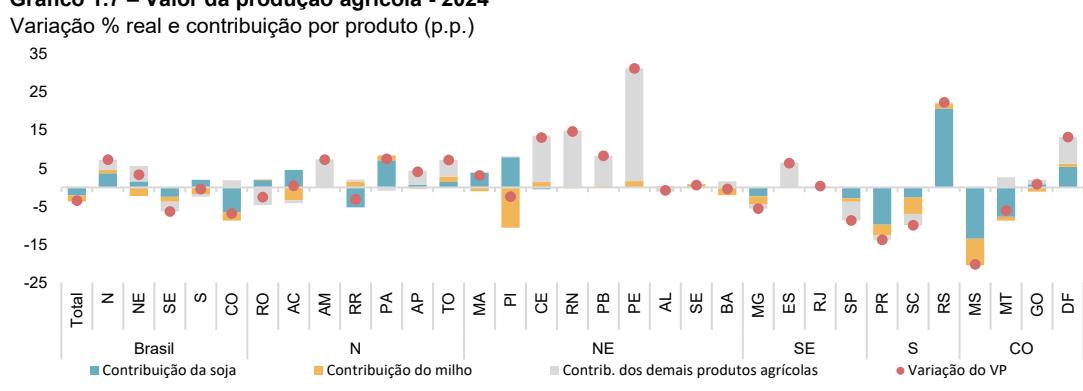
**Gráfico 1.5 – Valor da produção agrícola**



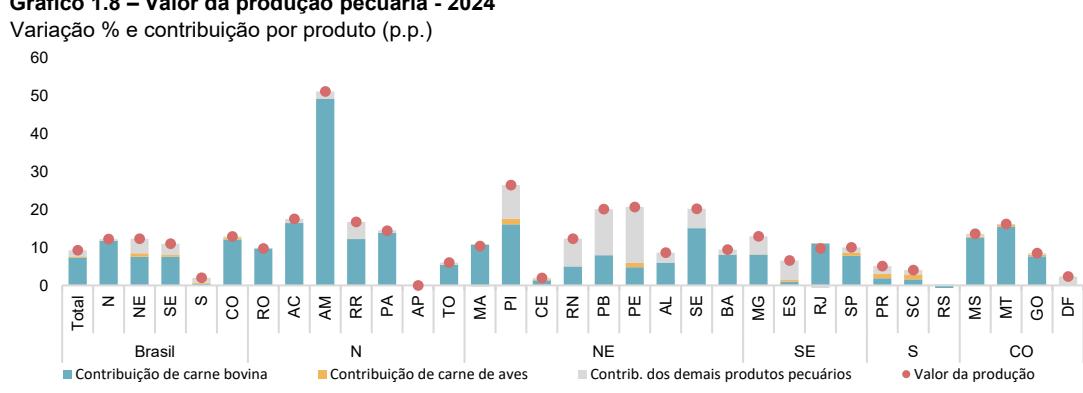
**Gráfico 1.6 – Valor da produção pecuária**



**Gráfico 1.7 – Valor da produção agrícola - 2024**

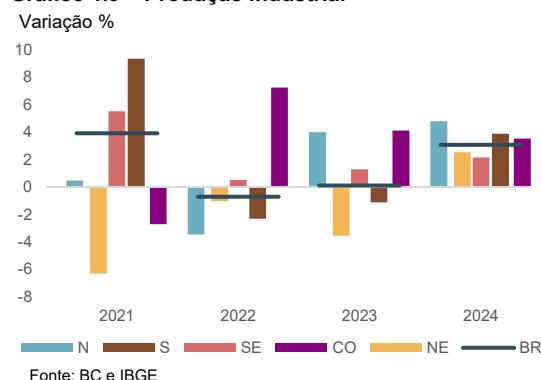


**Gráfico 1.8 – Valor da produção pecuária - 2024**



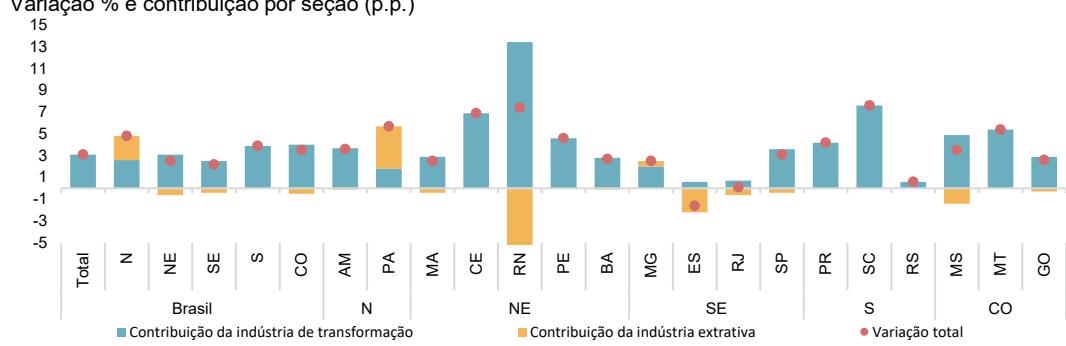
**A produção industrial apresentou crescimento relevante em 2024, disseminado entre regiões e puxado pela indústria de transformação.** O crescimento da indústria geral foi de 3,1% em 2024, com alta de 3,7% na indústria de transformação e estabilidade na indústria extrativa. Apenas o Espírito Santo, do universo de dezessete UF com dados disponíveis, apresentou retração na produção industrial, com recuo da sua indústria extrativa. A indústria de transformação cresceu em todas as regiões com variações iguais ou superiores a 3,0%. No Norte, o crescimento da indústria de transformação teve maior influência dos avanços nos segmentos de “informática” e “máquinas e equipamentos”. No Nordeste destacaram-se “veículos automotores” e “borracha e plásticos”. No Sudeste e no Sul, regiões com maior participação da indústria de transformação, as maiores contribuições para o crescimento vieram de “veículos automotores” e “produtos químicos”, no Sudeste, e “materiais elétricos” e “derivados de petróleo”, no Sul. No Centro-Oeste, os destaques foram os segmentos de “alimentos” e “veículos automotores”. Todas as unidades da federação pesquisadas apresentaram resultados positivos na indústria de transformação, sendo as maiores variações registradas no Rio Grande do Norte, influenciado pelo crescimento de “petróleo e derivados”, e em Santa Catarina, onde apenas a atividade de “móveis” recuou em 2024. Por outro lado, a indústria extrativa cresceu apenas na região Norte, puxada pela extração de minérios no Pará. No Sudeste, região com maior relevância nessa atividade, a produção extrativa recuou, com retrações no Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo.

**Gráfico 1.9 – Produção industrial**



Fonte: BC e IBGE

**Gráfico 1.10 – Produção industrial - 2024**



Fonte: IBGE

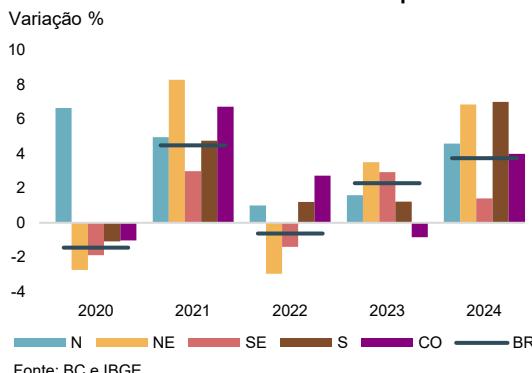
**O volume de vendas do comércio no conceito ampliado cresceu em todas as regiões.<sup>7</sup>** Destacaram-se o Sul, com alta de 7,0%, e o Nordeste, com 6,9%. Na abertura por UF também se nota crescimento generalizado, sendo o Mato Grosso do Sul e o Mato Grosso as únicas a apresentarem retração. Os maiores desempenhos ocorreram no Amapá, seguido pela Paraíba, Rio Grande do Sul e Goiás. Tanto o crédito quanto a renda contribuíram para o bom desempenho do comércio no ano. O aumento das vendas de automóveis e peças – bastante sensível às condições de crédito<sup>8</sup> – foi generalizado entre as doze UF com abertura por segmento, tendo Goiás registrado a maior alta, seguido por Pernambuco e Paraná. O crescimento em supermercados – mais sensível à renda – também foi generalizado, com os melhores desempenhos ocorrendo no Rio Grande do

7/ Conforme dados da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), do IBGE.

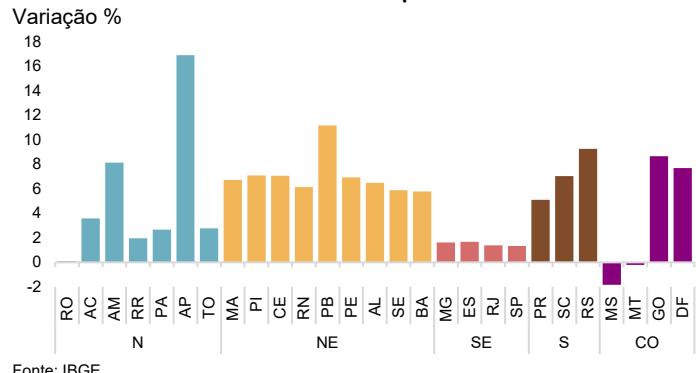
8/ O boxe [Juros, renda e consumo de duráveis e não duráveis](#), publicado no Relatório de Inflação de dezembro de 2024, mostra que o consumo de bens duráveis, como automóveis, é mais sensível a mudanças na taxa de juros que o consumo de não-duráveis.

Sul<sup>9</sup>, na Bahia e em Goiás. Considerando o comércio varejista no conceito restrito, constituído principalmente de produtos mais relacionados à renda e para o qual há informação para todas as UF, o aumento ocorreu em todas as regiões e nas 27 UF, com destaque para Amapá, Paraíba e Tocantins.

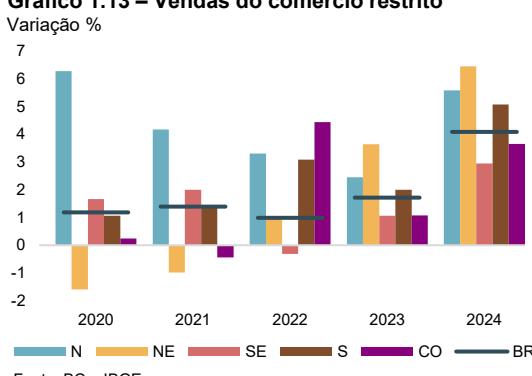
**Gráfico 1.11 – Vendas do comércio ampliado**



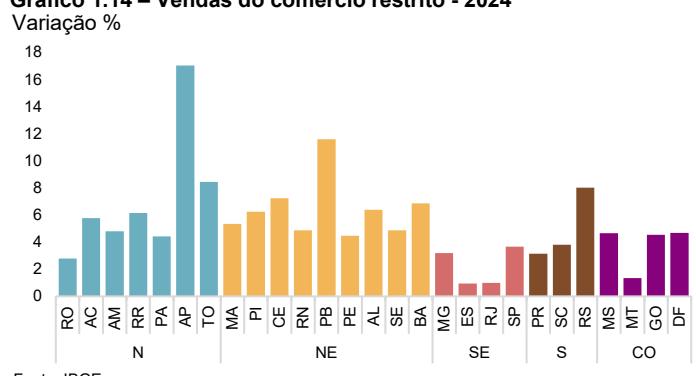
**Gráfico 1.12 – Vendas do comércio ampliado - 2024**



**Gráfico 1.13 – Vendas do comércio restrito**

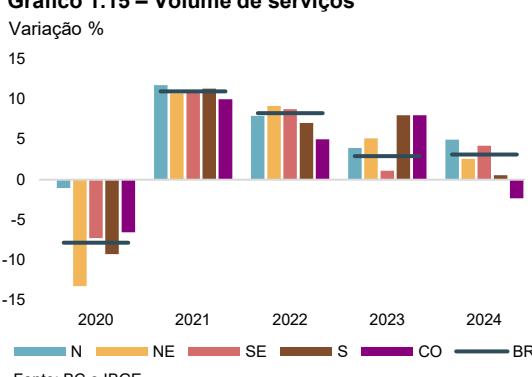


**Gráfico 1.14 – Vendas do comércio restrito - 2024**

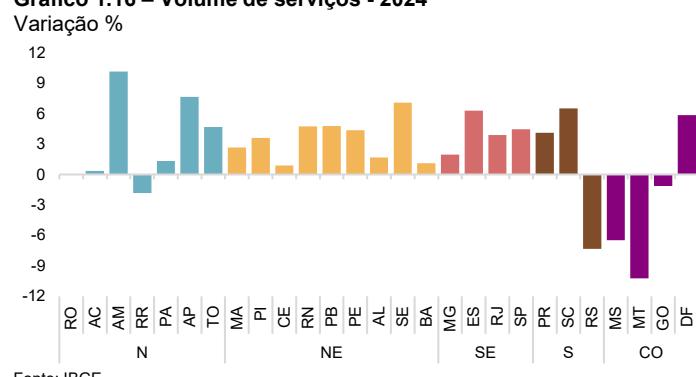


**O volume de serviços manteve crescimento pelo quarto ano consecutivo, com ligeira aceleração em relação a 2023 e alguma dispersão no desempenho das regiões.** A evolução foi heterogênea entre as regiões, com crescimentos mais expressivos nas regiões Norte, Nordeste e Sudeste, baixo crescimento no Sul e recuo no Centro-Oeste. Por UF, Amazonas, Amapá e Sergipe foram os destaque positivos, enquanto Mato Grosso, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul apresentaram as maiores retrações na atividade de serviços. A abertura do segmento de transportes da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) por subatividades sugere impacto da queda da produção agrícola na dispersão dos resultados, particularmente no Centro-Oeste, região de maior participação da agricultura. O transporte rodoviário de cargas, mesmo com expansão disseminada da indústria de transformação, recuou 4,6% em 2024, o que pode ser em parte explicado pela participação relevante desse modal no transporte de soja e milho, produtos que apresentaram fortes quedas no ano. Em Goiás, uma das doze UF com abertura da PMS por atividade e com presença relevante da agricultura, o volume total de transportes recuou 4,9%.

**Gráfico 1.15 – Volume de serviços**



**Gráfico 1.16 – Volume de serviços - 2024**



9/ Ver boxe [Impacto das enchentes de maio na atividade econômica e no mercado de trabalho do Rio Grande do Sul.](#)

# 2

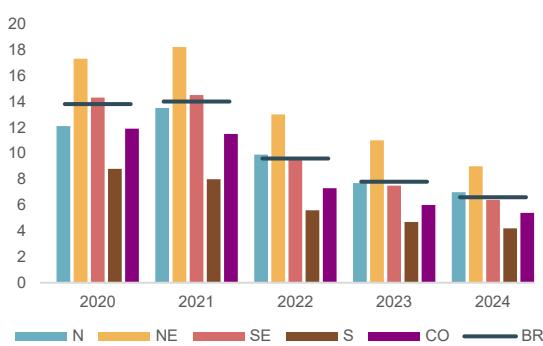
## Mercado de Trabalho

**O mercado de trabalho se manteve aquecido em 2024.** Conforme dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual<sup>16</sup> (PNADC/A), a taxa de desocupação no Brasil ficou em 6,6% no ano – o menor valor da série histórica iniciada em 2012 e 0,4 p.p. abaixo do mínimo anterior, ocorrido em 2014. A população ocupada cresceu 2,6% e o rendimento médio real habitual, 3,7%. Esses dois fatores impulsionaram a alta da massa de rendimento do trabalho.

**O recuo da taxa de desocupação foi disseminado regionalmente, atingindo o mínimo da respectiva série em quatro das cinco regiões.** O recuo da taxa de desocupação foi maior no Nordeste: -2,0 p.p., em comparação a -1,2 p.p. no país. Nas demais regiões, o recuo foi menor que o da média nacional. Considerando que a queda da taxa de desocupação fica mais difícil à medida que a economia caminha para o pleno emprego, pode-se argumentar que a queda mais intensa no Nordeste foi favorecida pelo fato de que essa região é a única onde o desemprego ainda não se encontra no mínimo histórico (Gráfico 2.1). Em quase todas as UF, o desemprego diminuiu, e, na maioria delas, situa-se no mínimo histórico (Gráfico 2.2). Em geral, as retrações foram maiores nas UF onde o desemprego é mais elevado (Gráfico 2.3).

**Gráfico 2.1 – Taxa de desocupação**

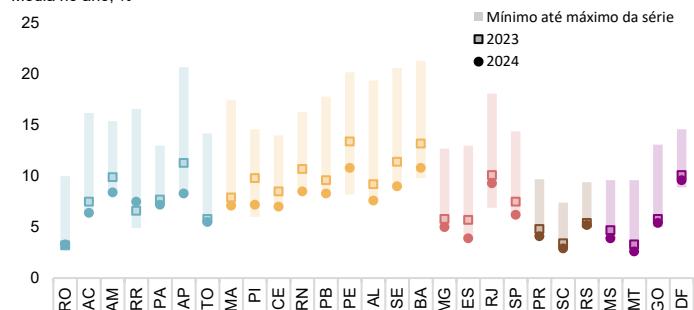
% média no ano



Fontes: BC e IBGE

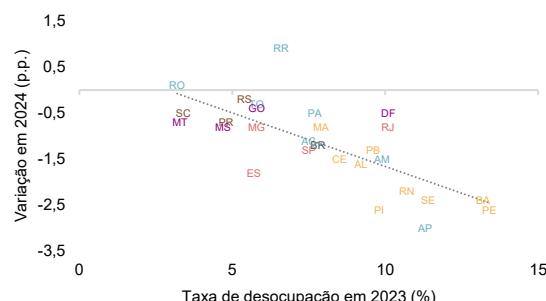
**Gráfico 2.2 – Taxa de desocupação, por UF**

Média no ano, %



Fonte: IBGE

**Gráfico 2.3 – Taxa de desocupação: variação em 2024 x nível em 2023**

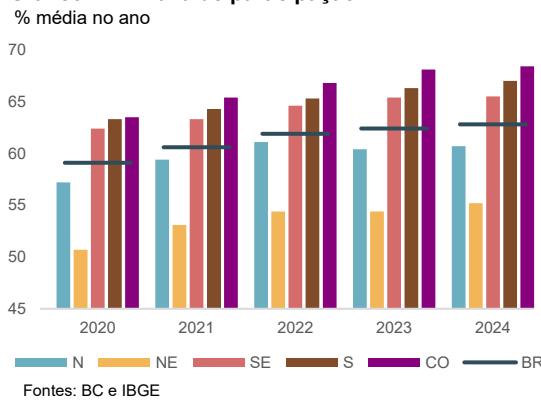


Fonte: IBGE

16/ Essa pesquisa é diferente da utilizada na edição anterior deste BR, que foi a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua). A PNADC/A é a referência do IBGE para dados anuais, distinguindo-se da PNAD Contínua por utilizar apenas as respostas da primeira ou quinta visita.

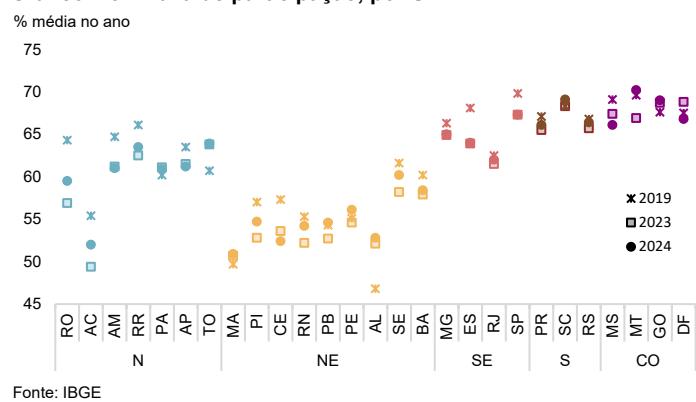
**A taxa de participação na força de trabalho<sup>17</sup> cresceu em todas as regiões, mas em geral situou-se consideravelmente abaixo do nível pré-pandemia<sup>18</sup>.** A taxa de participação vem se recuperando gradualmente após recuo que se seguiu à eclosão da pandemia. Em 2024, os maiores aumentos ocorreram no Nordeste, de 54,4% para 55,2%, e no Sul, de 66,3% a 67,0 %. Ainda assim, o patamar atual é menor que o observado em 2019 em todas as regiões, com exceção do Centro-Oeste, onde alcançou o maior nível da série, 68,4% (Gráfico 2.4). A taxa de participação subiu em vinte das 27 UF, destacando-se o Mato Grosso, onde subiu de 66,9% para 70,2% – a maior taxa do país (Gráfico 2.5).

**Gráfico 2.4 – Taxa de participação**



Fontes: BC e IBGE

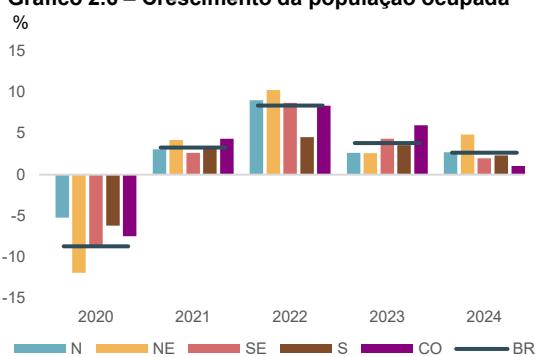
**Gráfico 2.5 – Taxa de participação, por UF**



Fonte: IBGE

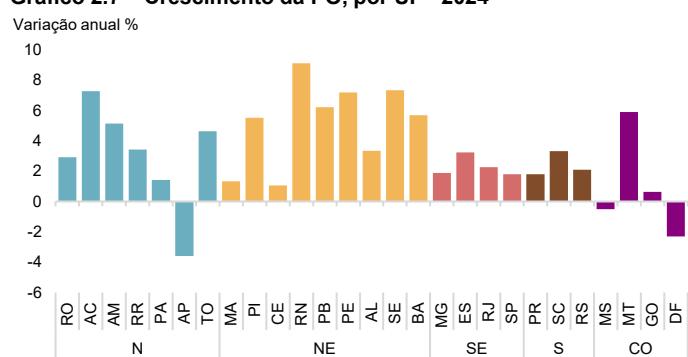
**O crescimento da população ocupada também foi disseminado.** A região Nordeste, onde a taxa de desocupação mais caiu, também foi a região com maior crescimento da população ocupada: 4,8%, em comparação à 2,6% na média do país. O Centro-Oeste – que em 2023 havia sido a região de maior crescimento, favorecido pela agropecuária – foi a região onde em 2024 a ocupação menos cresceu, 1,0% (Gráfico 2.6).<sup>19</sup> Considerando a abertura por UF, a população ocupada só não cresceu no Amapá, Distrito Federal e no Mato Grosso do Sul (Gráfico 2.7).

**Gráfico 2.6 – Crescimento da população ocupada**



Fontes: BC e IBGE

**Gráfico 2.7 – Crescimento da PO, por UF - 2024**



Fonte: IBGE

**As diferenças entre o crescimento ocupação entre regiões em 2024 são pouco explicadas por diferenças na estrutura da ocupação.** Utilizando-se a decomposição apresentada em boxe<sup>20</sup> da edição anterior deste Boletim, observa-se que o efeito diferença de valor (DV) foi maior que o efeito de diferença de ponderação dos segmentos (DP) em todas as regiões (Gráfico 2.8). Isso significa que a ocupação nas atividades econômicas teve desempenhos distintos nas diferentes regiões e que isso determinou as diferenças de desempenho. O maior crescimento da ocupação no Nordeste está ligado aos desempenhos na indústria e na construção, que

17/ Razão entre a força de trabalho e a população em idade de trabalhar.

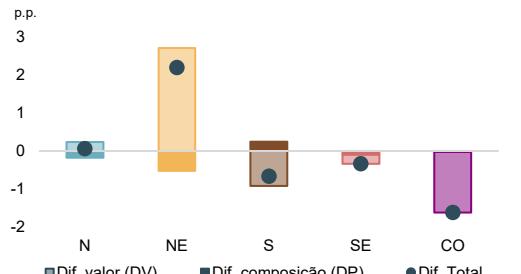
18/ [Boxe do Relatório de Inflação de junho](#) de 2024 analisou as alterações demográficas e a evolução recente da taxa de participação na força de trabalho. Tema relacionado também foi discutido no post [Taxa de participação na força de trabalho e benefícios sociais](#) publicado no BC Blog em novembro de 2024.

19/ Ver o capítulo “Atividade Econômica”, neste Boletim.

20/ [Decomposição das Diferenças Regionais de Desempenho](#) do BR 2023. O boxe decompõe as diferenças entre as taxas de crescimento de cada região e o desempenho nacional em dois efeitos: um que captura diferenças de ponderação de segmentos (DP) e outro que captura diferenças de crescimento dentro de um mesmo segmento (DV).

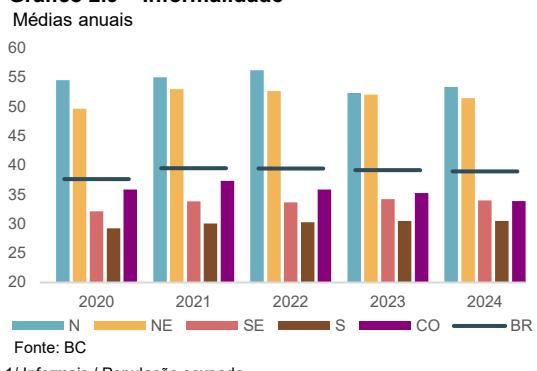
avançaram acima de 10% na região, em comparação com 2,6% e 5,5%, respectivamente, no país. A menor expansão no Centro-Oeste refletiu queda na administração pública e em outros serviços, setores em que, na média nacional, a ocupação cresceu.

**Gráfico 2.8 – Decomposição da diferença de crescimento da PO em relação à média nacional - 2024**



Vide o boxe "Decomposição das Diferenças Regionais de Desempenho" do Boletim Regional de 2023

**Gráfico 2.9 – Informalidade<sup>21</sup>**



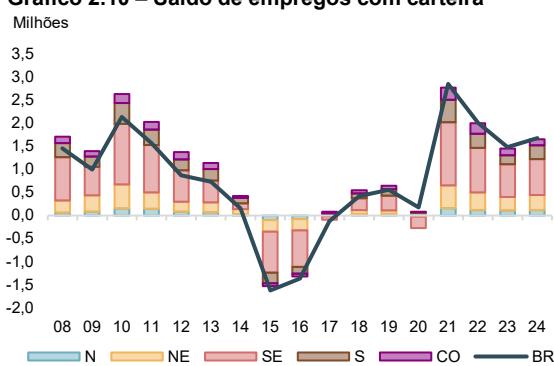
Fonte: BC

1/ Informais / População ocupada

**A taxa de informalidade<sup>21</sup> recuou ligeiramente no país, mas de forma heterogênea entre regiões.** Segundo a PNADC/A, a taxa de informalidade caiu 0,2 p.p. no país, para 39,0%. O recuo no Sudeste foi semelhante ao nacional. Houve queda mais acentuada nas regiões Centro-Oeste (-1,3 p.p.) e Nordeste (-0,7 p.p.), estabilidade no Sul e aumento de 1,0 p.p. no Norte (Gráfico 2.9). Excetuando o ano de 2020, quando a informalidade foi mais baixa devido ao impacto mais acentuado que a pandemia teve sobre os trabalhadores informais, a informalidade se encontra no patamar mais baixo desde 2016, primeiro ano em que o IBGE começou a publicar a abertura da população ocupada em formais e informais.

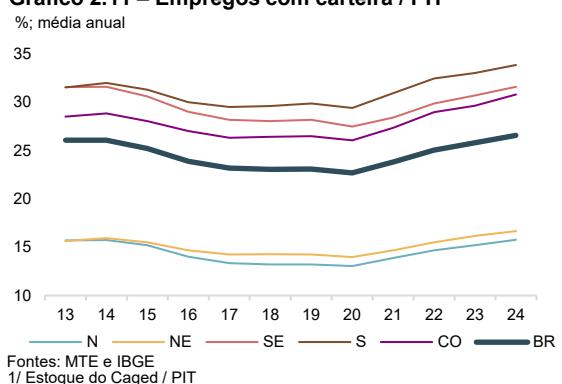
**A geração de empregos com carteira voltou a aumentar e a participação dos empregados com carteira na população bateu recorde em todas as regiões.** Segundo o Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged), no país foram gerados 1,7 milhão de empregos com carteira em 2024 (Gráfico 2.10), correspondendo a um crescimento de 3,9% do estoque médio de empregados. O crescimento seguiu robusto e foi levemente superior ao ocorrido em 2023 (3,8%), embora bem menor que o observado em 2022 (6,2%). A razão entre o número de empregos com carteira e a população em idade de trabalhar (PIT)<sup>22</sup> alcançou, em 2024, o nível mais alto desde 2012 em todas as regiões do país (Gráfico 2.11).<sup>23</sup>

**Gráfico 2.10 – Saldo de empregos com carteira**



Fonte: MTE

**Gráfico 2.11 – Empregos com carteira / PIT<sup>1</sup>**



Fontes: MTE e IBGE

1/ Estojo do Caged / PIT

**Pelo terceiro ano consecutivo, o emprego com carteira cresceu mais no Norte e menos no Sul.** Na região Norte, o crescimento do número de empregos com carteira acelerou ante 2023 (5,2% contra 4,8%, respectivamente), crescendo mais que nas outras regiões em todas as atividades, excluindo-se a agropecuária

21/ A seguinte definição de trabalhadores formais foi utilizada: empregados com carteira do setor privado, empregados domésticos com carteira, trabalhadores do setor público e os empregadores e trabalhadores por conta-própria com Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

22/ População em idade de trabalhar (PIT) segundo dados da PNAD Contínua.

23/ Em função da mudança metodológica no Caged em 2020, comparações entre dados pré e pós 2020 devem ser feitas com cautela.

(Tabela 2.1). A alta foi disseminada entre os estados da região, com todos se expandindo acima da média nacional ou em linha com o país (Gráfico 2.13). A expansão do emprego no Nordeste, de 4,4%, foi igual à do ano anterior e a segunda maior do país. O crescimento no Sudeste foi um pouco abaixo da média nacional, influenciado pelo emprego no comércio, que, na região, cresceu menos do que na média do país. No Sul, a estrutura econômica diferenciada, com alta participação da indústria e baixa de serviços contribuiu para a menor expansão da região, pelo terceiro ano consecutivo. O Rio Grande do Sul foi o estado onde o emprego com carteira assinada menos cresceu, possivelmente refletindo impacto das enchentes de maio.<sup>24</sup> Em todas as regiões, a construção civil foi a atividade que mais se destacou.

**Tabela 2.1 – Variação do emprego com carteira assinada em 2024, por atividade**

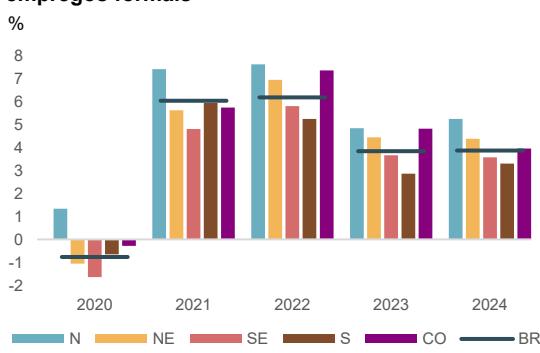
Variação % do estoque de emprego

Discriminação	Total	Agropecuária		Indústria		Construção		Comércio		Serviços		%
		Var.	Peso <sup>1</sup>	Var.	Peso <sup>1</sup>	Var.	Peso <sup>1</sup>	Var.	Peso <sup>1</sup>	Var.	Peso <sup>1</sup>	
<b>Brasil</b>	<b>3,8</b>	4	<b>0,9</b>	19	<b>2,8</b>	6	<b>5,6</b>	22	<b>3,3</b>	48	<b>4,5</b>	
Norte	5,2	6	-0,8	16	5,6	7	8,4	27	4,6	44	5,8	
Nordeste	4,4	4	2,0	16	3,0	7	5,0	24	4,3	49	5,0	
Sudeste	3,6	3	-0,7	18	2,9	6	5,8	21	2,9	51	4,1	
Sul	3,3	3	1,1	28	1,7	5	5,0	23	2,7	42	4,7	
Centro-oeste	3,9	10	1,2	15	4,4	6	4,7	22	3,4	46	4,5	

Fonte: MTE/Caged

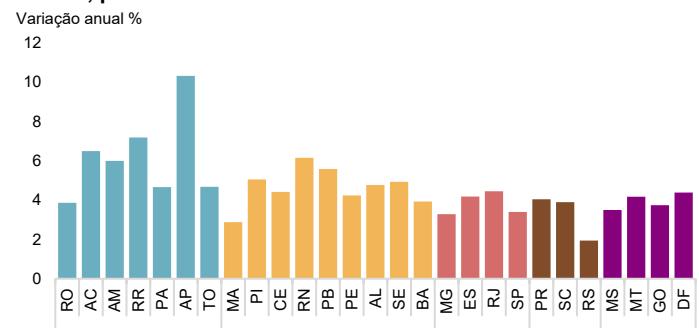
<sup>1</sup> Peso da atividade no estoque de emprego na região. Linhas de peso somam 100%.

**Gráfico 2.12 – Crescimento do estoque de empregos formais**



Fontes: BC e MTE

**Gráfico 2.13 – Crescimento do estoque de empregos formais, por UF - 2024**



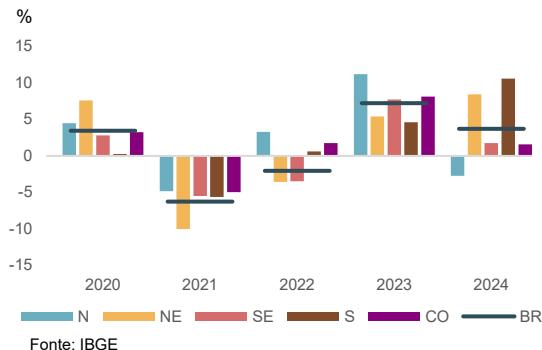
Fontes: BC e MTE

### O crescimento do rendimento médio real do trabalho foi forte, mas bastante heterogêneo entre regiões.

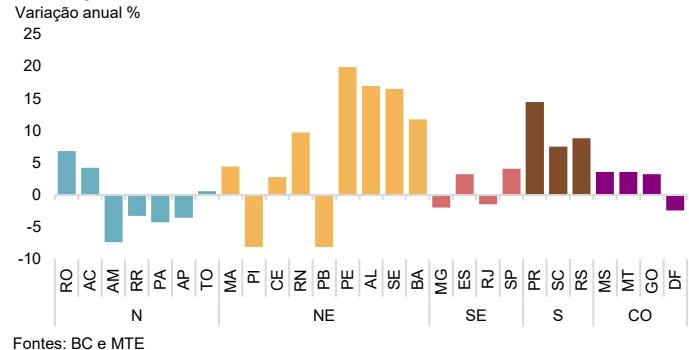
No país, o crescimento do rendimento médio real passou de 7,2% em 2023 para 3,7% em 2024 – patamar ainda elevado. O resultado foi heterogêneo entre as regiões do país (Gráfico 2.14). No Sul (10,6%) e no Nordeste (8,4%), o crescimento do rendimento foi maior que o observado no ano anterior e substancialmente maior que o da média nacional. No Sudeste e no Centro-Oeste o crescimento do rendimento médio foi moderado, abaixo de 2,0%, e no Norte houve queda (-2,7%). As regiões com maior expansão do rendimento médio em 2023 (Norte, Sudeste e Centro-Oeste) foram as que apresentaram desempenho mais modesto em 2024, ocorrendo o oposto com as regiões com as menores altas em 2023 (Nordeste e Sul). Considerando-se o biênio 2023-2024, as discrepâncias entre as regiões são menores, com o crescimento médio anual nas regiões situando-se entre 4,0% no Norte e 7,5% no Sul. O rendimento se expandiu em dezoito das 27 UFs em 2024 (Gráfico 2.15).

24/ Vide o boxe “Economia do Rio Grande do Sul em 2024”.

**Gráfico 2.14 – Variação real do rendimento habitual médio**

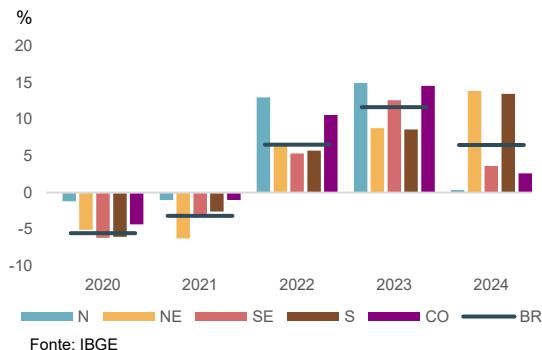


**Gráfico 2.15 – Variação real do rendimento habitual médio, por UF - 2024**

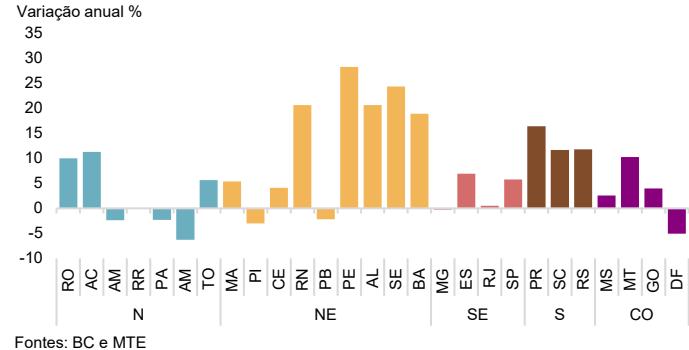


**A massa real de rendimentos manteve ritmo forte de crescimento, refletindo tanto o aumento da ocupação como do rendimento.** Após as perdas verificadas em 2020 e 2021, em contexto de pandemia, a massa de rendimentos cresceu acima de 6% pelo terceiro ano consecutivo. Os destaques de crescimento foram o Nordeste e o Sul (Gráfico 2.16), locais com maior expansão do rendimento médio. Abertura por UF revela que as cinco maiores expansões ocorreram no Nordeste e que as três maiores seguintes ocorreram no Sul (Gráfico 2.17).

**Gráfico 2.16 – Variação real da massa de rendimentos do trabalho**



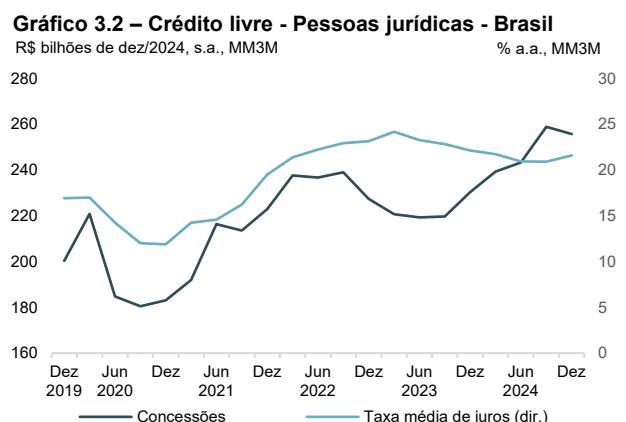
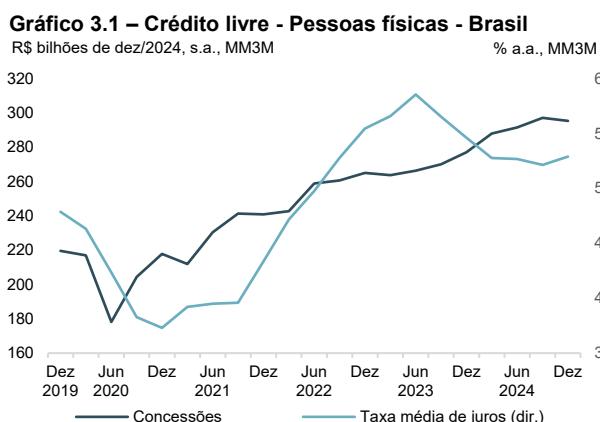
**Gráfico 2.17 – Variação real da massa de rendimentos do trabalho, por UF - 2024**



# 3

## Crédito

**O crédito bancário apresentou crescimento expressivo em 2024, alavancado pelo segmento livre, mas esse dinamismo diminuiu no final do ano, ao começar a exibir os efeitos do novo ciclo de aperto da política monetária.** As concessões do crédito livre cresceram na primeira metade do ano estimuladas pela redução da taxa básica de juros entre agosto de 2023 e maio de 2024. A queda da taxa de desocupação, o aumento da renda das famílias e o crescimento robusto da atividade econômica contribuíram para a expansão vigorosa do crédito. No segundo semestre, as concessões de crédito livre às famílias começaram a arrefecer, refletindo sinais iniciais da inflexão na política monetária (Gráficos 3.1 e 3.2). A inadimplência manteve-se relativamente estável ao longo do ano.



**O ritmo de crescimento do saldo do crédito aumentou entre 2023 e 2024 em todas as regiões, exceto no Centro-Oeste.** O saldo agregado das operações de crédito compiladas na estatística de crédito regional<sup>25</sup> cresceu 12,0% em 2024, variação 4,2 p.p. acima da observada no ano anterior. O aumento no ritmo de crescimento foi mais acentuado nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste (Gráfico 3.3), que observaram recuperação mais acentuada do crédito livre a pessoas jurídicas. No Centro-Oeste houve desaceleração na comparação com o ano anterior, puxada pela queda nas concessões do crédito rural.

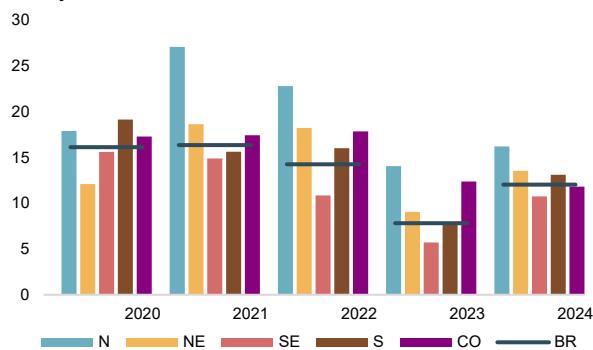
**O crédito expandiu acima da média nacional nas regiões Norte, Sul e Nordeste.** A diferença entre as taxas de crescimento das cinco regiões do país foi a menor desde 2018<sup>26</sup> e também foi pouco influenciada pela composição das carteiras (Gráfico 3.4). No Nordeste e no Norte o aumento do crédito concentrou-se um pouco mais em modalidades com peso na região inferior ao peso nacional, o que atenuou a distância entre as taxas de crescimento do crédito total regional e nacional.

25/ As estatísticas de crédito regional utilizadas nessa publicação são elaboradas a partir dos dados individualizados dos clientes, informados pelas instituições financeiras no documento 3040 do Sistema de Informações de Crédito (SCR). As operações são distribuídas geograficamente com base no endereço fiscal do CPF ou CNPJ do devedor. São consideradas apenas as operações dos clientes cujo risco direto da instituição financeira (somaatório de operações de crédito, repasses interfinanceiros, coobrigações e limites, créditos a liberar) seja igual ou superior a R\$ 1.000,00. Os dados dessa divulgação podem divergir do contido em outras publicações disponibilizadas pelo BC. As estatísticas de crédito regional calculadas de acordo com a metodologia descrita nessa nota, para os agregados pessoa física, pessoa jurídica e total, podem ser acessadas no [Sistema Gerenciador de Séries Temporais \(SGS\)](#) do Banco Central na seção Economia regional.

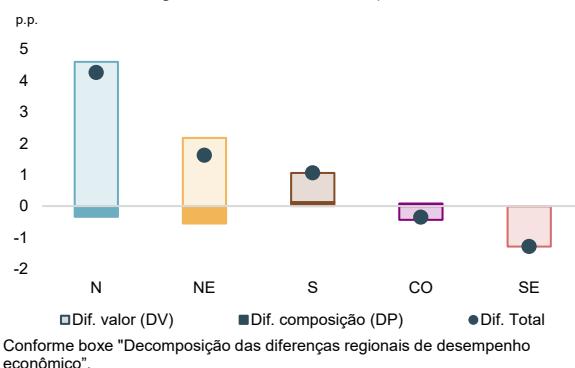
26/ Considerando a diferença entre a maior e a menor taxa de variação anual.

**Gráfico 3.3 – Crescimento do saldo de crédito**

Variação interanual em dezembro, %



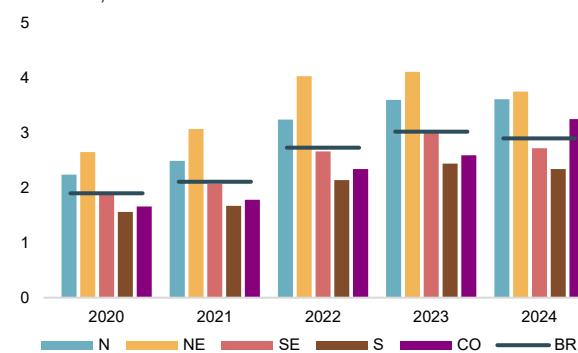
**Gráfico 3.4 – Decomposição da dif. de crescimento do crédito em relação à média nacional, em 2024**



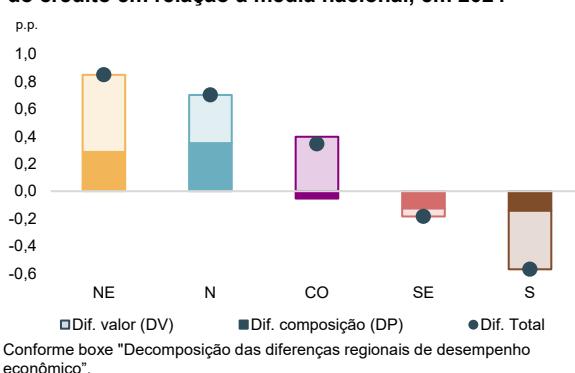
**A inadimplência manteve-se relativamente estável, com melhora no Nordeste e no Sudeste e piora no Centro-Oeste.** O percentual do crédito com atraso superior a 90 dias diminuiu 0,1 p.p. no ano, atingindo 2,9% do saldo em dezembro de 2024 (Gráfico 3.5). Regionalmente, a maior queda foi no Nordeste, de 0,4 p.p., refletindo a redução dos atrasos no crédito livre a pessoas físicas. Em sentido oposto, a inadimplência do crédito no Centro-Oeste apresentou acréscimo relevante, de 0,7 p.p., com o aumento nos atrasos do crédito rural. As taxas de inadimplência no Nordeste e no Norte usualmente superam a média nacional, refletindo tanto níveis mais elevados de inadimplência em cada modalidade como uma composição de crédito mais concentrada em modalidades com maior risco (Gráfico 3.6).

**Gráfico 3.5 – Taxa de inadimplência**

Dezembro, %

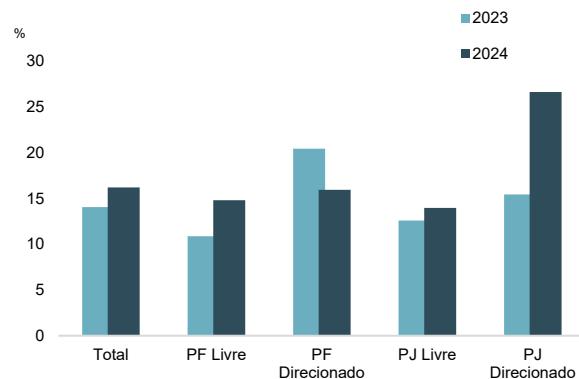


**Gráfico 3.6 – Decomposição da dif. de inadimplência do crédito em relação à média nacional, em 2024**

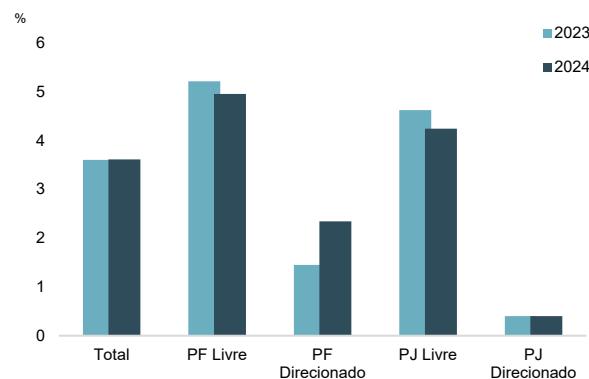


**Em 2024, a Região Norte registrou a maior taxa de crescimento do crédito pelo quarto ano consecutivo.** O saldo do crédito cresceu 16,2%, 2,1 p.p. acima da variação do ano anterior, e 4,2 p.p. acima da média nacional. Essa forte expansão foi alavancada pelo crédito livre a pessoas físicas e pelo crédito direcionado a pessoas jurídicas, contrastando com a média nacional, onde se observou desaceleração do segmento direcionado. O crédito direcionado tomado por pessoas jurídicas cresceu 26,6% no ano, nível significativamente superior ao das demais regiões, impulsionado, principalmente, pela expansão dos financiamentos ao setor elétrico e ao setor público (estadual e municipal). O crescimento do crédito direcionado a pessoas físicas diminuiu em relação a 2023, mas permaneceu relevante, com destaque para o crédito rural. No segmento livre, o crédito a pessoas físicas registrou o maior crescimento entre as regiões, tal como no ano anterior, e os empréstimos às pessoas jurídicas também apresentaram expansão robusta. A taxa de inadimplência atingiu 3,6% em dezembro de 2024, mantendo-se relativamente estável ao longo do ano. A inadimplência do crédito a pessoas jurídicas diminuiu 0,3 p.p. enquanto a do crédito a pessoas físicas aumentou 0,2 p.p., impulsionada pelo crédito rural.

**Gráfico 3.7 – Norte: crescimento do saldo de crédito**

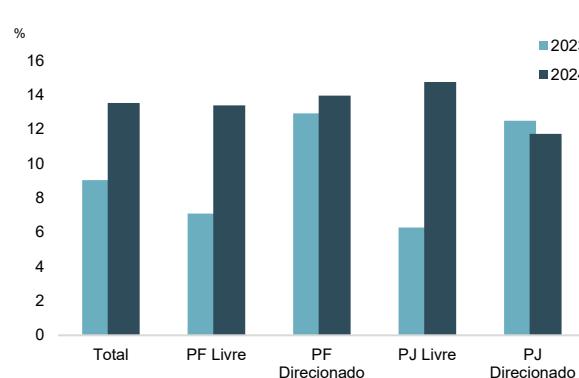


**Gráfico 3.8 – Norte: taxa de inadimplência**

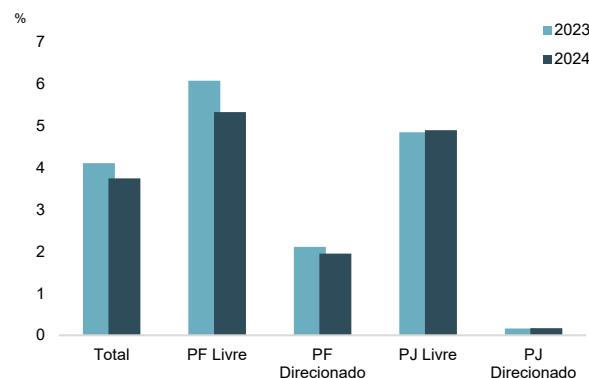


**O crédito a pessoas jurídicas com recursos livres cresceu mais no Nordeste, com contribuição relevante do setor público.** O ritmo de expansão do crédito (livre e direcionado) no Nordeste aumentou 4,5 p.p. em 2024, atingindo 13,5%, 1,5 p.p. acima da média nacional. O financiamento a pessoas jurídicas foi impulsionado pelo crédito contratado pelo setor público (aproximadamente 30% do crescimento é explicado por estados e municípios). O crédito livre a pessoas jurídicas cresceu 14,8%, 8,5 p.p. acima do apurado em 2023, impulsionado por capital de giro e financiamento a exportações, enquanto o direcionado expandiu 11,7%, 0,8 p.p. abaixo da evolução em 2023. No segmento de pessoas físicas, observou-se aumento no crescimento tanto no crédito livre como no direcionado. No segmento livre, destacam-se as modalidades de financiamento de veículos e crédito pessoal não consignado. No segmento direcionado, destaca-se o crescimento relevante do crédito rural, ainda que tenha desacelerado em relação a 2023. A taxa de inadimplência diminuiu 0,4 p.p., alcançando 3,8% da carteira em dezembro de 2024. Houve melhora no crédito às famílias, principalmente no segmento livre, com o recuo dos atrasos no cartão de crédito.

**Gráfico 3.9 – Nordeste: crescimento do saldo de crédito**



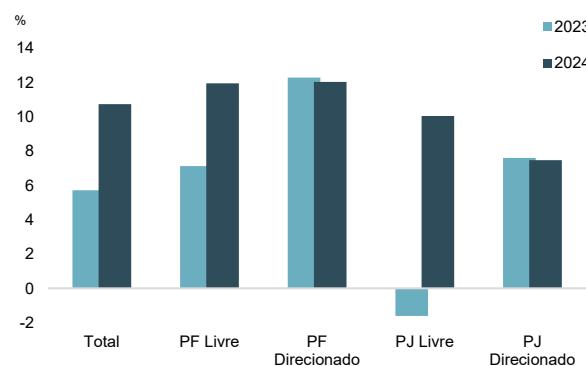
**Gráfico 3.10 – Nordeste: taxa de inadimplência**



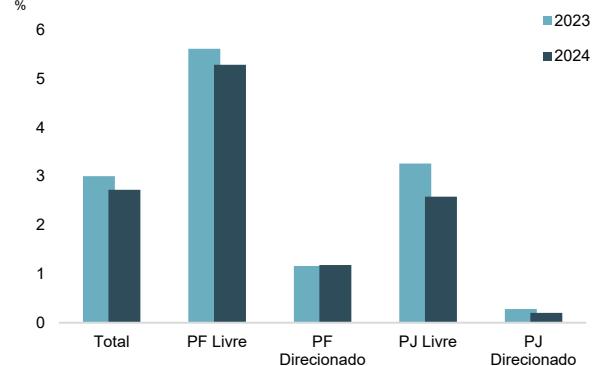
**O Sudeste registrou o segundo maior aumento na taxa de crescimento do crédito e a segunda maior queda na taxa de inadimplência.** Ainda assim, a região registrou o menor crescimento dos financiamentos entre as regiões pelo quarto ano consecutivo. O saldo do crédito aumentou 10,7% em 2024, recuperando-se em relação à variação de 5,7% observada no ano anterior. A taxa de expansão do crédito livre aumentou, com destaque para o segmento de pessoas jurídicas, que havia registrado variação negativa em 2023, impactado pelos desdobramentos do caso Americanas<sup>27</sup>. O crescimento foi mais acentuado nas modalidades de capital de giro e financiamento à exportação. A carteira de crédito livre a pessoas físicas também evoluiu em ritmo mais forte, impulsionada por financiamento de veículos e crédito pessoal não consignado. A inadimplência do crédito na região diminuiu 0,3 p.p., atingindo 2,7% dos empréstimos. Houve melhora mais acentuada no segmento de pessoas jurídicas, influenciada pela regularização dos atrasos nos financiamentos da Americanas.

27/ Empresa varejista de grande porte que entrou com pedido de recuperação judicial em janeiro de 2023.

**Gráfico 3.11 – Sudeste: crescimento do saldo de crédito**

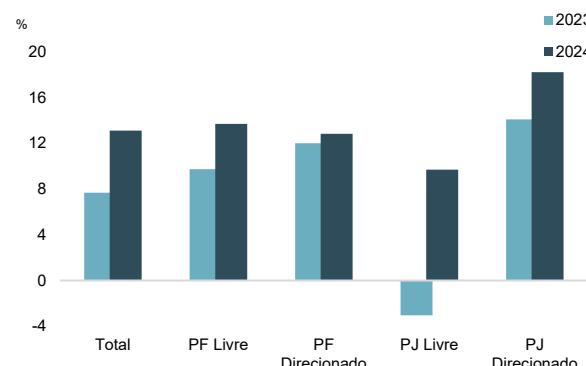


**Gráfico 3.12 – Sudeste: taxa de inadimplência**

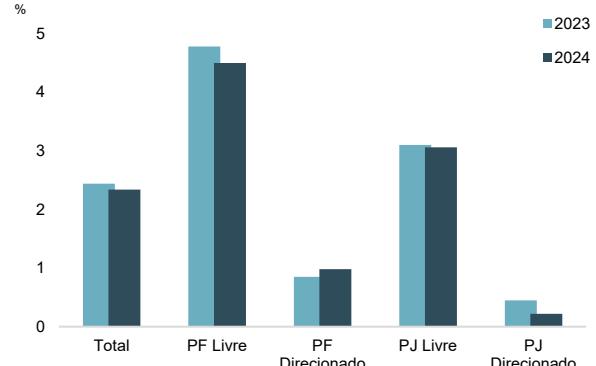


**No Sul, o crédito registrou o maior aumento em relação ao crescimento de 2023, impulsionado pelos programas de auxílio ao Rio Grande do Sul.** O saldo de crédito na região subiu 13,1%, 5,4 p.p. acima da variação do ano anterior e 1,1 p.p. superior à média nacional. O crédito a pessoas jurídicas com recursos direcionados cresceu 18,2%, alavancado pelo Crédito Solidário ao RS<sup>28</sup>, ressaltando-se as operações do Programa Emergencial de Acesso a Crédito (PEAC) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a postergação dos pagamentos de financiamentos já existentes. O crédito livre a pessoas jurídicas aumentou de forma disseminada, após recuar no ano anterior. Nas operações com pessoas físicas, observou-se aceleração tanto no crédito livre como no direcionado. O crédito livre foi impulsionado por financiamento de veículos e crédito pessoal não consignado; o direcionado, por crédito rural e financiamento imobiliário. A inadimplência no Sul, de 2,3% do saldo, recuou 0,1 p.p. em relação ao ano anterior e continuou a menor entre as regiões.

**Gráfico 3.13 – Sul: crescimento do saldo de crédito**



**Gráfico 3.14 – Sul: taxa de inadimplência**

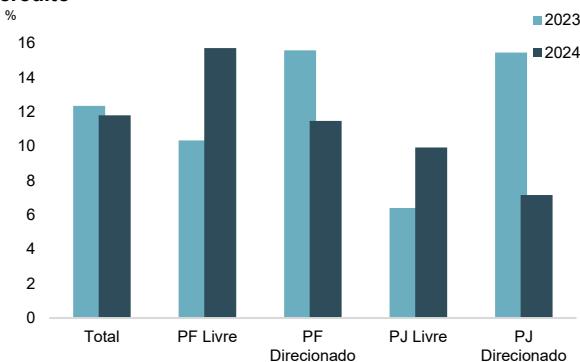


**O Centro-Oeste foi a única região a diminuir o crescimento do crédito em relação ao ano anterior, com desaceleração no segmento direcionado.** O crédito na região variou 11,8% no ano, redução de 0,5 p.p. na comparação com o ano anterior. O crescimento do crédito direcionado diminuiu tanto no segmento de pessoas físicas como no de pessoas jurídicas. A queda nas concessões do crédito rural afetou o desempenho dessas carteiras, especialmente a de pessoas jurídicas, que havia anotado forte expansão no ano anterior. Por outro lado, o crédito livre a pessoas físicas teve a maior taxa de crescimento entre as regiões, impulsionada, em parte, pela procura de produtores rurais por linhas alternativas, como financiamento à exportação. Além dessas, há que se destacar, tal como nas demais regiões, o aumento do financiamento de veículos e do crédito pessoal não consignado. No crédito livre para pessoas jurídicas, também se observou aumento no financiamento à exportação. A taxa de inadimplência no Centro-Oeste subiu 0,7 p.p., atingindo 3,3% da carteira em dezembro de 2024. As dificuldades do setor agropecuário decorrentes da quebra na safra e da

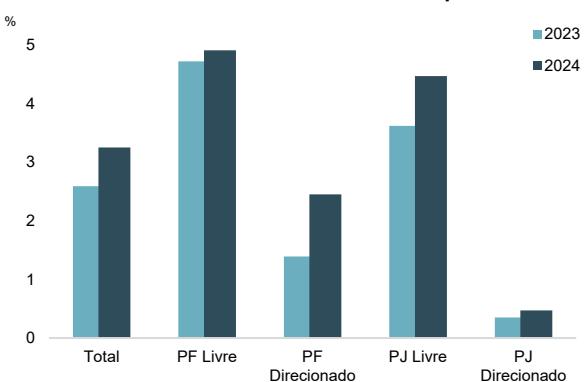
28/ Conjunto de programas e medidas de crédito criados para auxiliar as regiões do Rio Grande do Sul atingidas pelas enchentes em 2024.

redução na rentabilidade se refletiram em atrasos nos pagamentos do crédito rural. Efeitos de segunda ordem decorrentes dessas dificuldades podem ter contribuído também para a deterioração das principais modalidades do crédito livre a pessoas jurídicas.

**Gráfico 3.15 – Centro-Oeste: crescimento do saldo de crédito**



**Gráfico 3.16 – Centro-Oeste: taxa de inadimplência**



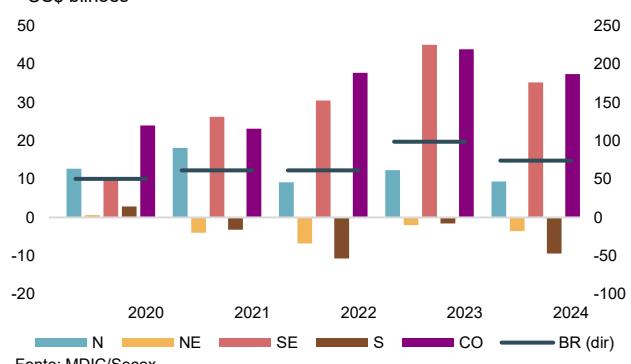
# 4

## Balança Comercial

**O superávit comercial alfandegário recuou em 2024, mas permaneceu elevado.** O saldo comercial de US\$74,2 bilhões foi o segundo maior da série histórica iniciada em 1995, ficando abaixo apenas do resultado recorde de US\$98,9 bilhões registrado no ano anterior (Gráfico 4.1). A redução do saldo, na comparação com 2023, decorreu principalmente de expansão robusta das importações, enquanto as exportações apresentaram relativa estabilidade. A expansão do valor das importações refletiu o aquecimento da economia brasileira e foi disseminada, com forte aumento do volume importado e redução dos preços de importações, que ficou concentrada nos produtos provenientes da China.<sup>29</sup> Nas exportações, a leve queda em valor resulta de recuo nos preços das principais *commodities* ao longo do ano, compensada parcialmente por aumento no *quantum* embarcado de produtos básicos, como carnes e petróleo, e semimanufaturados.

**Gráfico 4.1 – Saldo da balança comercial**

US\$ bilhões



Fonte: MDIC/Secex

**Em geral, o comportamento da balança comercial nas regiões do país foi semelhante ao nacional.** O saldo comercial diminuiu em todas as regiões: as regiões Sudeste, Centro-Oeste e Norte tornaram-se menos superavitárias e as regiões Sul e Nordeste tornaram-se mais deficitárias (Tabela 4.1). As variações de preços de exportação e importação foram negativas em todas as regiões. O volume importado cresceu em todas as regiões, em geral de forma substancial. A exceção foi o Centro-Oeste, onde o crescimento das importações foi moderado. Esta região também foi a única a apresentar recuo do volume exportado, influenciado pelo milho, e foi a que observou maior queda no índice de preços de suas exportações, puxada pela retração no preço da soja.

29/ O tema de preços de produtos importados da China foi tratado com mais detalhes na publicação [Impacto do aumento nos custos de fretes e seguros nos preços importados da China](#) no BC Blog. Veja também discussão e gráfico no capítulo 1 do Relatório de Política Monetária de março de 2025.

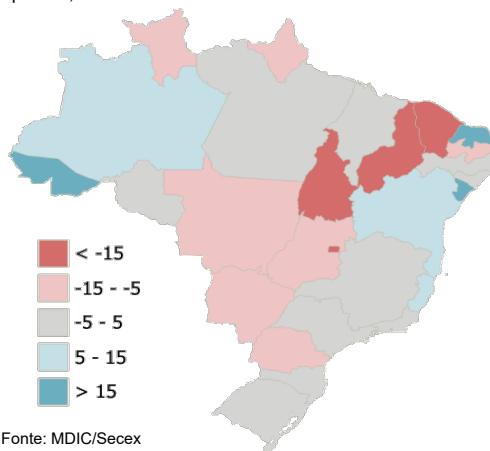
**Tabela 4.1 – Indicadores de comércio exterior**

Discriminação	Saldo comercial			Exportações				Importações				US\$ bilhões
	2023		2024	Dif.	Valor em 2024	Var. % (valor)	Var. % (preço)	Var. % (volume)	Valor em 2024	Var. % (valor)	Var. % (preço)	Var. % (volume)
Brasil	98,9	74,2	-24,7		337,0	-0,8	-3,4	2,7	262,9	9,2	-6,4	16,7
Norte	12,3	9,4	-3,0		29,7	1,1	-3,0	4,9	20,3	19,0	-6,9	27,4
Nordeste	-2,0	-3,5	-1,6		25,2	1,1	-0,0	1,2	28,7	6,8	-7,9	15,7
Sudeste	45,1	35,2	-9,9		170,0	1,2	-0,3	2,5	134,7	9,6	-5,9	16,5
Sul	-1,5	-9,4	-7,8		57,0	-3,7	-5,5	2,0	66,3	9,3	-5,9	15,9
Centro-Oeste	43,9	37,4	-6,5		50,2	-12,1	-10,1	-1,2	12,8	-3,2	-6,0	2,8
Outros <sup>1</sup>	1,1	5,0	3,9		5,0	-	-	-	0,0	-	-	-

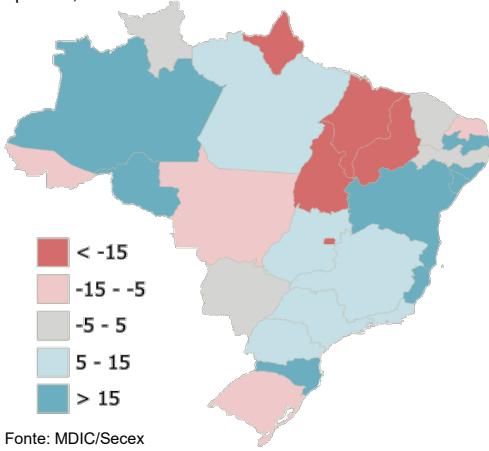
Fonte: MDIC/Secex, BC

1/ Referem-se a operações não classificadas regionalmente.

**Gráfico 4.2 – Crescimento das exportações por UF, %**



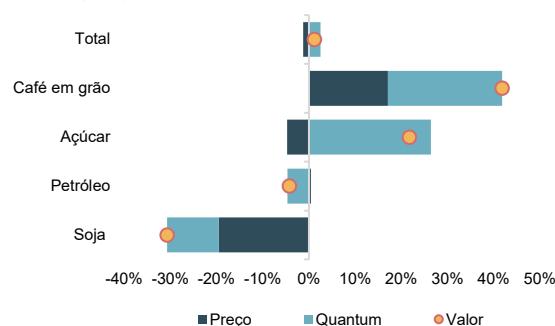
**Gráfico 4.3 – Crescimento das importações por UF, %**



**A região Sudeste foi a que registrou a maior retração no superávit comercial.** O superávit recuou US\$9,8 bilhões, para US\$35,2 bilhões, com forte aumento das importações e relativa estabilidade das exportações. As maiores variações de valor importado ocorreram com veículos de carga, automóveis de passageiros, partes e peças de aviação e medicamentos para consumo (Gráfico 4.5). Para o pequeno aumento no volume exportado destacam-se a contribuição do café em grão e do açúcar, enquanto soja e petróleo destacaram-se negativamente (Gráfico 4.4).

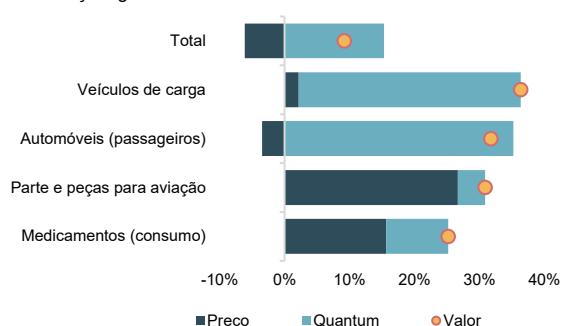
**Gráfico 4.4 – Exportações SE - principais variações**

Diferença logarítmica



**Gráfico 4.5 – Importações SE - principais variações**

Diferença logarítmica

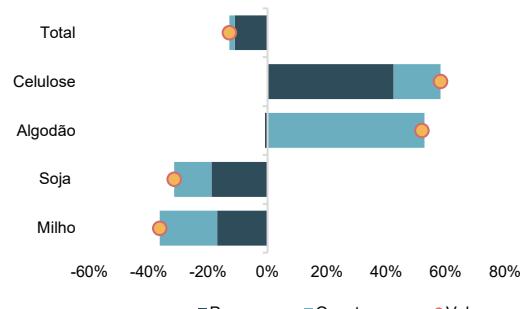


**A região Centro-Oeste foi a que apresentou maior superávit comercial entre as regiões, superando o Sudeste, ainda que também tenha registrado recuo.** O superávit recuou US\$6,5 bilhões, para US\$37,4 bilhões. A região diferenciou-se das demais por apresentar queda no valor importado, além de uma redução mais acentuada das exportações. Produtos básicos, principalmente soja e milho, foram os destaques no

decréscimo de vendas (Gráfico 4.6). Nas importações, destacaram-se os recuos de adubos e fertilizantes e potássio, insumos importantes da atividade agrícola (Gráfico 4.7). Em contrapartida, registraram-se elevações em diversos bens intermediários, inclusive medicamentos (insumos), partes e peças relativas à indústria automotiva, sulfato de amônio e ureia.

**Gráfico 4.6 – Exportações CO - principais variações**

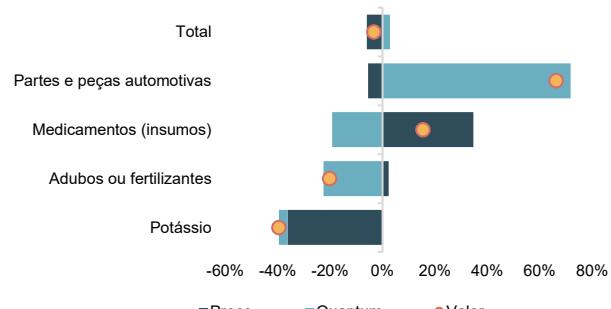
Diferença logarítmica



Fonte: MDIC/Secex

**Gráfico 4.7 – Importações CO - principais variações**

Diferença logarítmica

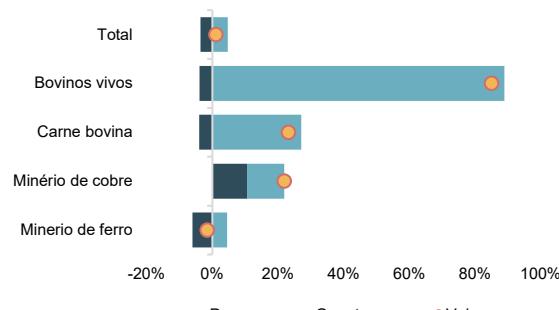


Fonte: MDIC/Secex

**A região Norte registrou superávit comercial de US\$9,4 bilhões, menor que o do ano anterior em US\$3,0 bilhões.** Destacou-se o crescimento considerável nas importações de bens intermediários, sobretudo circuitos eletrônicos e outros itens manufaturados (Gráfico 4.9). Cabe observar a maior resiliência que o estado do Amazonas demonstrou à forte seca que novamente ocorreu na bacia Amazônica. Ao contrário de 2023, quando a seca levou a retração das importações, os impactos foram bem menores em 2024. Nas exportações, produtos básicos, como bovinos, carne bovina, minério de ferro e minério de cobre, responderam pela maior parcela do crescimento no volume de vendas internacionais (Gráfico 4.8).

**Gráfico 4.8 – Exportações N - principais variações**

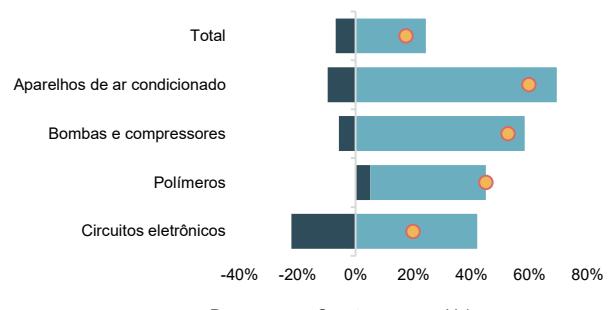
Diferença logarítmica



Fonte: MDIC/Secex

**Gráfico 4.9 – Importações N - principais variações**

Diferença logarítmica

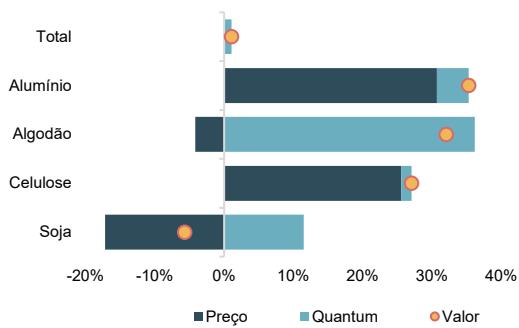


Fonte: MDIC/Secex

**No Nordeste houve um ligeiro aumento do déficit comercial, de US\$2,0 bilhões para US\$3,5 bilhões.** Destacou-se a forte expansão no valor importado de petróleo e, principalmente, gás natural, além de diversos bens intermediários (Gráfico 4.11). Nas exportações, destacaram-se aumentos no valor exportado de algodão (puxado pelo volume), alumínio e celulose (estes puxados pelo preço). O valor exportado de soja recuou, com queda nos preços, mas houve relevante aumento no volume (Gráfico 4.10). Os maiores volumes de vendas de soja e algodão vieram majoritariamente dos estados da Bahia, Maranhão e Piauí, onde se localizam polos de expansão da fronteira agrícola.

**Gráfico 4.10 – Exportações NE- principais variações**

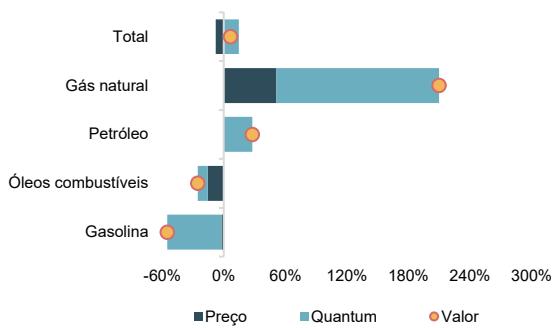
Diferença logarítmica



Fonte: MDIC/Secex

**Gráfico 4.11 – Importações NE - principais variações**

Diferença logarítmica

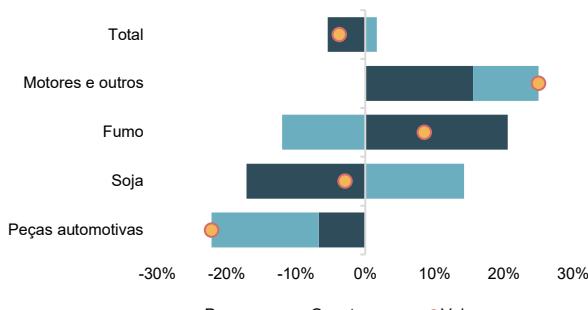


Fonte: MDIC/Secex

**A região Sul foi a que apresentou o maior déficit comercial.** O déficit aumentou de US\$1,5 bilhões em 2023 para US\$9,4 bilhões em 2024, com forte aumento no valor importado e retração no valor exportado. A alta na importação ocorreu apesar da região ter sido afetada por enchentes e da forte retração no volume de compras no segundo trimestre. No lado das exportações, destacaram-se os recuos nas vendas de peças automotivas e no valor exportado de soja, este decorrente de queda nos preços (Gráfico 4.12). Nas compras internacionais, destacaram-se aumentos em automóveis de passageiro e itens correlatos, além de diversos manufaturados para consumo e bens intermediários (Gráfico 4.13).

**Gráfico 4.12 – Exportações S - principais variações**

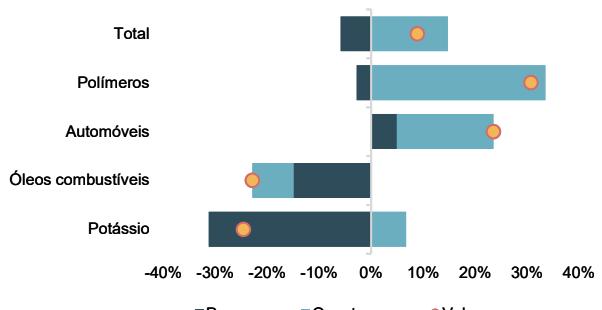
Diferença logarítmica



Fonte: MDIC/Secex

**Gráfico 4.13 – Importações S - principais variações**

Diferença logarítmica



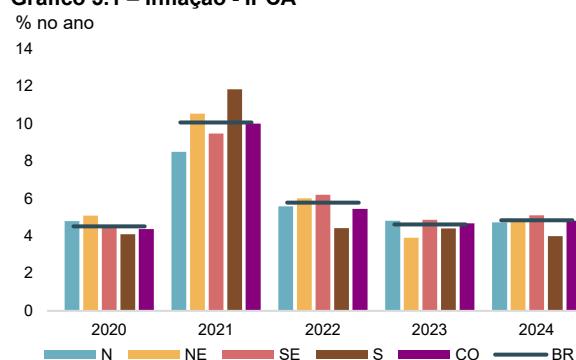
Fonte: MDIC/Secex

# 5

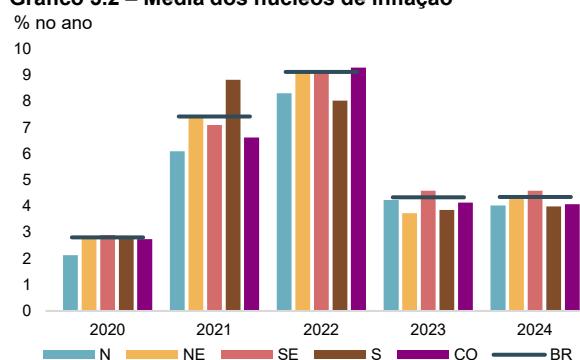
## Inflação

**A inflação no Brasil manteve-se em patamar elevado em 2024 e aumentou marginalmente em relação ao ano anterior, em contexto de forte depreciação do real e atividade econômica resiliente.** O Índice de Preços ao Consumidor – Amplo (IPCA) registrou alta de 4,83% no ano, acima do limite superior do intervalo de tolerância em torno da meta de inflação. A variação supera a de 2023 (4,62%), interrompendo o processo de desinflação que ocorria nos anos anteriores (Gráfico 5.1). Essa interrupção também pode ser observada nas medidas de inflação subjacente: a média dos núcleos de inflação foi 4,34% em 2024, mesmo valor observado em 2023 (Gráfico 5.2). A análise por segmentos revela que o aumento da inflação no ano é explicado pelo comportamento dos preços livres (Gráfico 5.3). A pressão mais forte ocorreu nos preços da alimentação no domicílio, com destaque para os aumentos de preços da carne bovina e do café. Também se destacou a aceleração dos preços de bens industriais, refletindo tanto fatores idiossincráticos quanto um movimento mais generalizado, possivelmente associado à depreciação do real. Embora os preços do segmento de serviços tenham apresentado alta menor do que a de 2023, influenciados pela forte queda em passagem aérea, seu componente subjacente apresentou aceleração disseminada. Por fim, em sentido contrário ao observado nos preços livres, houve desaceleração significativa nos preços administrados.

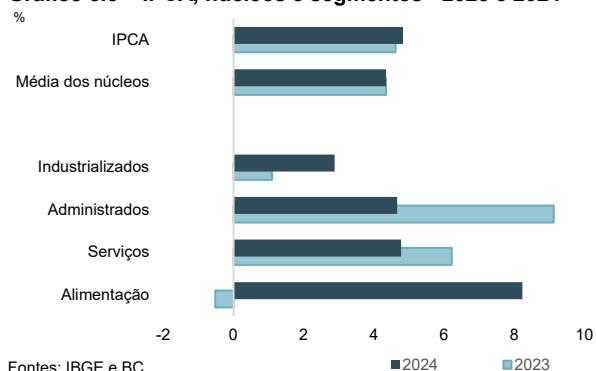
**Gráfico 5.1 – Inflação - IPCA**



**Gráfico 5.2 – Média dos núcleos de inflação**



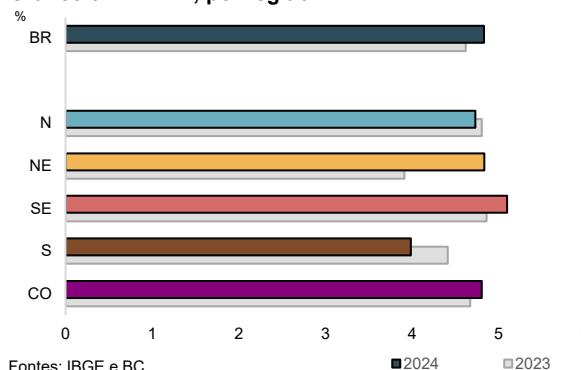
**Gráfico 5.3 – IPCA, núcleos e segmentos - 2023 e 2024**



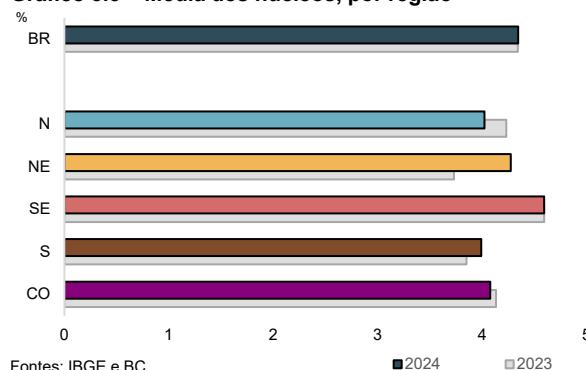
**A alta da inflação foi observada em três das cinco regiões do país.** O destaque coube ao Nordeste, onde a variação do IPCA foi cerca de 1 p.p. maior do que em 2023 (Gráfico 5.4). Também houve alta da inflação nas regiões Sudeste e Centro-Oeste, enquanto no Norte e no Sul os preços desaceleraram. No Sul, o movimento

é influenciado pelo resultado de Porto Alegre, caso discutido em boxe deste boletim.<sup>30</sup> Quando se considera a média dos núcleos de inflação, mais uma vez foi a região Nordeste que apresentou a maior aceleração (Gráfico 5.5). Nas demais regiões, a variação dos núcleos foi similar à observada no ano anterior: igual no Sudeste, um pouco menor no Norte e no Centro-Oeste, um pouco maior no Sul.

**Gráfico 5.4 – IPCA, por região**

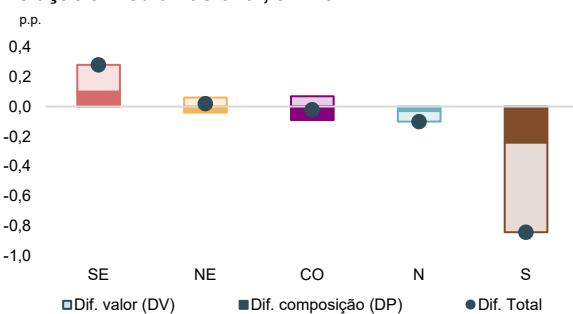


**Gráfico 5.5 – Média dos núcleos, por região**



**O Sul foi a região que apresentou a menor taxa de inflação em 2024.** Na região, todos os segmentos apresentaram variações mais baixas do que no consolidado nacional, com destaque para a alimentação no domicílio. A diferença é explicada em parte pela composição dos pesos da cesta de consumo da região, mas se destaca o fato de que diversos componentes tiveram variação menor na região do que no restante do país (Gráfico 5.6).<sup>31</sup> Na região Sudeste, a inflação foi maior que a nacional, com contribuição tanto da diferença de variação de preços quanto da diferença de composição da cesta. Nas outras três regiões, a inflação ficou mais próxima da média nacional, com contribuições limitadas tanto das variações como da diferença de pesos.

**Gráfico 5.6 – Decomposição da diferença do IPCA em relação à média nacional, em 2024**



**Todas as regiões apresentaram altas significativas nos preços da alimentação no domicílio, após variações negativas ou baixas em 2023.** A alta dos preços de alimentos está em parte associada a fatores idiossincráticos de oferta e de demanda, mas também deve refletir determinantes macroeconômicos, particularmente a depreciação do real e a demanda – doméstica e externa – resiliente. A longa estiagem em 2024 e temperaturas excessivamente elevadas afetaram a oferta de laranja, café, leite e da carne bovina. Este último item também foi possivelmente influenciado pelo início da reversão do ciclo do boi, com tendência de redução da oferta de animais para o abate.<sup>32</sup> A região Sul foi a que apresentou a menor alta nos preços de alimentos – fato que foi determinante para que apresentasse a menor taxa de inflação entre as regiões (Gráficos 5.7 e 5.8). Em particular, em Porto Alegre, houve variações mais moderadas em itens como arroz, frutas, carnes e óleo de soja. Também com alta inferior ao consolidado nacional, a região Nordeste apresentou elevações mais brandas em carnes, frutas e leites e derivados. Por outro lado, Centro-Oeste e Sudeste tiveram as maiores altas. No

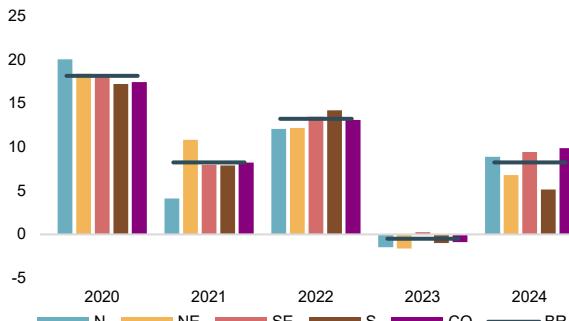
30/ Ver boxe [Enchentes no Rio Grande do Sul e preços na região metropolitana de Porto Alegre](#), neste Boletim.

31/ Para a metodologia de decomposição entre o efeito da diferença de pesos e o efeito da diferença de variações, ver o boxe [Decomposição das diferenças regionais de desempenho econômico](#), no Boletim de 2023.

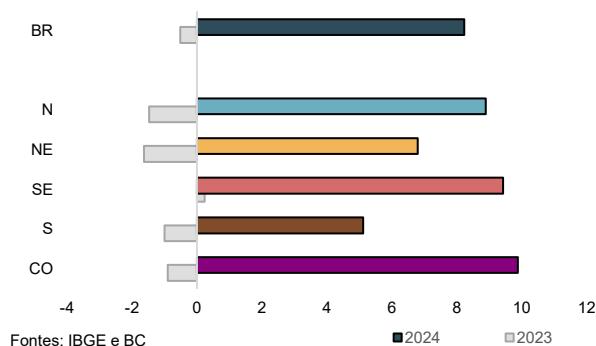
32/ Ver o boxe [Alta do preço boi gordo e efeito nos preços ao consumidor](#) do Relatório de Política Monetária (RPM) de março de 2025.

primeiro, o resultado deriva do maior aumento de carnes e aves e ovos. Além disso, a cesta de consumo na região tem uma participação mais expressiva de carnes, amplificando o impacto da alta de preços do item. No Sudeste, as contribuições vieram das maiores altas em frutas, carnes e leites e derivados.

**Gráfico 5.7 – IPCA - Alimentação no domicílio**  
var. % no ano



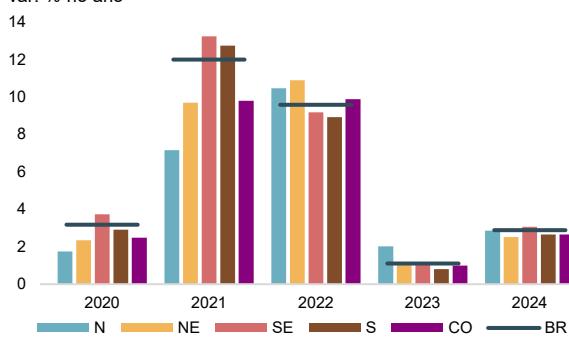
**Gráfico 5.8 – Alimentação no domicílio, por região**  
%



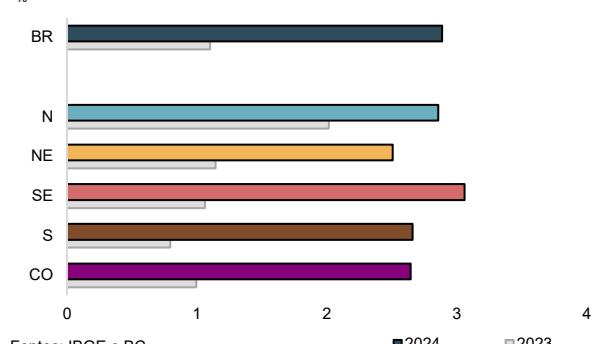
Fontes: IBGE e BC

**A aceleração dos preços de bens industrializados foi observada em todas as regiões.** Vários fatores podem ter contribuído para o comportamento mais forte dos preços, como a depreciação do real, a alta nos preços de commodities metálicas e a resiliência da atividade econômica, impactando os preços de higiene pessoal, aparelhos eletroeletrônicos e automóveis. O resultado de industriais no ano também foi fortemente influenciado pela alta do etanol, após dois anos de quedas, e do cigarro, devido ao aumento de preço mínimo e de alíquota de imposto. O comportamento entre as regiões foi muito semelhante (Gráficos 5.9 e 5.10). No Sudeste, que apresentou a maior alta, a elevação dos preços de bens industriais foi de 3,06%, ante 2,89% do consolidado nacional. Para a maior alta nessa região, houve elevação mais pronunciada do preço de automóvel novo e o maior peso de etanol ampliou o impacto da forte alta do item. A região Norte teve resultado em linha com o nacional, com as maiores altas em vestuário e móveis e utensílios sendo compensadas pela menor variação em higiene pessoal e pela ausência do etanol na cesta de consumo. A região com a menor elevação em industriais foi o Nordeste. As variações mais baixas em etanol, vestuário e móveis e utensílios explicam o resultado. No Sul, o resultado mais benigno foi influenciado por variações mais baixas em higiene pessoal e automóvel novo. No Centro-Oeste, o resultado mais favorável se deveu a variações mais baixas nos preços de móveis e utensílios e aparelhos eletroeletrônicos.

**Gráfico 5.9 – IPCA - Bens industriais**  
var. % no ano



**Gráfico 5.10 – Bens industriais, por região**  
%

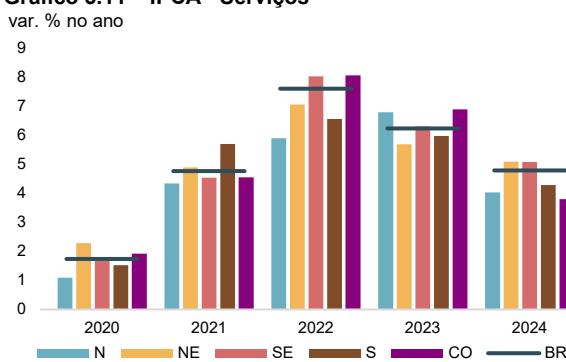


Fontes: IBGE e BC

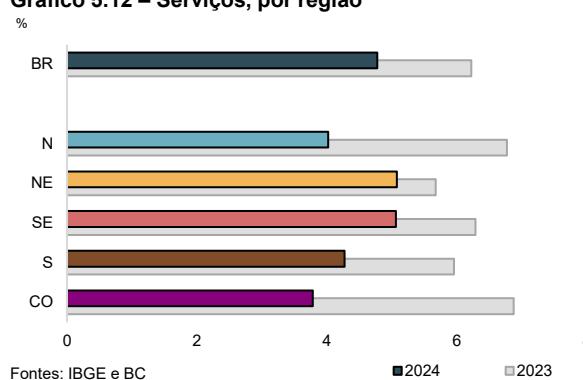
**A inflação subjacente de serviços aumentou em quase todas as regiões, ainda que a inflação agregada de serviços tenha arrefecido.** No consolidado nacional, a inflação de serviços recuou de 6,22% para 4,77%, refletindo a evolução do seu componente ex-subjacente. Em sentido contrário, o componente subjacente da inflação de serviços aumentou, passando de 4,82% para 5,84%, em contexto de atividade econômica resiliente e mercado de trabalho aquecido. A variação de preços mais alta foi disseminada entre os itens do componente subjacente, com destaque para seguro voluntário de veículo – revertendo queda do ano anterior –, serviços bancários e alimentação fora do domicílio. A alta do item alimentação fora do domicílio possivelmente

repercute a alta dos preços de alimentos em geral, em especial da carne.<sup>33</sup> O componente ex-subjacente desacelerou significativamente devido à forte queda nos preços de passagem aérea. Educação, pacotes turísticos e hospedagem também contribuíram para o movimento. Quase todas as regiões apresentaram comportamento similar (Gráficos 5.11 a 5.14). A exceção foi a região Norte, onde os preços do componente subjacente desaceleraram discretamente, influenciados pelos resultados benignos de alimentação fora do domicílio e serviços intensivos em trabalho. A menor alta nos preços de serviços ocorreu na região Centro-Oeste, com elevações mais amenas em aluguel residencial, condomínio e serviços de educação e quedas mais pronunciadas em seguro voluntário de veículo e passagem aérea. As maiores elevações de preços do segmento ocorreram no Nordeste e no Sudeste. No primeiro, a diferença para o consolidado nacional veio de menor queda em passagens aéreas e maior alta em cursos regulares. No último, as maiores contribuições vieram de condomínio e seguro voluntário de veículo. Considerando os itens intensivos em trabalho, houve aceleração no Centro-Oeste e no Sul e desaceleração nas demais regiões, com destaque para o Norte, onde o arrefecimento foi de 0,7 p.p. No entanto, em quase todas as regiões, os serviços intensivos em trabalho apresentaram variação acima de 5% em 2024.

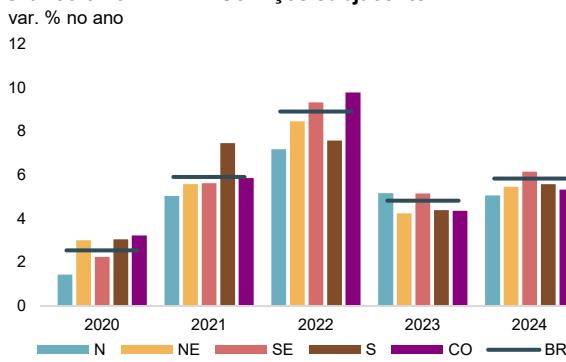
**Gráfico 5.11 – IPCA - Serviços**



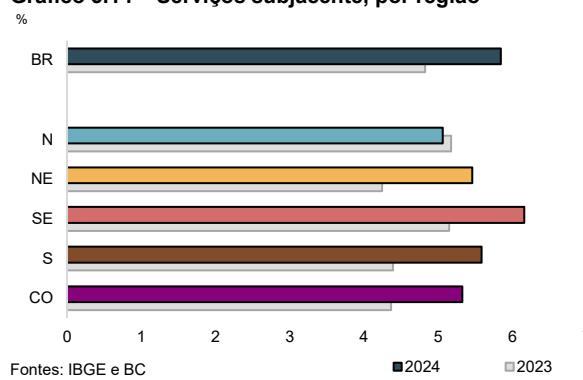
**Gráfico 5.12 – Serviços, por região**



**Gráfico 5.13 – IPCA - Serviços subjacente**



**Gráfico 5.14 – Serviços subjacente, por região**



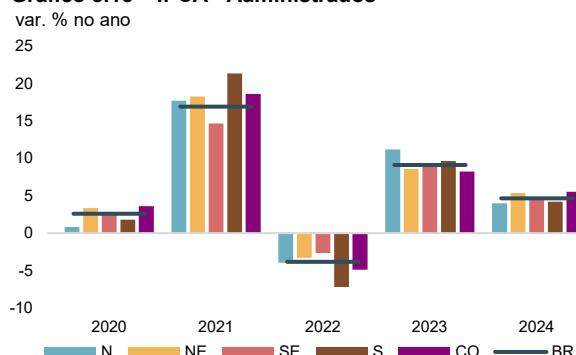
**Os preços administrados desaceleraram significativamente em todas as regiões em 2024.** As maiores contribuições para o arrefecimento vieram de emplacamento e licença de veículos, influenciado pela acomodação dos preços dos carros em 2023, e de energia elétrica residencial. Adicionalmente, houve desaceleração nos preços da gasolina, de planos de saúde e de taxa de água e esgoto, embora tenham permanecido com variações ainda elevadas. No caso de energia elétrica e gasolina, a variação menor de preços em 2024, na comparação com 2023, pode ser explicada, em parte, por medidas tributárias que majoraram os preços desses subitens no ano anterior.<sup>34</sup> Regionalmente, o Norte apresentou a menor alta em 2024 (Gráficos 5.15 e 5.16). O resultado deveu-se a elevações significativamente mais modestas em gás de botijão e taxa de água e esgoto, bem como ao menor peso de plano de saúde na cesta de consumo da região, reduzindo seu impacto altista. As regiões Sul e Sudeste também tiveram altas inferiores ao consolidado nacional. No Sul, o resultado foi

33/ Ver o boxe [Alta do preço boi gordo e efeito nos preços ao consumidor](#) do RPM de março de 2025.

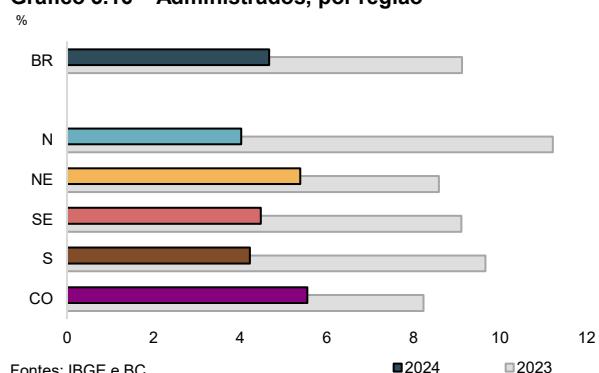
34/ Em 2023 houve reversão parcial dos efeitos da Lei Complementar 194/2022, com impacto nas tarifas de energia elétrica, e recomposição de alíquotas de impostos e contribuições sobre combustíveis.

influenciado pela menor alta em taxa de água e esgoto<sup>35</sup> e pelo menor peso de plano de saúde, cuja variação superou a média dos demais preços administrados. O segundo, pelo menor peso da gasolina na cesta de consumo da região. A maior alta em preços administrados ocorreu na região Centro-Oeste, devido à maior variação e ao maior do peso da gasolina. Por fim, a elevação acima da média ocorrida no Nordeste foi oriunda da maior alta da gasolina, de produtos farmacêuticos e do gás de botijão em Salvador.

**Gráfico 5.15 – IPCA - Administrados**



**Gráfico 5.16 – Administrados, por região**



35/ Uma das concessionárias que atende a região metropolitana de Porto Alegre teve seu reajuste postergado de julho de 2024 para janeiro de 2025, como forma de mitigar o impacto financeiro para a população atingida pelas enchentes no estado.

# Impactos das enchentes de maio na atividade econômica e no mercado de trabalho do Rio Grande do Sul

O Rio Grande do Sul (RS) enfrentou, em maio de 2024, uma das maiores tragédias naturais de sua história. A destruição de infraestrutura urbana e rural, a interrupção de atividades produtivas e a dificuldade de mobilidade resultaram em choques significativos na indústria, no comércio, nos serviços e na agropecuária, além de efeitos no mercado de trabalho e nos preços. Este boxe apresenta um panorama do desempenho da economia do RS ao longo de 2024, com ênfase no processo de retração e recuperação dos diferentes setores econômicos e do mercado de trabalho.<sup>1</sup> A partir da análise de indicadores mensais, é possível mensurar a magnitude das perdas e avaliar o ritmo da recuperação da economia local.

## Atividade econômica

O impacto das enchentes no desempenho da atividade econômica do RS pode ser avaliado, em termos agregados, pela evolução do Índice de Atividade Econômica Regional do Banco Central (IBCR-RS). Esse indicador registrou retração de 7,9% em maio, seguida de recuperação da mesma magnitude em junho. No acumulado de 2024, apesar da forte queda em maio, o crescimento da atividade econômica no RS superou o desempenho médio das demais Unidades da Federação (UF), com alta de 4,3% ante 3,5% do grupo de comparação. Contudo, parte do bom desempenho da economia do RS neste ano resultou do crescimento expressivo da agropecuária. Embora alguns produtos tenham sido negativamente impactados pelas enchentes, o setor conseguiu se recuperar do desempenho bastante desfavorável verificado em 2022 e 2023. Excluindo-se a atividade agropecuária, o IBCR apresentou alta de 2,7% no RS, abaixo da média de 3,8% nas demais UF (Gráficos 1 e 2 e Tabela 1).

Gráfico 1 – IBCR - RS e Brasil ex-RS

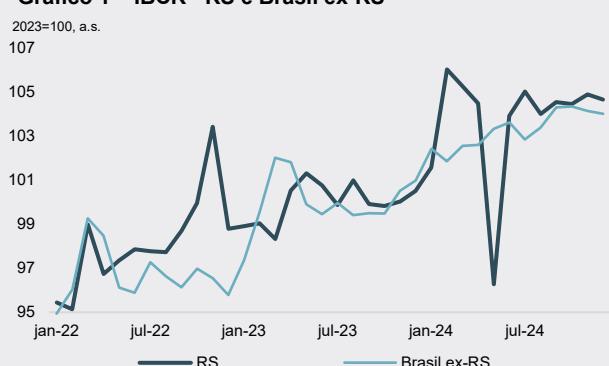
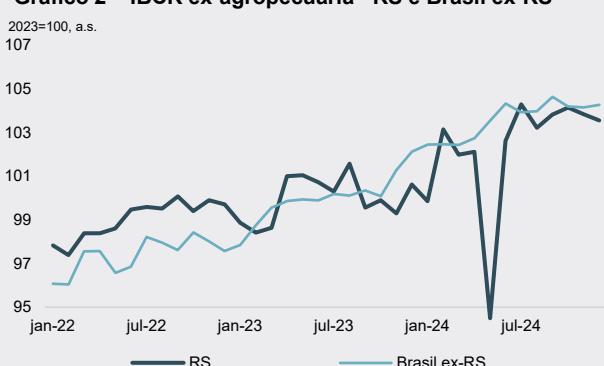


Gráfico 2 – IBCR ex-agropecuária - RS e Brasil ex-RS



Efeitos das enchentes foram observados em todos os segmentos da economia, embora com significativa heterogeneidade. A produção industrial registrou queda expressiva em maio, mas recuperou-se rapidamente nos meses seguintes. O setor de serviços, especialmente os prestados às famílias e as atividades turísticas,

1/ Este Boletim também inclui o boxe [Enchentes no Rio Grande do Sul e preços na região metropolitana de Porto Alegre](#), que trata do impacto das enchentes sobre preços. Além dos boxes neste Boletim, o Banco Central do Brasil (BC) tratou desse tema em outras oportunidades. Ver o boxe [Impactos iniciais das enchentes na atividade econômica do RS](#) no Relatório de Inflação de junho de 2024; a subseção de atividade econômica da seção 1.2 no [Relatório de Inflação de setembro de 2024](#); a seção “2.1 - Atuação do BC para assegurar a estabilidade financeira e amenizar os efeitos das enchentes no RS” e o boxe “Estimativa de impacto das enchentes no RS” no [Relatório de Estabilidade Financeira de novembro de 2024](#); e o texto [Enchentes no RS e distribuição espacial das empresas](#), de autoria de Rodrigo de Sá da Silva, publicado no BC Blog em 11.06.2024.

foi bastante prejudicado e tem apresentado recuperação mais lenta. Alguns segmentos da agricultura com participação relevante na economia do estado também foram afetados, ainda que o impacto tenha sido mitigado pelo fato de que boa parte da safra de verão já havia sido colhida e o plantio da safra de inverno ainda não havia sido iniciado. Por outro lado, as vendas no comércio aumentaram, inicialmente pela maior demanda por itens básicos e, posteriormente, pelo aumento nas vendas de móveis e eletrodomésticos, materiais de construção e veículos.

**Tabela 1 – Impacto das enchentes e recuperação da Produção industrial por atividade**

Discriminação	Peso RS	Var % mensal, a.s. (RS)		Var % 2024		Var % IV-24 (AoA)	
		Maio	Junho	RS	Brasil ex-RS	RS	Brasil ex-RS
IBCR	100,0	-7,9	7,9	4,3	3,5	5,3	4,1
IBCR ex-agropecuária	92,0	-7,5	8,6	2,7	3,8	4,6	3,4
Indústria de transformação	100,0	-26,4	35,7	0,6	3,9	2,8	4,7
Alimentos	21,7	-11,7	11,8	-1,6	1,9	4,7	-2,4
Bebidas	2,8	-11,9	15,5	-13,2	2,3	-16,3	-4,4
Fumo	3,3	-31,9	33,8	-5,6	4,7	-5,8	5,5
Couro e calçados	7,1	-15,1	16,3	4,2	3,3	5,0	-2,0
Celulose e papel	4,3	-0,6	1,1	6,3	2,5	24,1	0,6
Petroleo de derivados	14,3	-27,8	30,9	17,0	0,2	5,6	-1,6
Produtos químicos	9,3	-59,2	156,6	-1,2	3,8	-2,7	7,5
Borracha e plásticos	4,5	-6,7	16,7	3,0	5,3	6,1	4,3
Minerais não-metálicos	1,9	-25,2	38,9	1,1	4,1	12,5	6,2
Metalurgia	2,3	-39,5	117,9	16,4	2,3	31,0	7,3
Produtos de metal	5,4	-28,4	34,1	-1,5	5,8	2,0	8,0
Máquinas e equipamentos	9,4	-17,8	24,7	-18,9	7,0	-4,0	12,8
Veículos automotores	10,2	-37,3	57,7	-3,3	14,5	-6,7	23,4
Móveis	3,4	-0,2	12,3	11,0	9,6	6,4	10,6
Comércio ampliado	100,0	-6,4	12,8	9,3	3,4	13,7	2,5
Comércio ampliado ex-atacado de alimentos	82,5	-1,6	12,7	8,6	5,5	11,8	4,8
Comércio varejista	61,6	1,6	1,5	8,0	3,8	10,3	3,3
Combustíveis e lubrificantes	10,5	-1,0	4,2	-0,3	-1,7	7,7	0,3
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	29,3	3,2	-0,9	11,4	4,2	10,5	2,7
Tecidos, vestuário e calçados	4,1	1,4	2,6	6,5	2,6	11,9	5,5
Móveis e eletrodomésticos	4,7	4,5	19,7	12,4	3,5	16,9	5,3
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	6,9	-0,8	4,1	7,9	7,3	6,1	5,2
Livros, jornais, revistas e papelaria	0,2	-11,0	22,7	-9,5	-7,5	-6,9	-7,6
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	0,3	-5,4	20,1	12,7	0,4	-4,0	-0,4
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	5,5	-5,3	7,7	3,6	7,3	13,0	6,5
Veículos, motocicletas, partes e peças	14,2	-39,1	86,5	10,7	11,6	15,9	9,7
Material de construção	6,7	-1,9	22,3	9,5	4,6	17,7	5,5
Serviços - Total	100,0	0,1	-13,6	-7,3	3,6	-5,8	4,3
Familias	9,0	-19,8	15,0	-5,8	5,0	-5,2	4,6
Informacão e comunicação	22,1	-0,5	2,3	4,8	6,3	7,4	5,8
Profissionais e administrativos	17,2	-5,8	1,5	2,3	6,7	3,5	4,3
Transportes (receita nominal)	43,2	-22,1	24,4	-5,2	3,9	4,9	5,5
Outros serviços	8,5	2,3	7,1	3,5	0,3	10,3	-3,5
Atividades turísticas	n.d.	-31,1	8,3	-14,3	4,3	-6,5	10,0

Fonte: BC e IBGE

<sup>1</sup> Dados dessazonalizados das atividades do RS e agregação Brasil ex-RS calculados pelo BC.

## Indústria de transformação

A indústria de transformação foi o setor mais afetado no primeiro momento. Em maio, a produção industrial do estado caiu 26,4% em relação a abril, segundo dados da Pesquisa Industrial Mensal – Regional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), superando a retração de 20,9% ocorrida em abril de 2020, no início da pandemia (Gráfico 3). Essa contração aguda decorreu da paralisação total ou parcial de diversas unidades

produtivas e dos danos à infraestrutura logística. O recuo da atividade ocorreu em todas as catorze atividades com informações para o estado, com recuos menores em móveis e em celulose. Onze atividades registraram recuos superiores a 10%, com destaque para produtos químicos (-59,2%).

Em junho de 2024, a indústria gaúcha mostrou recuperação, com um crescimento de 35,0% em relação a maio, com retomada das operações em diversas plantas industriais. Setores como produtos químicos, veículos automotores, petróleo e derivados e alimentos foram os principais responsáveis pelo movimento de recuperação. No segundo semestre, a produção industrial voltou a operar sem grandes oscilações, apresentando dinâmica mais próxima à observada no restante do país. No acumulado do ano, a indústria de transformação do RS cresceu apenas 0,6%, abaixo dos 3,9% observados nas demais UF. Na comparação do quarto trimestre de 2024 com o mesmo período de 2023, a indústria gaúcha cresceu 2,8%, enquanto as demais UF cresceram 4,7%. Dessa forma, os dados sugerem que a indústria de transformação gaúcha, no final de 2024, ainda operava um pouco abaixo do seu nível normal de produção possivelmente em razão de dificuldades logísticas associadas a estragos na infraestrutura rodoviária.

**Gráfico 3 – Ind. de transformação - RS e Brasil ex-RS**



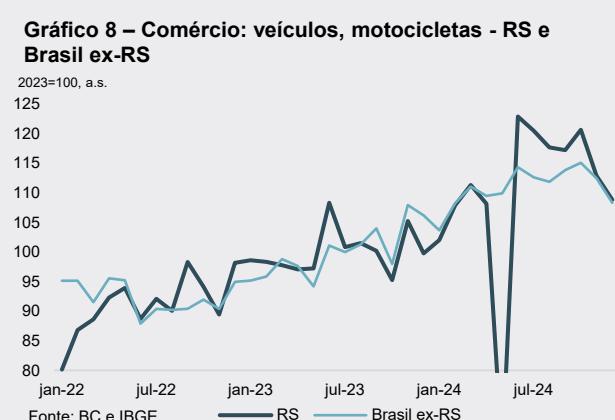
## Comércio

No comércio varejista, a dinâmica das vendas variou entre os segmentos, conforme o grau de essencialidade dos produtos. De acordo com a Pesquisa Mensal do Comércio (PMC/IBGE), os supermercados registraram um aumento nas vendas já em maio (3,2%), impulsionado pela antecipação de compras diante do receio de desabastecimento. Nos segmentos de móveis e eletrodomésticos, veículos e material de construção, o volume de vendas foi impulsionado após as enchentes, com os esforços das famílias de reconstrução ou reposição do que foi perdido. As vendas de móveis e eletrodomésticos cresceram 4,5% em maio e 19,7% em junho. As vendas de veículos registraram contração expressiva em maio, mas crescimento robusto em junho, que levou o nível de vendas para patamar 13,6% superior ao nível pré-enchente (abril/2025). As vendas de materiais de construção apresentaram crescimento expressivo em junho (22,3%) e se mantiveram em patamar elevado até o final do ano (Gráficos 4 a 9).

No agregado, o volume de vendas do comércio restrito cresceu 1,6% em maio e 1,5% em junho, enquanto o comércio ampliado ex-atacado de alimentos<sup>2</sup> variou -1,6% e 12,7%, respectivamente. Como mencionado, a recuperação expressiva das vendas de veículos e de materiais de construção explica essa diferença no comportamento. A recuperação verificada em junho fez com que, ao final do primeiro semestre, o patamar de vendas no RS estivesse significativamente acima da média nacional. No segundo semestre, o crescimento do comércio no RS foi semelhante ao do restante do país, fazendo com que a diferença de nível entre as séries fosse mantida. Assim, o comércio ampliado ex-atacado de alimentos cresceu 8,6% em 2024 comparativamente

2/ O comércio ampliado incluiu a partir de 2023 informações sobre o atacado de produtos alimentícios, bebidas e fumo. A análise neste boxe enfatiza a série sem esse segmento, que inclui algumas atividades pouco relacionadas com o consumo das famílias e apresenta padrão sazonal bastante distinto do restante do comércio.

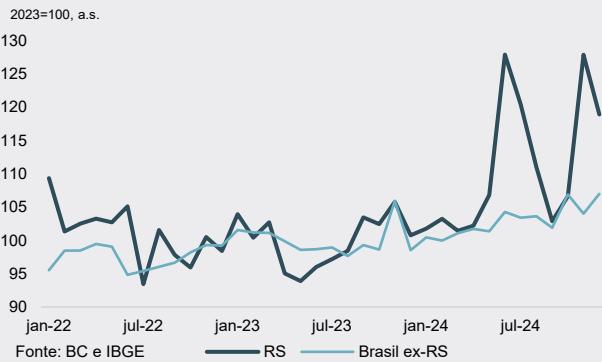
a 5,5% nos demais estados, enquanto no quarto trimestre a variação interanual foi de 11,8% no RS, acima dos 4,8% observados no restante do país.



**Gráfico 5 – Comércio varejista - RS e Brasil ex-RS**



**Gráfico 7 – Comércio: móveis e eletrodomésticos - RS e Brasil ex-RS**



**Gráfico 9 – Comércio: material de construção - RS e Brasil ex-RS**



## Serviços

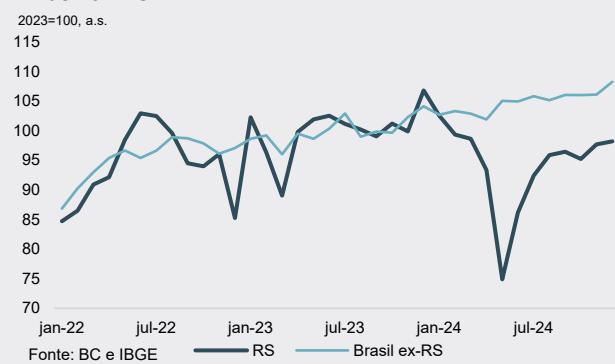
O setor de serviços também foi bastante afetado pelas enchentes, especialmente as atividades de serviços prestados às famílias (alojamento, alimentação e lazer) e as relacionadas a turismo ou transporte. Esses segmentos sofreram impactos relevantes da mudança do padrão de consumo da população – que priorizou a aquisição de bens essenciais e aqueles requeridos para reconstrução e reequipagem dos lares –, do fechamento por período prolongado do principal aeroporto do estado e da menor movimentação de pessoas e bens.<sup>3</sup> Em maio de 2024, o volume de atividades turísticas no estado caiu 31,1% enquanto o de serviços prestados às

3/ A análise dos serviços será concentrada nessas três aberturas. As demais atividades apresentadas na Pesquisa Mensal dos Serviços do IBGE possuem menor interesse pois foram menos afetadas pela enchente ou apresentam grande variabilidade na série histórica.

famílias recuou 19,8%, na comparação com abril, na série com ajuste sazonal (Gráficos 10 e 11). A análise do impacto sobre o segmento de transportes é prejudicada pela grande variação de preços verificada no subitem pedágio do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) (-86,18% em maio; 358,36% em junho e 57,86% em julho), que entra no cálculo do deflator do transporte rodoviário de cargas. Para esse segmento, a melhor forma de observar o impacto das enchentes é pelo indicador de receita nominal, que apresentou retração, na margem, de 22,1% em maio (Gráfico 12).

O retorno ao nível pré-enchente tem ocorrido gradualmente nos serviços prestados às famílias e nas atividades ligadas ao turismo. No quarto trimestre de 2024, essas atividades ainda operavam 5,2% e 6,5% (respectivamente) abaixo dos níveis observados no mesmo período de 2023. Para comparação, nas demais UF registrou-se aumento de 4,6% e 10,0%, na mesma ordem. Já o setor de transportes se recuperou em poucos meses, a exemplo do ocorrido na indústria. No RS, o crescimento interanual da receita nominal no segmento de transportes foi de 4,9% no quarto trimestre de 2024, valor semelhante ao observado no agregado das demais UF (5,5%).

**Gráfico 10 – Serviços prestados às famílias - RS e Brasil ex-RS**



**Gráfico 11 – Atividades turísticas - RS e Brasil ex-RS**



**Gráfico 12 – Transportes - receita nominal - RS e Brasil ex-RS**



## Produção agrícola

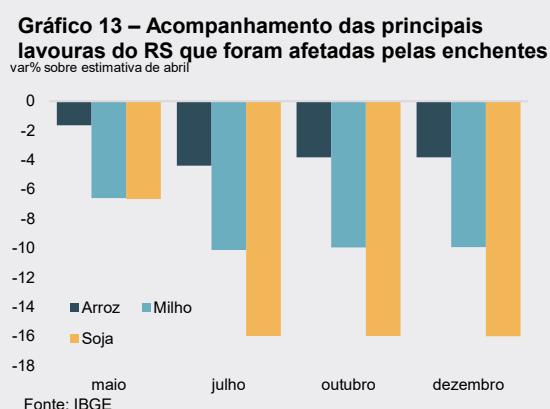
Nos últimos anos, a produção agrícola do RS tem sido significativamente impactada por eventos climáticos adversos. As safras de grãos de 2020, 2022 e 2023 foram marcadas por perdas tanto nas culturas de verão, em razão de estiagens severas, quanto nas de inverno, afetadas por episódios de geadas e excesso de chuvas. Dentro desses anos, 2022 se destacou pelo recuo mais expressivo na produção de grãos, com retração de 30,3% em relação ao ano anterior. Em 2023, houve um aumento modesto, de 3,2%, mas a produção ainda se situou 28,0% abaixo do máximo da série histórica, registrado em 2021.

Em 2024, as enchentes de maio trouxeram novas frustrações ao setor, sobretudo em áreas diretamente inundadas. No entanto, os danos à produção agrícola foram mitigados pelo fato de que grande parte das lavouras de verão já havia sido colhida no momento do evento. Ainda assim, os impactos foram significativos

sobre a soja, que em algumas regiões ainda estava sendo colhida. As culturas de milho e arroz, com colheita mais adiantada, apresentaram perdas relativamente menores. Em relação às culturas de inverno, o trigo, principal lavoura semeada nesse período, teve expectativa inicial frustrada, mas em decorrência de problemas climáticos não associados às enchentes de maio.

As revisões das estimativas de produção do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA/IBGE) oferecem uma ideia aproximada da magnitude das perdas, embora diversos outros fatores possam ter contribuído para as alterações. Em comparação ao levantamento de abril, a estimativa de maio apontou quedas de 6,7%, 6,6% e 1,6% nas safras de soja, milho e arroz, respectivamente. Até dezembro, essas reduções se intensificaram, alcançando 16,0%, 9,9% e 3,8%, na mesma ordem. Para o total dessas três lavouras, a retração acumulada na comparação entre a estimativa de abril e a do final do ano alcançou 12,5% (Gráfico 13), a maior já registrada nesse tipo de comparação desde o início da série histórica em 2007.

É importante ressaltar que, embora a safra tenha diminuído em relação às expectativas iniciais, o crescimento em comparação com 2023 foi bastante expressivo: 27,5% para grãos; com altas de 43,8% para a soja e de 41,1% para o trigo. Em grande medida, isso se deve à fraca base de comparação.

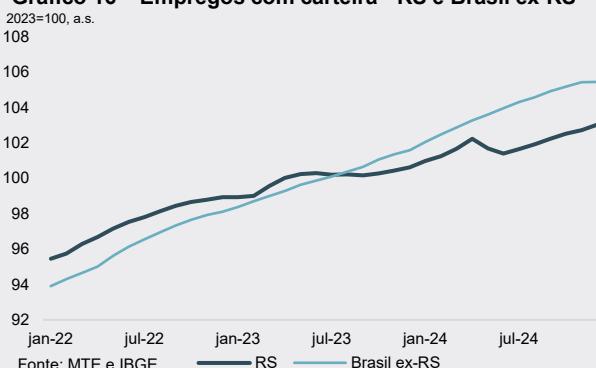


## Mercado de trabalho

O impacto das enchentes também foi sentido no mercado de trabalho. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral (PNADC), do IBGE, mostram que no segundo trimestre de 2024 – que inclui o período crítico das enchentes – a taxa de desocupação aumentou no RS e recuou nas demais UF (0,2 p.p. contra -0,5 p.p., dados com ajuste sazonal). No RS, houve relativa estabilidade da população ocupada, ante avanço de 0,9% nos outros estados. Nos trimestres seguintes, contudo, a taxa de desocupação voltou a recuar no RS, mais intensamente que nas demais regiões, em linha com a recuperação da atividade. No último trimestre do ano, a taxa de desocupação no RS e no restante do país estavam, respectivamente, 0,6 p.p. e 1,0 p.p. abaixo dos níveis verificados no primeiro trimestre. Entre o primeiro e o quarto trimestre do ano, a população ocupada cresceu 2,1% no RS e 1,9% nas demais UF, enquanto a força de trabalho avançou 1,4% e 0,9% nas mesmas localidades.

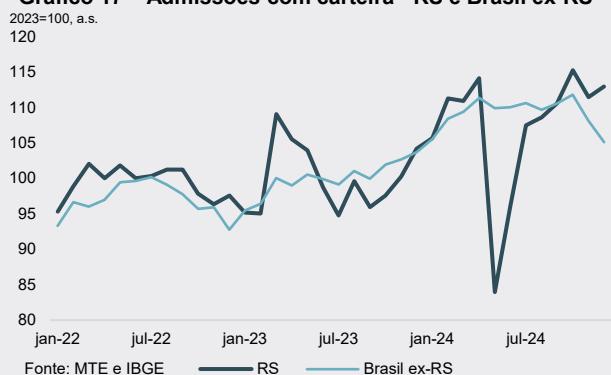
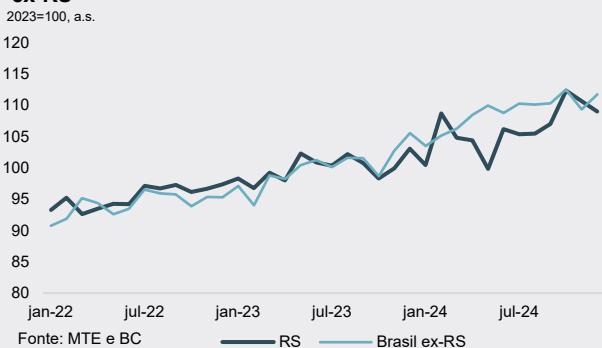
**Gráfico 14 – Taxa de desocupação - RS e Brasil ex-RS****Gráfico 15 – População ocupada - RS e Brasil ex-RS**

Os dados do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged), que cobre apenas o emprego formal, também mostram impacto das enchentes. O estoque de empregos recuou 0,8% no RS em maio e junho, ao contrário do observado no restante do país, onde cresceu 0,7% (Gráfico 16).<sup>4</sup> A diferença refletiu, principalmente, a queda acentuada das admissões<sup>5</sup> no estado (Gráfico 17); os desligamentos oscilaram no bimestre e não foram muito diferentes do observado nos meses anteriores (Gráfico 18). A partir de julho, o número de empregados voltou a crescer de forma consistente, seguindo uma tendência de crescimento menor que a do restante do país, como já ocorria antes das enchentes. O impacto das enchentes sobre o emprego foi heterogêneo entre os setores, em linha com o observado nos indicadores de atividade econômica. Destaca-se, em particular, o crescimento mais fraco do emprego nos serviços prestados às famílias, em comparação ao observado no restante do país.

**Gráfico 16 – Empregos com carteira - RS e Brasil ex-RS**

4/ Os empregados formais no estado, cerca de 2,8 milhões, diminuíram 15 mil em maio (-0,5%) e 8 mil em junho (-0,3%), com dados dessazonalizados pelo BC. Nas demais UF havia 43 milhões de empregos e foram gerados 137 mil postos de emprego formal em maio (0,3%) e 156 mil em junho (0,4%).

5/ Em contexto de retração de demanda e aumento de incerteza quanto à extensão e duração dos efeitos das enchentes, empregadores das regiões atingidas podem ter adotado postura mais cautelosa e postergado contratações à espera de recuperação da atividade econômica. Aumento das demissões, além dos custos envolvidos e da perda de capital humano com experiência profissional, podem ter sido evitados pelas políticas públicas implementadas para diminuir os impactos das chuvas. No bimestre, as contratações diminuíram cerca de 20% em relação ao trimestre anterior.

**Gráfico 17 – Admissões com carteira - RS e Brasil ex-RS****Gráfico 18 – Desligamentos com carteira - RS e Brasil ex-RS**

## Conclusão

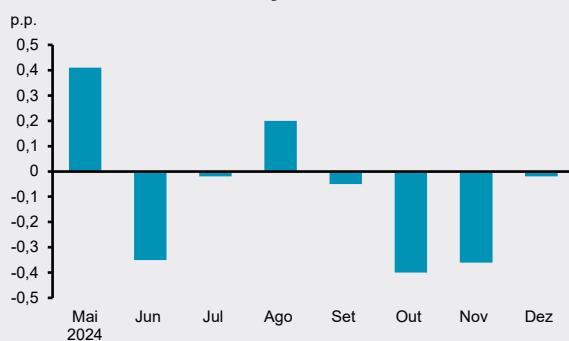
Excluída a produção agropecuária, o crescimento da economia do RS foi menor do que o do restante do Brasil em 2024. Em parte, isso se deveu às enchentes de maio, que resultaram em contração aguda da atividade econômica no mês, com recuperação ao longo do ano. Setorialmente, o impacto imediato e a recuperação subsequente foram heterogêneos, sendo que no geral o setor de serviços foi o mais afetado, sobretudo os prestados às famílias e os associados ao turismo. Padrões semelhantes foram observados no mercado de trabalho.

# Enchentes no Rio Grande do Sul e preços na região metropolitana de Porto Alegre

No final de abril e início de maio de 2024, o estado do Rio Grande do Sul (RS) foi atingido por fortes chuvas, que provocaram enchentes de grandes proporções. Além da tragédia humanitária, houve significativos impactos econômicos.<sup>1</sup> A grande dificuldade de realizar deslocamentos provocou interrupção temporária na produção industrial, no comércio e nos serviços, bem como dificultou a distribuição dos produtos já acabados disponíveis nos estoques, tanto industriais quanto agrícolas. A situação gerou um desequilíbrio temporário entre oferta e demanda em vários segmentos, impactando os preços.

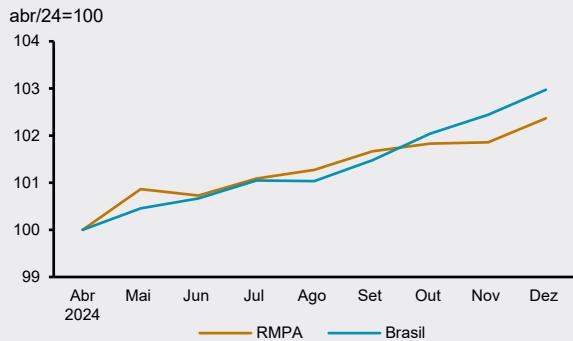
O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) da região metropolitana de Porto Alegre (RMPA) mostrou diferenças no comportamento dos preços em comparação com o restante do país. Em maio, o IPCA da região foi 0,41 p.p. maior que o do consolidado nacional. No entanto, no mês seguinte houve devolução quase total dessa diferença (0,35p.p.). Adicionalmente, no restante do ano, os preços na região continuaram com variações menores do que no consolidado nacional. No acumulado de maio a dezembro, a alta de preços na RMPA foi 0,6 p.p. menor do que no Brasil como um todo.

**Gráfico 1 – IPCA - Diferença entre RS e Brasil**



Fonte: IBGE, elaboração BC

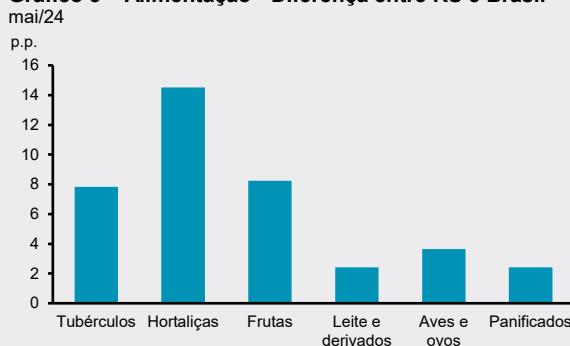
**Gráfico 2 – IPCA**



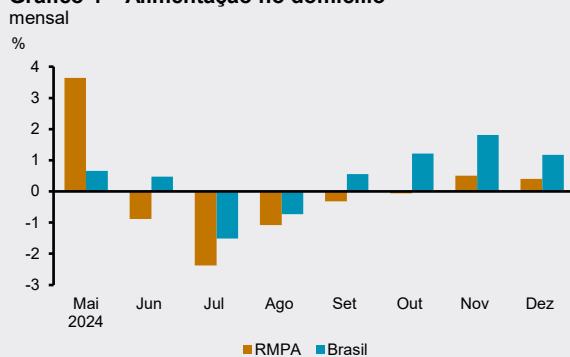
Fonte: IBGE

A elevação mais forte dos preços na RMPA em maio foi liderada pelos produtos alimentícios, cujos preços subiram quase 3 p.p. a mais que a média do Brasil (3,64%, ante 0,66%). Quase todos os itens do grupo alimentação apresentaram variações maiores na região. Os produtos *in natura*, por serem mais perecíveis, foram os mais afetados. Também apresentaram contribuições significativas para a diferença os itens leites e derivados, aves e ovos (particularmente, a carne de frango) e panificados. Em junho, a maior parte dos preços dos alimentos na RMPA subiu menos do que no país. Apenas hortaliças e verduras continuaram a aumentar com mais intensidade. Grande parte dos itens do segmento mostrou queda de preços, contribuindo para a deflação do índice agregado da região metropolitana no mês. O segmento continuou apresentando deflação nos três meses seguintes, terminando o ano com nível de preços pouco abaixo do verificado em abril.

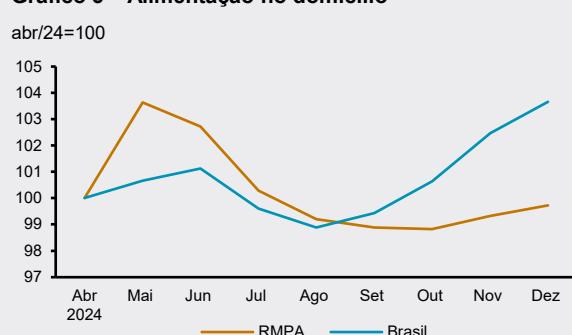
1/ O impacto das enchentes de maio sobre a economia gaúcha é discutido em outras seções deste Boletim, em particular no boxe [Impactos das enchentes de maio na atividade econômica e no mercado de trabalho do Rio Grande do Sul](#). Além disso, o tema foi discutido pelo BC no boxe [Impactos iniciais das enchentes na atividade econômica do RS](#) no Relatório de Inflação de junho de 2024; no [Relatório de Inflação de setembro de 2024](#) (ver subseção do sobre atividade econômica no capítulo 1); no [Relatório de Estabilidade Financeira de novembro de 2024](#) (ver seção 2.1, inclusive o boxe “Estimativa de impacto das enchentes no RS”); e no texto [Enchentes no RS e distribuição espacial das empresas](#), de autoria de Rodrigo de Sá da Silva, publicado no BC Blog em 11.06.2024.

**Gráfico 3 – Alimentação - Diferença entre RS e Brasil**

Fonte: IBGE, elaboração BC

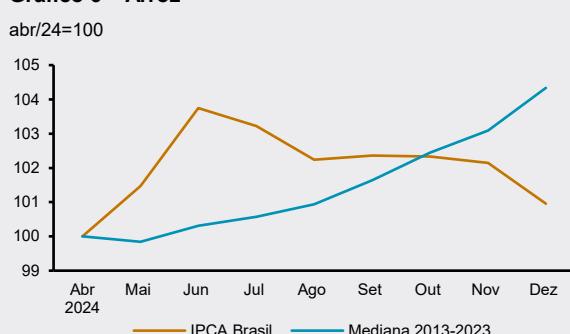
**Gráfico 4 – Alimentação no domicílio**

Fonte: IBGE

**Gráfico 5 – Alimentação no domicílio**

Fonte: IBGE

O RS é importante produtor de arroz e trigo e houve grande preocupação com o abastecimento desses produtos, com possível impacto em âmbito nacional. No entanto, no momento das enchentes, a colheita de arroz já estava praticamente finalizada, levando a perdas limitadas. Os maiores impactos decorreram de atraso na distribuição desse produto, devido às restrições de transporte, gerando limitação de oferta no primeiro momento. O preço do arroz aumentou mais que o padrão histórico<sup>2</sup> em maio e junho, mas, com a normalização da distribuição e a perspectiva de uma boa safra em 2025, recuou no segundo semestre, mais do que compensando a diferença acumulada naqueles dois meses. Já no caso do trigo, a grande preocupação foi com o possível atraso no plantio, que no estado ocorre entre maio e julho, o que poderia prejudicar a safra a ser colhida a partir de outubro. No entanto, apesar do pequeno atraso que se efetivou, não houve prejuízo relevante à safra gaúcha, uma vez que as condições climáticas foram mais favoráveis do que na safra anterior, aumentando a produtividade.<sup>3</sup>

**Gráfico 6 – Arroz**

Fonte: IBGE, elaboração BC

**Gráfico 7 – Farinha de trigo**

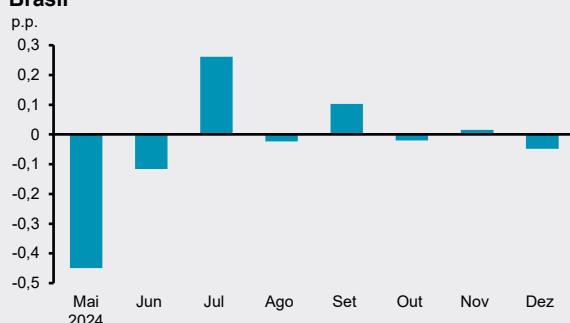
Fonte: IBGE, elaboração BC

2/ Como referência de padrão histórico foi usada a média das variações mensais entre 2013 e 2023, excluindo os anos de 2020 e 2021, muito influenciados pelo impacto da pandemia de Covid-19. Adicionalmente, foram excluídas as duas maiores e as duas menores variações de cada mês no período.

3/ Segundo dados do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, produzido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a produtividade das lavouras de trigo no Rio Grande do Sul foi de 2.781 kg/ha em 2024, próxima à média de 2.805 kg/ha do período 2018-2022 e muito superior aos 1.751 kg/ha de 2023, quando houve quebra da safra.

Diferentemente do segmento de alimentação no domicílio, os preços dos bens industriais apresentaram queda na RMPA no mês de maio, em contraposição à elevação no agregado nacional. Esse segmento abrange uma grande variedade de produtos, que foram afetados de maneiras diferentes, fazendo com que os comportamentos dos subitens fossem muito divergentes. Houve alta mais forte que a média nacional em artigos de limpeza, alimentos para animais e artigos de papelaria.<sup>4</sup> Por outro lado, os preços de veículos novos e suas peças e acessórios, artigos de residência, aparelho telefônico e produtos de higiene pessoal apresentaram variações mais modestas do que no consolidado nacional. Nos meses seguintes, particularmente entre junho e setembro, houve uma reversão desses movimentos: o primeiro grupo variou menos e o segundo variou mais, em comparação à média nacional. Como exceção, verifica-se o comportamento dos preços de vestuário e colchão. Ambos seguiram com variações abaixo da média nacional durante quase todo o ano, possivelmente devido ao recebimento de doações, que podem ter limitado a demanda por itens do comércio local.

**Gráfico 8 – Bens industriais - Diferença entre RS e Brasil**



Fonte: IBGE, elaboração BC

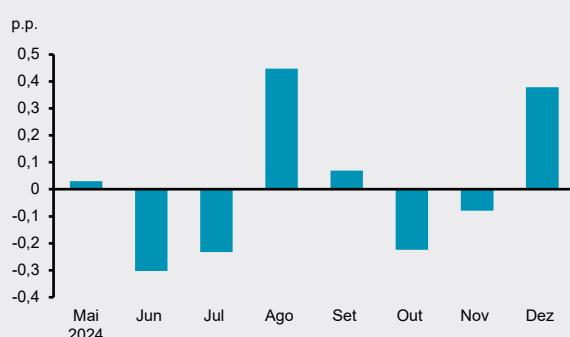
**Gráfico 9 – Bens industriais**



Fonte: IBGE

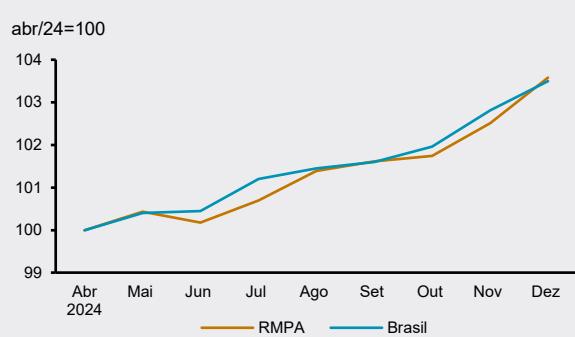
No segmento de serviços, embora a variação agregada tenha sido similar na RMPA e no consolidado nacional, a abertura por subitens revela alguns impactos das enchentes. Por exemplo, a demanda por restaurantes, academias de ginástica e estacionamentos foi afetada negativamente, levando à queda ou estabilidade de preços em um primeiro momento. Os preços de hospedagem e pacote turístico também chegaram a recuar, evidenciando o impacto das enchentes sobre o turismo na região. Por outro lado, tarifas de transporte por aplicativos aumentaram temporariamente, com maior demanda e menor oferta associadas à grande quantidade de veículos danificados. Com a recuperação da região, os preços de serviços cresceram um pouco mais rápido na RMPA que no restante do país, de forma que no acumulado entre maio e dezembro, as variações de preços dos serviços em Porto Alegre e no Brasil foram praticamente idênticas.

**Gráfico 10 – Serviços - Diferença entre RS e Brasil**



Fonte: IBGE, elaboração BC

**Gráfico 11 – Serviços**



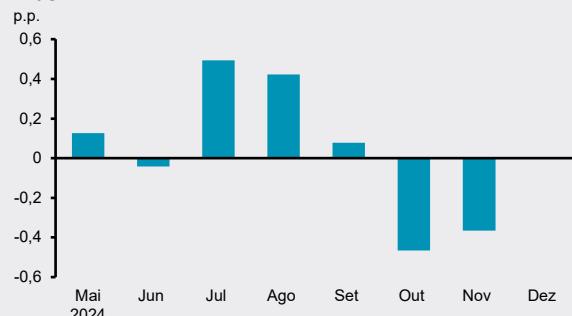
Fonte: IBGE

Nos preços administrados, houve esforço em alguns itens para mitigar o impacto econômico à população atingida. O reajuste das tarifas de energia elétrica de uma das distribuidoras que atendem a região foi

4/ O item reparos, que apresentou, em maio, variação um pouco maior no estado, também pode ter sido afetado. No entanto, materiais básicos (cimento, tijolo, areia), mais necessários no início da reconstrução, não fazem parte da cesta do IPCA para a região de Porto Alegre. Além disso, a variação do subitem mão de obra, com peso relevante no item reparos, é considerada idêntica para todas as regiões metropolitanas e capitais pesquisadas, conforme metodologia do IPCA.

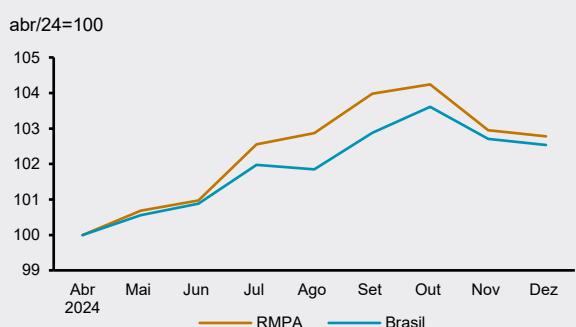
adiado de junho para agosto e parte das altas de distribuidoras atingidas foram postergadas para processos tarifários futuros. Houve ainda a postergação do reajuste de água e esgoto<sup>5</sup> de uma das concessionárias da região e a isenção de pedágio nas rodovias durante parte do mês de maio. Entretanto, os preços da gasolina e, principalmente, do gás de botijão, mesmo sem terem sofrido reajustes nas refinarias, tiveram, em maio, altas bem maiores do que em outras regiões do país – diferença que pode estar associada a dificuldades logísticas, que limitaram a oferta dos produtos. Essas altas mais intensas foram compensadas nos meses seguintes e, no acumulado de maio a dezembro, a variação dos preços administrados em Porto Alegre foi quase a mesma que a verificada no país.

**Gráfico 12 – Administrados - Diferença entre RS e Brasil**



Fonte: IBGE, elaboração BC

**Gráfico 13 – Administrados**



Fonte: IBGE

Em suma, as enchentes de abril e maio no Rio Grande do Sul tiveram impactos relevantes de curto prazo nos preços da região. No entanto, já em junho, houve devolução quase total da diferença constituída no mês anterior e, no acumulado entre maio e dezembro, os preços na região subiram menos que no agregado nacional. Adicionalmente, os preços nacionais do arroz e do trigo, culturas que têm o Rio Grande Sul como importante produtor, também só foram afetados no curto prazo. No caso do arroz, a colheita já estava quase finalizada quando ocorreram as inundações. Em relação ao trigo, apesar da menor área semeada e do atraso para iniciar o plantio, condições climáticas mais favoráveis aumentaram a produtividade no estado, restringindo o impacto nos preços.

5/ O reajuste das tarifas de água e esgoto de uma das concessionárias da região foi postergado de jul/24 para jan/25. Foram concedidas ainda isenções temporárias a grupos e categorias específicas, que não foram captadas pelo IPCA, por não configurarem alterações tarifárias de repercussão geral.



# Apêndice

## **Tabelas Adicionais**

## **Administração do Banco Central do Brasil**

## **Siglas**

## Tabelas Adicionais

**Tabela A.1.1 – Resumo dos indicadores de atividade econômica - 2024**

Discriminação	Peso <sup>1/</sup>	PIB / IBCR <sup>2/</sup>	VP da agricultura <sup>3/</sup>	PIM	Variação % no ano	
					PMC ampliada	PMS
<b>Brasil</b>	100,0	<b>3,4</b>	<b>-3,5</b>	<b>3,7</b>	<b>3,7</b>	<b>3,1</b>
<b>Norte</b>	5,8	<b>4,8</b>	<b>7,3</b>	<b>5,4</b>	<b>4,6</b>	<b>4,9</b>
Rondônia	0,7	-	<b>-2,6</b>	-	0,1	0,0
Acre	0,2	-	0,5	-	3,6	0,4
Amazonas	1,4	5,1	7,3	2,1	8,1	10,2
Roraima	0,2	-	<b>-3,1</b>	-	2,0	<b>-1,8</b>
Pará	2,4	5,6	7,5	5,4	2,7	1,3
Amapá	0,3	-	4,1	-	16,9	7,7
Tocantins	0,6	-	7,2	-	2,8	4,7
<b>Nordeste</b>	<b>14,0</b>	<b>4,1</b>	<b>3,3</b>	<b>-3,5</b>	<b>6,9</b>	<b>2,6</b>
Maranhão	1,4	-	3,1	<b>-3,0</b>	6,7	2,7
Piauí	0,8	-	<b>-2,4</b>	-	7,1	3,6
Ceará	2,1	5,5	13,1	<b>-4,9</b>	7,0	0,9
Rio Grande do Norte	1,0	-	14,7	13,2	6,1	4,7
Paraíba	0,9	-	8,3	-	11,2	4,8
Pernambuco	2,4	4,8	31,3	2,0	6,9	4,4
Alagoas	0,8	-	<b>-0,8</b>	-	6,5	1,7
Sergipe	0,6	-	0,6	-	5,9	7,1
Bahia	4,0	3,1	<b>-0,4</b>	<b>-1,9</b>	5,8	1,1
<b>Sudeste</b>	<b>52,8</b>	<b>3,2</b>	<b>-6,3</b>	<b>1,3</b>	<b>1,4</b>	<b>4,1</b>
Minas Gerais	9,2	3,0	<b>-5,6</b>	3,5	1,6	2,0
Espírito Santo	1,7	2,8	6,4	11,0	1,7	6,3
Rio de Janeiro	11,8	2,0	0,4	6,1	1,4	3,9
São Paulo	30,1	3,8	<b>-8,7</b>	<b>-1,8</b>	1,3	4,5
<b>Sul</b>	<b>16,5</b>	<b>4,2</b>	<b>-0,4</b>	<b>-1,1</b>	<b>7,0</b>	<b>0,8</b>
Paraná	6,2	3,0	<b>-13,8</b>	2,5	5,1	4,1
Santa Catarina	4,4	5,6	<b>-9,9</b>	<b>-1,1</b>	7,0	6,5
Rio Grande do Sul	5,9	4,3	22,3	<b>-4,8</b>	9,3	<b>-7,3</b>
<b>Centro-Oeste</b>	<b>11,0</b>	<b>2,9</b>	<b>-6,8</b>	<b>4,1</b>	<b>4,0</b>	<b>-2,0</b>
Mato Grosso do Sul	1,7	-	<b>-20,2</b>	<b>-0,8</b>	<b>-1,8</b>	<b>-6,5</b>
Mato Grosso	2,6	-	<b>-6,1</b>	5,7	<b>-0,2</b>	<b>-10,2</b>
Goiás	3,3	3,4	0,9	6,0	8,7	<b>-1,1</b>
Distrito Federal	3,4	-	13,2	-	7,7	5,8

Fontes: IBGE e BC

<sup>1</sup> Participação percentual no VAB Nacional - Contas Regionais 2021 (IBGE).

<sup>2</sup> Para o Brasil, variação do PIB das Contas Nacionais. Para estados e regiões, variação do IBCR.

<sup>3</sup> Agregação da variação dos volumes produzidos conforme o LSPA com pesos da PAM do ano anterior.

**Tabela A.1.2 – PIB nacional e IBCR<sup>1</sup>**

Discriminação	Peso <sup>2</sup> (2022)	Variação % anual					
		2019	2020	2021	2022	2023	2024
<b>Brasil</b>	100,0	<b>1,2</b>	<b>-3,3</b>	<b>4,8</b>	<b>3,0</b>	<b>3,2</b>	<b>3,4</b>
<b>Norte</b>	5,8	<b>2,1</b>	<b>-1,8</b>	<b>3,2</b>	<b>2,8</b>	<b>4,0</b>	<b>4,8</b>
Amazonas	1,4	2,1	<b>-4,4</b>	4,2	4,9	2,5	5,1
Pará	2,4	1,7	<b>-0,5</b>	1,5	0,1	5,3	5,6
<b>Nordeste</b>	14,0	<b>0,4</b>	<b>-4,1</b>	<b>2,8</b>	<b>3,6</b>	<b>2,3</b>	<b>4,1</b>
Ceará	2,1	1,6	<b>-4,5</b>	3,6	2,8	1,1	5,5
Pernambuco	2,4	2,0	<b>-3,3</b>	4,6	2,2	2,6	4,8
Bahia	4,0	0,2	<b>-3,1</b>	2,7	3,4	3,0	3,1
<b>Sudeste</b>	52,8	<b>1,7</b>	<b>-3,2</b>	<b>4,1</b>	<b>3,0</b>	<b>2,6</b>	<b>3,2</b>
Minas Gerais	1,7	<b>-0,2</b>	<b>-1,9</b>	5,1	3,3	4,0	3,0
Espírito Santo	9,2	<b>-3,7</b>	<b>-6,0</b>	6,6	<b>-1,6</b>	3,3	2,8
Rio de Janeiro	11,8	1,8	<b>-3,5</b>	3,4	4,6	5,2	2,0
São Paulo	30,1	2,5	<b>-3,3</b>	3,8	2,6	1,1	3,8
<b>Sul</b>	16,5	<b>2,3</b>	<b>-3,7</b>	<b>5,6</b>	<b>-0,0</b>	<b>3,3</b>	<b>4,2</b>
Paraná	6,2	2,5	<b>-1,1</b>	3,3	<b>-0,4</b>	5,6	3,0
Santa Catarina	4,4	3,2	<b>-2,6</b>	6,8	2,1	2,4	5,6
Rio Grande do Sul	5,9	1,5	<b>-6,9</b>	7,3	<b>-1,2</b>	1,7	4,3
<b>Centro-Oeste</b>	11,0	<b>2,1</b>	<b>-1,1</b>	<b>2,5</b>	<b>5,8</b>	<b>6,7</b>	<b>2,9</b>
Goiás	3,3	2,4	<b>-0,8</b>	3,2	4,6	6,5	3,4

Fontes: IBGE e BC

1/ Para o Brasil, variação do PIB das Contas Nacionais. Para estados e regiões, variação do IBCR.

2/ Participação no VAB Nacional - Contas Regionais 2021 (IBGE).

**Tabela A.1.3 – Valor de produção da agricultura<sup>1</sup>**

Discriminação	Peso (2023)	Variação % anual					
		2019	2020	2021	2022	2023	2024
<b>Brasil</b>	100,0	<b>1,9</b>	<b>4,3</b>	<b>-0,1</b>	<b>0,5</b>	<b>16,1</b>	<b>-3,5</b>
<b>Norte</b>	7,3	<b>4,0</b>	<b>7,8</b>	<b>4,8</b>	<b>12,2</b>	<b>11,1</b>	<b>7,3</b>
Rondônia	1,4	8,0	5,3	2,6	21,4	14,9	-2,6
Acre	0,1	-4,5	-1,6	3,5	5,9	9,5	0,5
Amazonas	0,3	-5,8	-1,7	-6,8	2,5	9,6	7,3
Roraima	0,2	9,8	9,5	31,5	27,8	18,1	-3,1
Pará	3,5	4,5	8,3	4,1	9,6	6,8	7,5
Amapá	0,0	-2,6	1,9	-14,3	1,2	-12,4	4,1
Tocantins	1,8	2,9	12,5	8,0	10,3	15,3	7,2
<b>Nordeste</b>	11,6	<b>1,5</b>	<b>7,2</b>	<b>2,2</b>	<b>5,6</b>	<b>8,2</b>	<b>3,3</b>
Maranhão	1,4	6,2	7,7	5,0	7,6	6,9	3,1
Piauí	1,6	0,8	9,3	2,8	15,1	8,4	-2,4
Ceará	0,6	6,0	18,2	-11,7	12,0	-7,4	13,1
Rio Grande do Norte	0,4	-0,8	0,7	-1,6	-1,5	10,9	14,7
Paraíba	0,3	-5,5	5,2	-7,5	7,3	10,8	8,3
Pernambuco	1,1	4,3	0,7	3,9	-1,2	15,7	31,3
Alagoas	0,5	18,5	-7,6	9,4	-6,1	5,5	-0,8
Sergipe	0,3	49,4	14,6	-6,6	3,6	5,4	0,6
Bahia	5,3	-3,1	9,6	3,5	4,2	9,1	-0,4
<b>Sudeste</b>	21,6	<b>-1,8</b>	<b>6,8</b>	<b>-6,8</b>	<b>6,7</b>	<b>6,8</b>	<b>-6,3</b>
Minas Gerais	9,9	-5,5	17,0	-13,0	6,8	15,5	-5,6
Espírito Santo	1,8	-1,4	1,6	4,2	9,8	-11,1	6,4
Rio de Janeiro	0,3	5,9	5,7	-9,6	3,0	-5,9	0,4
São Paulo	13,8	0,2	1,8	-4,3	5,9	4,5	-8,7
<b>Sul</b>	21,6	<b>-1,0</b>	<b>-5,3</b>	<b>9,9</b>	<b>-19,9</b>	<b>22,4</b>	<b>-0,4</b>
Paraná	11,1	-4,5	13,4	-11,4	-8,1	33,2	-13,8
Santa Catarina	2,8	-1,4	-1,4	1,7	-1,0	11,9	-9,9
Rio Grande do Sul	7,7	2,9	-24,4	45,9	-34,7	11,4	22,3
<b>Centro-Oeste</b>	33,7	<b>8,0</b>	<b>8,0</b>	<b>-3,6</b>	<b>7,7</b>	<b>22,7</b>	<b>-6,8</b>
Mato Grosso do Sul	6,3	0,9	12,6	-7,8	3,8	38,7	-20,2
Mato Grosso	18,8	12,3	6,9	-3,8	10,4	20,7	-6,1
Goiás	8,4	4,6	7,2	-0,5	6,3	17,5	0,9
Distrito Federal	0,2	6,8	8,4	-13,6	1,2	2,3	13,2

Fontes: IBGE e BC

<sup>1</sup> Variação dos volumes produzidos por produto ponderados pelo valor da produção em reais da PAM do ano anterior.

**Tabela A.1.4 – Produção da indústria geral**

Discriminação	Peso (2022)	Variação % anual					
		2019	2020	2021	2022	2023	2024
<b>Brasil</b>	100,0	<b>-1,1</b>	<b>-4,5</b>	<b>3,9</b>	<b>-0,7</b>	<b>0,1</b>	<b>3,1</b>
<b>Norte</b>	7,1	<b>1,2</b>	<b>-2,4</b>	<b>0,5</b>	<b>-3,5</b>	<b>4,0</b>	<b>4,8</b>
Amazonas	3,0	4,5	<b>-5,4</b>	6,5	3,8	2,1	3,6
Pará	4,2	<b>-1,1</b>	<b>-0,1</b>	<b>-3,7</b>	<b>-9,1</b>	5,4	5,7
<b>Nordeste</b>	10,1	<b>-2,8</b>	<b>-3,2</b>	<b>-6,3</b>	<b>-1,0</b>	<b>-3,5</b>	<b>2,5</b>
Maranhão	0,6	-	-	-	-	<b>-3,0</b>	2,5
Ceará	1,4	1,6	<b>-6,2</b>	3,7	<b>-4,9</b>	<b>-4,9</b>	6,9
Rio Grande do Norte	0,7	-	-	-	-	13,2	7,4
Pernambuco	2,1	5,8	2,0	<b>-1,5</b>	<b>-3,2</b>	2,0	4,6
Bahia	4,1	<b>-2,8</b>	<b>-5,0</b>	<b>-13,2</b>	2,4	<b>-1,9</b>	2,7
<b>Sudeste</b>	58,0	<b>-1,3</b>	<b>-4,5</b>	<b>5,5</b>	<b>0,5</b>	<b>1,3</b>	<b>2,2</b>
Minas Gerais	11,6	<b>-5,6</b>	<b>-2,5</b>	9,7	<b>-1,3</b>	3,5	2,5
Espírito Santo	2,2	<b>-15,1</b>	<b>-14,5</b>	4,8	<b>-8,4</b>	11,0	<b>-1,6</b>
Rio de Janeiro	11,4	1,9	0,2	4,1	4,6	6,1	0,1
São Paulo	32,8	<b>-0,0</b>	<b>-6,0</b>	4,8	0,2	<b>-1,8</b>	3,1
<b>Sul</b>	19,3	<b>3,6</b>	<b>-4,2</b>	<b>9,4</b>	<b>-2,3</b>	<b>-1,1</b>	<b>3,9</b>
Paraná	7,1	5,7	<b>-2,5</b>	9,1	<b>-4,2</b>	2,5	4,2
Santa Catarina	5,3	2,2	<b>-4,6</b>	10,2	<b>-4,3</b>	<b>-1,1</b>	7,6
Rio Grande do Sul	6,9	2,5	<b>-5,5</b>	9,0	1,1	<b>-4,8</b>	0,6
<b>Centro-Oeste</b>	5,4	<b>0,6</b>	<b>-0,8</b>	<b>-2,7</b>	<b>7,3</b>	<b>4,1</b>	<b>3,5</b>
Mato Grosso do Sul	1,4	-	-	-	-	<b>-0,8</b>	3,5
Mato Grosso	1,3	<b>-3,7</b>	<b>-5,6</b>	<b>-0,2</b>	19,4	5,7	5,4
Goiás	2,7	2,8	1,6	<b>-3,9</b>	1,4	6,0	2,6

Fonte: IBGE

**Tabela A.1.5 – Produção da indústria de transformação**

Discriminação	Peso <sup>1</sup> (2022)	Variação % anual					
		2019	2020	2021	2022	2023	2024
<b>Brasil</b>	85,4	<b>0,2</b>	<b>-4,6</b>	<b>4,3</b>	<b>-0,4</b>	<b>-1,1</b>	<b>3,7</b>
<b>Norte</b>	3,4	<b>5,1</b>	<b>-5,5</b>	<b>3,7</b>	<b>2,7</b>	<b>1,5</b>	<b>5,4</b>
Amazonas	2,8	4,8	-5,0	6,9	4,1	2,3	4,0
Pará	0,6	7,0	-8,5	-13,7	-6,9	-2,1	11,9
<b>Nordeste</b>	9,5	<b>-2,5</b>	<b>-2,4</b>	<b>-6,5</b>	<b>-0,2</b>	<b>-1,3</b>	<b>3,0</b>
Maranhão	0,5	-	-	-	-	-2,4	3,2
Ceará	1,4	1,6	-6,2	3,7	-4,9	-4,9	6,9
Rio Grande do Norte	0,5	-	-	-	-	30,4	15,3
Pernambuco	2,1	5,8	2,0	-1,5	-3,2	2,0	4,6
Bahia	3,8	<b>-2,8</b>	<b>-4,9</b>	<b>-14,3</b>	3,4	<b>-0,4</b>	2,9
<b>Sudeste</b>	46,7	<b>-0,7</b>	<b>-5,1</b>	<b>6,0</b>	<b>0,6</b>	<b>-0,5</b>	<b>3,2</b>
Minas Gerais	8,4	0,8	-1,0	8,6	-1,2	1,8	2,8
Espírito Santo	0,9	<b>-9,0</b>	<b>-1,9</b>	15,2	<b>-3,5</b>	<b>-3,6</b>	1,4
Rio de Janeiro	5,5	<b>-4,1</b>	<b>-6,1</b>	7,7	5,2	3,5	2,1
São Paulo	32,0	<b>-0,0</b>	<b>-6,0</b>	4,8	0,2	<b>-1,7</b>	3,6
<b>Sul</b>	19,3	<b>3,6</b>	<b>-4,2</b>	<b>9,4</b>	<b>-2,3</b>	<b>-1,1</b>	<b>3,9</b>
Paraná	7,1	5,7	-2,5	9,1	-4,2	2,5	4,2
Santa Catarina	5,3	2,2	-4,6	10,2	-4,3	-1,1	7,6
Rio Grande do Sul	6,9	2,5	-5,5	9,0	1,1	-4,8	0,6
<b>Centro-Oeste</b>	5,2	<b>0,7</b>	<b>-0,8</b>	<b>-3,3</b>	<b>7,4</b>	<b>4,4</b>	<b>4,1</b>
Mato Grosso do Sul	1,4	-	-	-	-	<b>-0,5</b>	5,0
Mato Grosso	1,3	<b>-3,7</b>	<b>-5,6</b>	<b>-0,2</b>	19,4	5,7	5,4
Goiás	2,6	3,2	1,8	<b>-4,8</b>	1,2	6,3	3,0

Fonte: IBGE

<sup>1</sup> Na indústria geral nacional

**Tabela A.1.6 – Produção da indústria extrativa**

Discriminação	Peso (2022)	Variação % anual					
		2019	2020	2021	2022	2023	2024
<b>Brasil</b>	14,6	<b>-9,7</b>	<b>-3,4</b>	<b>1,0</b>	<b>-3,2</b>	<b>7,3</b>	<b>0,0</b>
<b>Norte</b>	3,7	<b>-2,1</b>	<b>0,5</b>	<b>-2,3</b>	<b>-9,1</b>	<b>6,3</b>	<b>4,3</b>
Amazonas	0,2	0,4	-12,6	-1,2	-2,4	-0,9	-2,0
Pará	3,5	<b>-2,2</b>	1,1	<b>-2,4</b>	<b>-9,3</b>	6,7	4,6
<b>Nordeste</b>	0,6	<b>-6,4</b>	<b>-12,2</b>	<b>-4,3</b>	<b>-12,5</b>	<b>-36,3</b>	<b>-8,1</b>
Maranhão	0,1	-	-	-	-	-7,8	-3,2
Rio Grande do Norte	0,2	-	-	-	-	-41,3	-48,4
Bahia	0,3	<b>-2,6</b>	<b>-6,7</b>	7,1	<b>-13,4</b>	<b>-22,4</b>	-1,2
<b>Sudeste</b>	11,3	<b>-5,9</b>	<b>-0,1</b>	<b>2,0</b>	<b>0,1</b>	<b>8,6</b>	<b>-1,9</b>
Minas Gerais	3,2	<b>-25,2</b>	<b>-8,5</b>	14,8	<b>-1,6</b>	7,7	1,8
Espírito Santo	1,3	<b>-21,2</b>	<b>-28,9</b>	<b>-11,7</b>	<b>-18,7</b>	20,5	-3,1
Rio de Janeiro	5,9	14,5	11,1	<b>-1,4</b>	3,5	8,5	-1,7
São Paulo	0,8	-	-	-	-	<b>-7,0</b>	<b>-18,2</b>
<b>Centro-Oeste</b>	0,2	<b>-3,8</b>	<b>-1,7</b>	<b>15,2</b>	<b>3,3</b>	<b>-3,1</b>	<b>-13,3</b>
Mato Grosso do Sul	0,1	-	-	-	-	-6,6	-25,7
Goiás	0,1	<b>-3,8</b>	<b>-1,7</b>	15,2	3,3	-0,8	-5,8

Fonte: IBGE

<sup>1</sup> Na indústria geral nacional

**Tabela A.1.7 – Volume de vendas no comércio ampliado**

Discriminação	Peso (2022)	Variação % anual					
		2019	2020	2021	2022	2023	2024
<b>Brasil</b>	100,0	<b>3,9</b>	<b>-1,4</b>	<b>4,5</b>	<b>-0,6</b>	<b>2,3</b>	<b>3,7</b>
<b>Norte</b>	4,2	<b>6,0</b>	<b>6,6</b>	<b>5,0</b>	<b>1,0</b>	<b>1,6</b>	<b>4,6</b>
Rondônia	0,4	1,0	3,4	11,1	<b>-1,8</b>	1,6	0,1
Acre	0,2	3,5	4,0	4,4	0,6	1,8	3,6
Amazonas	1,1	6,2	7,5	<b>-0,5</b>	0,0	3,8	8,1
Roraima	0,3	5,4	6,1	10,7	6,8	<b>-3,6</b>	2,0
Pará	1,6	5,9	8,7	9,4	1,4	0,2	2,7
Amapá	0,2	21,5	2,2	7,0	1,9	0,9	16,9
Tocantins	0,4	7,1	6,9	3,6	3,6	4,6	2,8
<b>Nordeste</b>	<b>15,4</b>	<b>1,3</b>	<b>-2,7</b>	<b>8,3</b>	<b>-2,9</b>	<b>3,5</b>	<b>6,9</b>
Maranhão	1,5	<b>-0,0</b>	6,0	2,3	<b>-0,2</b>	12,0	6,7
Piauí	0,8	<b>-3,5</b>	<b>-0,2</b>	12,6	2,5	0,6	7,1
Ceará	2,6	3,1	<b>-5,0</b>	7,2	0,3	6,3	7,0
Rio Grande do Norte	0,9	0,6	<b>-4,2</b>	2,5	0,5	0,6	6,1
Paraíba	1,2	<b>-0,7</b>	0,5	2,0	8,4	0,0	11,2
Pernambuco	2,9	2,3	<b>-0,4</b>	17,9	<b>-10,1</b>	1,4	6,9
Alagoas	0,7	0,7	<b>-0,7</b>	4,4	3,9	2,4	6,5
Sergipe	0,6	<b>-1,0</b>	<b>-3,1</b>	6,1	0,5	2,1	5,9
Bahia	4,1	1,8	<b>-7,9</b>	7,3	<b>-6,7</b>	2,6	5,8
<b>Sudeste</b>	<b>51,2</b>	<b>4,1</b>	<b>-1,9</b>	<b>3,0</b>	<b>-1,4</b>	<b>2,9</b>	<b>1,4</b>
Minas Gerais	9,5	2,5	2,5	5,4	0,9	1,4	1,6
Espírito Santo	2,7	5,2	4,0	13,6	0,3	9,6	1,7
Rio de Janeiro	8,4	1,5	<b>-2,8</b>	2,3	<b>-4,2</b>	2,5	1,4
São Paulo	30,6	5,3	<b>-3,2</b>	1,7	<b>-1,4</b>	2,9	1,3
<b>Sul</b>	<b>20,5</b>	<b>4,7</b>	<b>-1,1</b>	<b>4,7</b>	<b>1,2</b>	<b>1,2</b>	<b>7,0</b>
Paraná	8,0	2,7	<b>-0,4</b>	1,8	<b>-2,7</b>	<b>-0,6</b>	5,1
Santa Catarina	5,9	10,0	2,9	8,7	2,5	3,6	7,0
Rio Grande do Sul	6,6	2,4	<b>-5,2</b>	4,0	3,7	1,3	9,3
<b>Centro-Oeste</b>	<b>8,8</b>	<b>3,8</b>	<b>-1,0</b>	<b>6,7</b>	<b>2,7</b>	<b>-0,8</b>	<b>4,0</b>
Mato Grosso do Sul	1,6	2,0	3,6	11,6	4,3	<b>-9,0</b>	<b>-1,8</b>
Mato Grosso	2,6	6,6	0,9	6,4	6,1	1,6	<b>-0,2</b>
Goiás	2,7	3,1	<b>-2,4</b>	10,1	1,5	<b>-0,2</b>	8,7
Distrito Federal	1,9	3,5	<b>-5,2</b>	<b>-2,2</b>	<b>-1,0</b>	1,8	7,7

Fonte: IBGE

**Tabela A.1.8 – Volume de vendas no comércio varejista restrito**

Discriminação	Peso (2022)	Variação % anual					
		2019	2020	2021	2022	2023	2024
<b>Brasil</b>	100,0	<b>1,8</b>	<b>1,2</b>	<b>1,4</b>	<b>1,0</b>	<b>1,7</b>	<b>4,1</b>
<b>Norte</b>	4,3	<b>5,8</b>	<b>6,3</b>	<b>4,2</b>	<b>3,3</b>	<b>2,5</b>	<b>5,6</b>
Rondônia	0,3	<b>-0,8</b>	0,3	7,0	<b>-1,5</b>	<b>-0,6</b>	2,8
Acre	0,2	6,5	5,0	3,3	1,9	4,0	5,8
Amazonas	1,2	7,9	7,3	<b>-1,2</b>	2,2	3,1	4,8
Roraima	0,3	5,5	2,6	6,2	11,1	2,7	6,1
Pará	1,7	4,8	9,4	7,1	4,2	0,8	4,4
Amapá	0,2	16,6	0,4	8,5	6,1	1,0	17,0
Tocantins	0,3	6,1	<b>-0,1</b>	<b>-7,3</b>	<b>-2,1</b>	11,6	8,4
<b>Nordeste</b>	<b>15,8</b>	<b>-0,3</b>	<b>-1,6</b>	<b>-1,0</b>	<b>1,0</b>	<b>3,6</b>	<b>6,5</b>
Maranhão	1,5	0,4	7,7	<b>-1,8</b>	2,2	10,3	5,3
Piauí	0,9	<b>-6,0</b>	6,7	10,0	1,9	<b>-0,5</b>	6,2
Ceará	2,6	<b>-1,4</b>	<b>-5,8</b>	<b>-3,3</b>	4,3	8,4	7,2
Rio Grande do Norte	1,0	<b>-0,0</b>	<b>-3,2</b>	<b>-0,8</b>	0,8	<b>-0,8</b>	4,9
Paraíba	1,3	<b>-1,0</b>	2,4	<b>-4,0</b>	13,9	<b>-3,7</b>	11,6
Pernambuco	2,9	0,5	0,7	1,3	<b>-4,1</b>	1,0	4,5
Alagoas	0,7	<b>-2,4</b>	<b>-2,2</b>	<b>-1,0</b>	7,2	3,4	6,4
Sergipe	0,6	<b>-1,9</b>	<b>-3,7</b>	<b>-3,8</b>	1,3	1,9	4,9
Bahia	4,1	2,1	<b>-4,3</b>	<b>-0,6</b>	<b>-3,4</b>	4,8	6,9
<b>Sudeste</b>	<b>52,9</b>	<b>1,8</b>	<b>1,7</b>	<b>2,0</b>	<b>-0,3</b>	<b>1,1</b>	<b>2,9</b>
Minas Gerais	9,6	1,0	3,5	3,1	2,0	2,9	3,2
Espírito Santo	2,6	4,7	4,7	6,8	5,8	3,0	0,9
Rio de Janeiro	10,2	0,5	1,2	<b>-0,5</b>	<b>-3,5</b>	<b>-0,2</b>	1,0
São Paulo	30,6	2,5	1,1	2,2	<b>-0,4</b>	0,8	3,7
<b>Sul</b>	<b>19,1</b>	<b>2,9</b>	<b>1,1</b>	<b>1,4</b>	<b>3,1</b>	<b>2,0</b>	<b>5,1</b>
Paraná	6,8	<b>-0,7</b>	0,7	<b>-0,4</b>	0,1	1,1	3,1
Santa Catarina	5,5	8,6	5,6	1,5	1,1	2,8	3,8
Rio Grande do Sul	6,8	1,5	<b>-2,2</b>	2,9	7,1	2,3	8,0
<b>Centro-Oeste</b>	<b>7,9</b>	<b>1,4</b>	<b>0,2</b>	<b>-0,4</b>	<b>4,4</b>	<b>1,1</b>	<b>3,7</b>
Mato Grosso do Sul	1,4	0,6	4,5	5,6	6,5	2,3	4,7
Mato Grosso	2,3	3,6	4,0	<b>-0,6</b>	8,5	2,2	1,3
Goiás	2,3	0,3	<b>-2,2</b>	<b>-0,5</b>	<b>-0,4</b>	0,7	4,5
Distrito Federal	1,9	0,8	<b>-4,9</b>	<b>-5,0</b>	2,8	<b>-0,7</b>	4,7

Fonte: IBGE

**Tabela A.1.9 – Volume de serviços**

Discriminação	Peso (2022)	Variação % anual					
		2019	2020	2021	2022	2023	2024
<b>Brasil</b>	100,0	<b>1,0</b>	<b>-7,8</b>	<b>10,9</b>	<b>8,3</b>	<b>2,9</b>	<b>3,1</b>
<b>Norte</b>	2,9	<b>0,6</b>	<b>-1,1</b>	<b>11,7</b>	<b>7,9</b>	<b>3,9</b>	<b>4,9</b>
Rondônia	0,2	<b>-5,9</b>	0,2	1,9	1,0	7,4	0,0
Acre	0,1	<b>-7,1</b>	<b>-7,2</b>	16,3	2,4	7,3	0,4
Amazonas	1,1	3,9	0,6	11,4	8,9	1,1	10,2
Roraima	0,1	1,1	<b>-9,1</b>	21,0	13,1	1,5	<b>-1,8</b>
Pará	1,1	<b>-0,9</b>	<b>-0,5</b>	12,5	6,5	5,3	1,3
Amapá	0,1	<b>-4,1</b>	<b>-9,2</b>	10,8	18,9	<b>-2,4</b>	7,7
Tocantins	0,2	3,4	<b>-6,4</b>	17,5	14,1	11,0	4,7
<b>Nordeste</b>	9,0	<b>-0,7</b>	<b>-13,2</b>	<b>10,7</b>	<b>9,1</b>	<b>5,1</b>	<b>2,6</b>
Maranhão	0,7	3,0	<b>-4,1</b>	9,6	6,3	7,8	2,7
Piauí	0,3	<b>-5,4</b>	<b>-14,5</b>	4,0	6,6	5,6	3,6
Ceará	1,7	0,3	<b>-13,6</b>	13,1	10,2	3,6	0,9
Rio Grande do Norte	0,5	0,7	<b>-15,7</b>	10,3	5,1	5,0	4,7
Paraíba	0,4	<b>-0,6</b>	<b>-10,9</b>	9,2	12,1	8,1	4,8
Pernambuco	2,0	0,5	<b>-12,5</b>	10,5	11,2	2,8	4,4
Alagoas	0,4	<b>-5,5</b>	<b>-16,1</b>	18,7	17,1	4,2	1,7
Sergipe	0,3	1,7	<b>-15,1</b>	8,6	7,7	6,2	7,1
Bahia	2,7	<b>-2,2</b>	<b>-14,7</b>	9,8	7,2	6,7	1,1
<b>Sudeste</b>	68,1	<b>2,1</b>	<b>-7,2</b>	<b>11,0</b>	<b>8,7</b>	<b>1,1</b>	<b>4,1</b>
Minas Gerais	7,3	0,2	<b>-6,1</b>	14,0	11,2	8,0	2,0
Espírito Santo	1,4	1,0	<b>-7,3</b>	9,9	8,9	7,0	6,3
Rio de Janeiro	11,5	<b>-0,6</b>	<b>-7,3</b>	7,4	4,0	3,4	3,9
São Paulo	47,9	3,2	<b>-7,4</b>	11,6	9,7	<b>-0,7</b>	4,5
<b>Sul</b>	12,9	<b>-1,3</b>	<b>-9,3</b>	<b>11,3</b>	<b>7,0</b>	<b>8,0</b>	<b>0,8</b>
Paraná	5,0	<b>-2,3</b>	<b>-9,5</b>	8,4	4,4	11,3	4,1
Santa Catarina	3,3	1,2	<b>-3,9</b>	14,8	5,4	8,0	6,5
Rio Grande do Sul	4,6	<b>-1,8</b>	<b>-12,6</b>	12,1	11,3	4,3	<b>-7,3</b>
<b>Centro-Oeste</b>	7,1	<b>-2,6</b>	<b>-6,5</b>	<b>10,0</b>	<b>5,0</b>	<b>8,0</b>	<b>-2,0</b>
Mato Grosso do Sul	1,1	3,2	<b>-1,2</b>	11,3	3,6	4,3	<b>-6,5</b>
Mato Grosso	1,8	<b>-7,4</b>	<b>-1,3</b>	9,8	13,8	16,6	<b>-10,2</b>
Goiás	1,8	<b>-2,4</b>	<b>-7,3</b>	12,6	8,3	6,7	<b>-1,1</b>
Distrito Federal	2,5	<b>-1,9</b>	<b>-10,5</b>	7,9	<b>-1,6</b>	4,2	5,8

Fonte: IBGE

**Tabela A.2.1 – Resumo dos indicadores de mercado de trabalho - 2024**

Discriminação	Taxa de desocupação		Taxa de participação		População ocupada		Estoque de empregos formais		Rendimento médio <sup>1</sup>	
	Nível (%)	Var. (p.p.)	Nível (%)	Var. (p.p.)	Nível (mil)	Var. (%)	Nível (mil)	Var. (%)	Nível (R\$)	Var. (%)
<b>Brasil</b>	6,6	<b>-1,2</b>	62,8	<b>0,4</b>	103.349	<b>2,6</b>	46.847	<b>3,9</b>	3.225	<b>3,7</b>
<b>Norte</b>	7,0	<b>-0,7</b>	60,7	<b>0,3</b>	8.390	<b>2,7</b>	2.346	<b>5,2</b>	2.457	<b>-2,7</b>
Rondônia	3,3	0,1	59,5	2,6	848	2,9	293	3,9	3.011	6,8
Acre	6,4	<b>-1,1</b>	52,0	2,6	339	7,3	109	6,5	2.563	4,2
Amazonas	8,4	<b>-1,5</b>	61,0	<b>-0,2</b>	1.842	5,1	538	6,0	2.293	<b>-7,4</b>
Roraima	7,5	<b>0,9</b>	63,5	1,0	271	3,4	80	7,2	2.823	<b>-3,3</b>
Pará	7,2	<b>-0,5</b>	60,9	<b>-0,2</b>	3.924	1,4	977	4,7	2.268	<b>-4,3</b>
Amapá	8,3	<b>-3,0</b>	61,2	<b>-0,3</b>	377	<b>-3,6</b>	92	10,3	2.851	<b>-3,6</b>
Tocantins	5,5	<b>-0,3</b>	63,9	0,1	790	4,6	257	4,7	2.786	0,6
<b>Nordeste</b>	9,0	<b>-2,0</b>	55,2	<b>0,8</b>	23.497	<b>4,8</b>	7.804	<b>4,4</b>	2.246	<b>8,4</b>
Maranhão	7,1	<b>-0,8</b>	50,9	0,2	2.636	1,3	653	2,9	2.049	4,4
Piauí	7,2	<b>-2,6</b>	54,7	1,9	1.338	5,5	359	5,0	2.203	<b>-8,1</b>
Ceará	7,0	<b>-1,5</b>	52,4	<b>-1,2</b>	3.714	1,1	1.387	4,4	2.071	2,8
Rio Grande do Norte	8,5	<b>-2,2</b>	54,2	2,0	1.473	9,1	520	6,1	2.668	9,7
Paraíba	8,3	<b>-1,3</b>	54,6	1,9	1.639	6,2	500	5,6	2.287	<b>-8,1</b>
Pernambuco	10,8	<b>-2,6</b>	56,1	1,5	3.938	7,2	1.488	4,2	2.422	19,9
Alagoas	7,6	<b>-1,6</b>	52,8	0,7	1.301	3,3	450	4,8	2.406	17,0
Sergipe	9,0	<b>-2,4</b>	60,2	2,0	1.038	7,3	335	4,9	2.401	16,5
Bahia	10,8	<b>-2,4</b>	58,4	0,5	6.420	5,7	2.112	3,9	2.165	11,8
<b>Sudeste</b>	6,4	<b>-1,1</b>	65,5	<b>0,1</b>	46.363	<b>2,0</b>	23.891	<b>3,6</b>	3.609	<b>1,7</b>
Minas Gerais	5,0	<b>-0,8</b>	65,0	0,1	11.023	1,9	4.911	3,3	2.910	<b>-2,0</b>
Espírito Santo	3,9	<b>-1,8</b>	64,0	0,1	2.102	3,2	902	4,2	3.231	3,2
Rio de Janeiro	9,3	<b>-0,8</b>	62,0	0,5	8.334	2,3	3.831	4,4	3.733	<b>-1,5</b>
São Paulo	6,2	<b>-1,3</b>	67,3	0,0	24.904	1,8	14.247	3,4	3.907	4,1
<b>Sul</b>	4,2	<b>-0,5</b>	67,0	<b>0,7</b>	16.263	<b>2,3</b>	8.587	<b>3,3</b>	3.697	<b>10,6</b>
Paraná	4,1	<b>-0,7</b>	66,1	0,6	6.088	1,8	3.201	4,0	3.758	14,4
Santa Catarina	2,9	<b>-0,5</b>	69,1	0,8	4.164	3,3	2.559	3,9	3.698	7,5
Rio Grande do Sul	5,2	<b>-0,2</b>	66,4	0,7	6.011	2,1	2.827	1,9	3.633	8,8
<b>Centro-Oeste</b>	5,4	<b>-0,6</b>	68,4	<b>0,3</b>	8.836	<b>1,0</b>	4.208	<b>3,9</b>	3.625	<b>1,6</b>
Mato Grosso do Sul	3,9	<b>-0,8</b>	66,1	<b>-1,3</b>	1.423	<b>-0,5</b>	677	3,5	3.390	3,6
Mato Grosso	2,6	<b>-0,7</b>	70,2	3,3	1.938	5,9	956	4,2	3.510	3,6
Goiás	5,4	<b>-0,4</b>	69,0	0,3	3.901	0,6	1.579	3,7	3.196	3,2
Distrito Federal	9,6	<b>-0,5</b>	66,8	<b>-2,0</b>	1.574	<b>-2,3</b>	997	4,4	5.043	<b>-2,4</b>

Fontes: IBGE, MTE e BC

<sup>1</sup> Rendimento médio habitual real de todos os trabalhos.

**Tabela A.2.2 – Taxa de desocupação**

Discriminação	Peso <sup>1</sup> (2024)	2019	2020	2021	2022	2023	2024	%
<b>Brasil</b>	100,0	<b>11,8</b>	<b>13,8</b>	<b>14,0</b>	<b>9,6</b>	<b>7,8</b>	<b>6,6</b>	
<b>Norte</b>	8,1	<b>11,8</b>	<b>12,1</b>	<b>13,5</b>	<b>9,9</b>	<b>7,7</b>	<b>7,0</b>	
Rondônia	0,8	8,1	10,0	9,4	4,2	3,2	3,3	
Acre	0,3	14,7	15,7	16,2	12,4	7,5	6,4	
Amazonas	1,8	14,1	14,8	15,4	13,1	9,9	8,4	
Roraima	0,3	14,9	16,6	13,8	4,9	6,6	7,5	
Pará	3,8	10,6	10,5	13,0	9,7	7,7	7,2	
Amapá	0,4	16,3	16,8	14,4	13,7	11,3	8,3	
Tocantins	0,8	12,0	11,2	14,2	7,6	5,8	5,5	
<b>Nordeste</b>	23,3	<b>14,2</b>	<b>17,3</b>	<b>18,2</b>	<b>13,0</b>	<b>11,0</b>	<b>9,0</b>	
Maranhão	2,6	14,1	15,5	17,5	11,4	7,9	7,1	
Piauí	1,3	12,2	14,6	13,0	10,0	9,8	7,2	
Ceará	3,6	11,1	13,3	14,0	9,4	8,5	7,0	
Rio Grande do Norte	1,5	13,1	16,3	15,6	11,9	10,7	8,5	
Paraíba	1,6	12,6	17,8	16,1	12,4	9,6	8,3	
Pernambuco	4,0	15,2	17,1	20,2	15,9	13,4	10,8	
Alagoas	1,3	14,5	19,4	18,7	12,0	9,2	7,6	
Sergipe	1,0	15,5	19,6	20,6	13,1	11,4	9,0	
Bahia	6,5	16,3	20,3	21,3	15,1	13,2	10,8	
<b>Sudeste</b>	44,7	<b>12,3</b>	<b>14,3</b>	<b>14,5</b>	<b>9,5</b>	<b>7,5</b>	<b>6,4</b>	
Minas Gerais	10,5	10,3	12,7	12,1	7,7	5,8	5,0	
Espírito Santo	2,0	10,3	12,9	12,7	8,5	5,7	3,9	
Rio de Janeiro	8,3	14,7	17,7	18,1	13,3	10,1	9,3	
São Paulo	24,0	12,4	14,0	14,4	9,1	7,5	6,2	
<b>Sul</b>	15,3	<b>7,6</b>	<b>8,8</b>	<b>8,0</b>	<b>5,6</b>	<b>4,7</b>	<b>4,2</b>	
Paraná	5,7	8,3	9,7	8,9	6,0	4,8	4,1	
Santa Catarina	3,9	6,3	6,4	5,1	3,8	3,4	2,9	
Rio Grande do Sul	5,7	7,8	9,4	8,8	6,4	5,4	5,2	
<b>Centro-Oeste</b>	8,4	<b>10,2</b>	<b>11,9</b>	<b>11,5</b>	<b>7,3</b>	<b>6,0</b>	<b>5,4</b>	
Mato Grosso do Sul	1,3	7,9	9,5	9,5	4,9	4,7	3,9	
Mato Grosso	1,8	8,2	9,5	9,4	4,0	3,3	2,6	
Goiás	3,7	10,7	13,1	11,8	7,7	5,8	5,4	
Distrito Federal	1,6	13,4	14,1	14,6	11,3	10,1	9,6	

Fonte: IBGE

<sup>1</sup> Peso percentual na força de trabalho.

**Tabela A.2.3 – Taxa de participação**

Discriminação	Peso <sup>1</sup> (2024)	2019	2020	2021	2022	2023	2024	%
<b>Brasil</b>	100,0	<b>63,9</b>	<b>59,1</b>	<b>60,6</b>	<b>61,9</b>	<b>62,4</b>	<b>62,8</b>	
<b>Norte</b>	8,4	<b>61,7</b>	<b>57,2</b>	<b>59,4</b>	<b>61,1</b>	<b>60,4</b>	<b>60,7</b>	
Rondônia	0,8	64,3	63,3	59,9	60,5	56,9	59,5	
Acre	0,4	55,4	50,2	55,2	54,1	49,4	52,0	
Amazonas	1,9	64,7	59,3	62,9	62,4	61,2	61,0	
Roraima	0,3	66,1	59,6	59,8	58,7	62,5	63,5	
Pará	3,9	60,2	56,0	57,9	61,3	61,1	60,9	
Amapá	0,4	63,5	56,1	57,9	61,4	61,5	61,2	
Tocantins	0,7	60,7	55,2	61,4	61,4	63,8	63,9	
<b>Nordeste</b>	26,6	<b>56,0</b>	<b>50,7</b>	<b>53,1</b>	<b>54,4</b>	<b>54,4</b>	<b>55,2</b>	
Maranhão	3,2	49,7	46,5	48,3	50,6	50,7	50,9	
Piauí	1,5	57,0	51,2	54,9	53,6	52,8	54,7	
Ceará	4,3	57,3	51,1	52,4	51,8	53,6	52,4	
Rio Grande do Norte	1,7	55,3	51,5	53,7	53,4	52,2	54,2	
Paraíba	1,9	54,3	49,1	49,5	51,5	52,7	54,6	
Pernambuco	4,5	55,1	49,8	53,9	55,4	54,6	56,1	
Alagoas	1,5	46,8	44,4	51,1	50,9	52,1	52,8	
Sergipe	1,1	61,6	56,2	58,9	59,0	58,2	60,2	
Bahia	7,0	60,2	53,7	55,3	58,5	57,9	58,4	
<b>Sudeste</b>	42,9	<b>67,4</b>	<b>62,4</b>	<b>63,3</b>	<b>64,6</b>	<b>65,4</b>	<b>65,5</b>	
Minas Gerais	10,1	66,3	61,9	62,9	64,0	64,9	65,0	
Espírito Santo	1,9	68,1	63,9	64,9	64,6	63,9	64,0	
Rio de Janeiro	8,4	62,5	57,0	58,9	60,1	61,5	62,0	
São Paulo	22,4	69,8	64,6	65,1	66,7	67,3	67,3	
<b>Sul</b>	14,4	<b>67,3</b>	<b>63,3</b>	<b>64,3</b>	<b>65,3</b>	<b>66,3</b>	<b>67,0</b>	
Paraná	5,4	67,1	63,5	64,3	65,0	65,5	66,1	
Santa Catarina	3,5	68,3	64,8	65,1	67,1	68,3	69,1	
Rio Grande do Sul	5,4	66,8	62,2	63,9	64,5	65,7	66,4	
<b>Centro-Oeste</b>	7,7	<b>68,3</b>	<b>63,5</b>	<b>65,4</b>	<b>66,8</b>	<b>68,1</b>	<b>68,4</b>	
Mato Grosso do Sul	1,3	69,1	63,5	65,9	65,5	67,4	66,1	
Mato Grosso	1,6	69,6	66,0	67,1	65,0	66,9	70,2	
Goiás	3,4	67,6	62,8	63,8	66,8	68,7	69,0	
Distrito Federal	1,5	67,5	62,4	67,0	69,8	68,8	66,8	

Fonte: IBGE

<sup>1</sup> Peso percentual na população em idade de trabalho.

**Tabela A.2.4 – População ocupada**

Discriminação	Peso (2023)	Variação % anual					
		2019	2020	2021	2022	2023	2024
<b>Brasil</b>	100,0	<b>2,4</b>	<b>-8,7</b>	<b>3,3</b>	<b>8,4</b>	<b>3,8</b>	<b>2,6</b>
<b>Norte</b>	8,1	<b>3,8</b>	<b>-5,2</b>	<b>3,1</b>	<b>9,0</b>	<b>2,6</b>	<b>2,7</b>
Rondônia	0,8	4,9	-1,5	-4,0	10,2	-3,1	2,9
Acre	0,3	-4,7	-7,9	10,4	5,2	-2,8	7,3
Amazonas	1,7	3,3	-7,1	8,7	1,9	3,9	5,1
Roraima	0,3	-0,5	-6,8	8,3	12,7	5,2	3,4
Pará	3,8	4,1	-4,4	0,2	11,9	2,7	1,4
Amapá	0,4	12,8	-8,6	8,1	11,8	8,6	-3,6
Tocantins	0,7	3,2	-6,1	6,9	9,8	5,2	4,6
<b>Nordeste</b>	22,3	<b>1,7</b>	<b>-11,9</b>	<b>4,2</b>	<b>10,3</b>	<b>2,6</b>	<b>4,8</b>
Maranhão	2,6	1,0	-7,0	2,1	14,1	5,6	1,3
Piauí	1,3	5,3	-12,1	9,6	2,0	-0,2	5,5
Ceará	3,6	1,8	-11,7	1,2	6,9	4,1	1,1
Rio Grande do Norte	1,3	0,9	-9,0	7,7	5,8	-2,0	9,1
Paraíba	1,5	-2,4	-15,1	5,0	8,6	6,6	6,2
Pernambuco	3,6	-0,5	-11,8	3,8	9,8	2,2	7,2
Alagoas	1,3	4,9	-11,0	16,7	7,9	7,8	3,3
Sergipe	1,0	9,3	-11,6	4,7	12,7	-1,0	7,3
Bahia	6,0	2,0	-14,1	2,6	14,7	0,9	5,7
<b>Sudeste</b>	45,2	<b>2,5</b>	<b>-8,8</b>	<b>2,6</b>	<b>8,7</b>	<b>4,3</b>	<b>2,0</b>
Minas Gerais	10,7	2,8	-7,9	1,9	7,6	4,3	1,9
Espírito Santo	2,0	3,4	-7,4	1,7	7,4	2,6	3,2
Rio de Janeiro	8,1	1,9	-11,3	3,6	9,0	5,6	2,3
São Paulo	24,3	2,6	-8,5	2,7	9,2	4,1	1,8
<b>Sul</b>	15,8	<b>2,3</b>	<b>-6,2</b>	<b>3,2</b>	<b>4,5</b>	<b>3,6</b>	<b>2,3</b>
Paraná	5,9	1,2	-5,8	2,8	5,3	3,8	1,8
Santa Catarina	4,0	1,8	-3,6	2,5	3,9	5,1	3,3
Rio Grande do Sul	5,8	3,7	-8,4	4,1	4,2	2,3	2,1
<b>Centro-Oeste</b>	8,7	<b>2,0</b>	<b>-7,5</b>	<b>4,3</b>	<b>8,4</b>	<b>6,0</b>	<b>1,0</b>
Mato Grosso do Sul	1,4	2,0	-8,2	2,6	6,7	5,8	-0,5
Mato Grosso	1,8	4,2	-4,8	2,6	3,6	6,8	5,9
Goiás	3,8	1,7	-8,8	4,9	10,9	7,1	0,6
Distrito Federal	1,6	0,2	-7,1	6,7	9,6	2,7	-2,3

Fonte: IBGE

**Tabela A.2.5 – Estoque de empregos formais**

Discriminação	Peso (2023)	Variação % anual					
		2019	2020	2021	2022	2023	2024
<b>Brasil</b>	100,0	<b>1,2</b>	<b>-0,8</b>	<b>6,0</b>	<b>6,2</b>	<b>3,8</b>	<b>3,9</b>
<b>Norte</b>	4,9	<b>1,6</b>	<b>1,3</b>	<b>7,4</b>	<b>7,6</b>	<b>4,8</b>	<b>5,2</b>
Rondônia	0,6	1,0	<b>-0,3</b>	4,7	6,9	4,8	3,9
Acre	0,2	<b>-0,1</b>	1,5	6,6	9,4	5,7	6,5
Amazonas	1,1	2,7	0,2	7,3	9,3	5,1	6,0
Roraima	0,2	1,6	4,8	9,1	11,3	8,8	7,2
Pará	2,1	1,5	2,5	8,4	6,4	4,0	4,7
Amapá	0,2	0,8	0,0	7,1	10,2	5,5	10,3
Tocantins	0,5	1,1	0,7	7,0	7,1	5,9	4,7
<b>Nordeste</b>	16,6	<b>1,0</b>	<b>-1,1</b>	<b>5,6</b>	<b>6,9</b>	<b>4,4</b>	<b>4,4</b>
Maranhão	1,4	1,8	1,8	6,8	7,8	4,9	2,9
Piauí	0,8	1,0	<b>-1,4</b>	4,8	5,7	5,1	5,0
Ceará	2,9	0,8	<b>-0,7</b>	5,7	6,7	4,4	4,4
Rio Grande do Norte	1,1	1,1	<b>-1,2</b>	5,3	6,1	4,5	6,1
Paraíba	1,0	1,1	<b>-0,6</b>	6,4	7,4	3,8	5,6
Pernambuco	3,2	<b>-0,1</b>	<b>-1,4</b>	5,4	6,5	4,0	4,2
Alagoas	1,0	0,3	<b>-1,0</b>	6,7	7,2	5,2	4,8
Sergipe	0,7	0,2	<b>-1,7</b>	3,5	5,1	4,0	4,9
Bahia	4,5	1,9	<b>-1,8</b>	5,6	7,7	4,6	3,9
<b>Sudeste</b>	51,1	<b>1,4</b>	<b>-1,6</b>	<b>4,8</b>	<b>5,8</b>	<b>3,7</b>	<b>3,6</b>
Minas Gerais	10,5	2,0	<b>-0,8</b>	6,0	5,7	3,6	3,3
Espírito Santo	1,9	2,8	<b>-0,9</b>	6,4	6,7	4,8	4,2
Rio de Janeiro	8,1	0,3	<b>-3,8</b>	2,4	6,4	4,6	4,4
São Paulo	30,5	1,3	<b>-1,4</b>	4,9	5,6	3,4	3,4
<b>Sul</b>	18,4	<b>1,7</b>	<b>-0,6</b>	<b>5,9</b>	<b>5,2</b>	<b>2,9</b>	<b>3,3</b>
Paraná	6,8	1,7	0,1	5,9	5,3	3,2	4,0
Santa Catarina	5,5	3,0	0,5	7,9	5,6	2,8	3,9
Rio Grande do Sul	6,1	0,6	<b>-2,4</b>	4,3	4,8	2,6	1,9
<b>Centro-Oeste</b>	9,0	<b>2,1</b>	<b>-0,3</b>	<b>5,7</b>	<b>7,3</b>	<b>4,8</b>	<b>3,9</b>
Mato Grosso do Sul	1,5	1,0	<b>-0,0</b>	5,6	7,0	5,5	3,5
Mato Grosso	2,0	3,2	1,0	6,5	8,0	5,2	4,2
Goiás	3,4	1,7	<b>-0,3</b>	6,5	7,6	4,7	3,7
Distrito Federal	2,1	2,2	<b>-1,6</b>	3,9	6,5	4,2	4,4

Fontes: BC e MTE

**Tabela A.2.6 – Rendimento médio real habitualmente recebido de todos os trabalhos**

Discriminação	Peso <sup>1</sup> (2023)	Variação % anual					
		2019	2020	2021	2022	2023	2024
<b>Brasil</b>	100,0	<b>-0,3</b>	<b>3,4</b>	<b>-6,3</b>	<b>-2,1</b>	<b>7,2</b>	<b>3,7</b>
<b>Norte</b>	7,9	<b>-6,5</b>	<b>4,5</b>	<b>-4,8</b>	<b>3,3</b>	<b>11,2</b>	<b>-2,7</b>
Rondônia	0,8	<b>-6,1</b>	<b>-2,9</b>	<b>-5,5</b>	6,4	10,3	6,8
Acre	0,3	0,9	0,8	<b>-7,0</b>	2,7	1,7	4,2
Amazonas	1,6	5,8	4,6	<b>-7,8</b>	<b>-0,3</b>	13,8	<b>-7,4</b>
Roraima	0,3	<b>-9,5</b>	<b>-4,8</b>	1,0	0,9	5,0	<b>-3,3</b>
Pará	3,7	<b>-12,3</b>	8,8	<b>-4,5</b>	2,8	13,2	<b>-4,3</b>
Amapá	0,4	<b>-6,3</b>	2,6	<b>-7,5</b>	9,8	14,4	<b>-3,6</b>
Tocantins	0,7	<b>-6,6</b>	2,2	0,2	6,2	4,1	0,6
<b>Nordeste</b>	<b>22,1</b>	<b>2,1</b>	<b>7,6</b>	<b>-10,0</b>	<b>-3,6</b>	<b>5,4</b>	<b>8,4</b>
Maranhão	2,6	<b>-0,8</b>	3,5	<b>-2,4</b>	1,4	9,5	4,4
Piauí	1,2	<b>-7,0</b>	<b>-1,1</b>	<b>-2,2</b>	18,5	14,0	<b>-8,1</b>
Ceará	3,6	7,5	10,2	<b>-10,3</b>	<b>-9,6</b>	3,1	2,8
Rio Grande do Norte	1,3	0,5	7,4	3,1	<b>-7,0</b>	1,2	9,7
Paraíba	1,5	0,2	1,7	<b>-1,0</b>	5,2	8,8	<b>-8,1</b>
Pernambuco	3,7	5,2	1,8	<b>-7,8</b>	<b>-8,3</b>	3,4	19,9
Alagoas	1,2	<b>-5,6</b>	7,7	<b>-9,1</b>	<b>-0,3</b>	6,5	17,0
Sergipe	1,0	<b>-8,9</b>	10,7	<b>-8,5</b>	2,4	<b>-6,7</b>	16,5
Bahia	6,0	3,6	14,1	<b>-20,4</b>	<b>-5,2</b>	7,1	11,8
<b>Sudeste</b>	<b>45,5</b>	<b>-0,6</b>	<b>2,8</b>	<b>-5,5</b>	<b>-3,5</b>	<b>7,7</b>	<b>1,7</b>
Minas Gerais	10,8	<b>-0,8</b>	0,7	<b>-2,6</b>	<b>-1,2</b>	15,5	<b>-2,0</b>
Espírito Santo	2,0	4,4	<b>-1,6</b>	<b>-9,9</b>	8,5	8,4	3,2
Rio de Janeiro	8,2	2,5	3,5	<b>-4,2</b>	<b>-3,2</b>	8,7	<b>-1,5</b>
São Paulo	24,5	<b>-1,7</b>	3,6	<b>-6,5</b>	<b>-5,1</b>	4,9	4,1
<b>Sul</b>	<b>15,8</b>	<b>1,7</b>	<b>0,3</b>	<b>-5,6</b>	<b>0,6</b>	<b>4,6</b>	<b>10,6</b>
Paraná	6,0	1,4	<b>-0,6</b>	<b>-6,4</b>	<b>-0,4</b>	4,5	14,4
Santa Catarina	4,0	2,7	<b>-1,4</b>	<b>-3,0</b>	2,0	5,1	7,5
Rio Grande do Sul	5,8	1,3	2,3	<b>-6,6</b>	0,7	4,2	8,8
<b>Centro-Oeste</b>	<b>8,7</b>	<b>-2,6</b>	<b>3,2</b>	<b>-5,0</b>	<b>1,7</b>	<b>8,1</b>	<b>1,6</b>
Mato Grosso do Sul	1,4	<b>-0,6</b>	1,9	<b>-5,2</b>	6,6	1,0	3,6
Mato Grosso	1,8	<b>-5,5</b>	6,5	<b>-6,4</b>	4,9	9,1	3,6
Goiás	3,9	<b>-4,6</b>	2,0	<b>-2,8</b>	2,3	12,7	3,2
Distrito Federal	1,6	1,4	3,0	<b>-7,3</b>	<b>-3,6</b>	6,8	<b>-2,4</b>

Fonte: IBGE

<sup>1</sup> Peso percentual na população ocupada com rendimento, apenas para referência. Esses pesos não servem para agregação das variações do rendimento médio.

**Tabela A.2.7 – Massa real de rendimentos do trabalho**

Discriminação	Peso (2023)	Variação % anual					
		2019	2020	2021	2022	2023	2024
<b>Brasil</b>	100,0	<b>2,1</b>	<b>-5,6</b>	<b>-3,2</b>	<b>6,6</b>	<b>11,7</b>	<b>6,5</b>
<b>Norte</b>	6,4	<b>-3,4</b>	<b>-1,2</b>	<b>-1,0</b>	<b>13,0</b>	<b>15,0</b>	<b>0,3</b>
Rondônia	0,7	<b>-2,3</b>	<b>-2,9</b>	<b>-10,1</b>	20,1	7,4	10,0
Acre	0,2	<b>-3,6</b>	<b>-5,2</b>	3,2	7,7	<b>-0,9</b>	11,3
Amazonas	1,3	8,6	<b>-3,9</b>	1,2	2,5	20,1	<b>-2,3</b>
Roraima	0,2	<b>-10,7</b>	<b>-10,2</b>	9,7	13,0	11,5	0,0
Pará	2,8	<b>-8,8</b>	3,5	<b>-2,7</b>	14,3	17,1	<b>-2,3</b>
Amapá	0,4	3,6	<b>-5,1</b>	0,9	22,6	24,8	<b>-6,2</b>
Tocantins	0,7	<b>-3,9</b>	<b>-5,3</b>	6,9	19,3	9,1	5,7
<b>Nordeste</b>	<b>14,7</b>	<b>3,9</b>	<b>-5,1</b>	<b>-6,3</b>	<b>6,6</b>	<b>8,8</b>	<b>13,9</b>
Maranhão	1,6	0,3	<b>-3,6</b>	0,3	15,7	16,4	5,4
Piauí	1,0	<b>-2,9</b>	<b>-12,9</b>	8,0	22,5	15,7	<b>-3,0</b>
Ceará	2,4	10,0	<b>-2,6</b>	<b>-9,2</b>	<b>-2,5</b>	7,7	4,1
Rio Grande do Norte	1,0	1,9	<b>-1,4</b>	9,9	<b>-0,8</b>	<b>-1,2</b>	20,7
Paraíba	1,2	<b>-1,3</b>	<b>-13,2</b>	3,4	15,9	15,1	<b>-2,1</b>
Pernambuco	2,4	4,6	<b>-10,4</b>	<b>-4,1</b>	0,6	6,1	28,3
Alagoas	0,8	<b>-1,3</b>	<b>-5,1</b>	6,1	8,9	14,9	20,7
Sergipe	0,6	0,1	<b>-2,1</b>	<b>-4,1</b>	14,4	<b>-6,4</b>	24,4
Bahia	3,7	5,5	<b>-1,6</b>	<b>-18,8</b>	8,5	9,5	19,0
<b>Sudeste</b>	<b>51,9</b>	<b>2,0</b>	<b>-6,2</b>	<b>-3,1</b>	<b>5,4</b>	<b>12,6</b>	<b>3,6</b>
Minas Gerais	10,3	2,2	<b>-7,6</b>	<b>-0,5</b>	6,9	21,1	<b>-0,2</b>
Espírito Santo	2,0	8,4	<b>-9,2</b>	<b>-7,9</b>	18,1	10,9	7,0
Rio de Janeiro	10,0	4,3	<b>-8,0</b>	<b>-0,9</b>	5,5	15,0	0,6
São Paulo	29,6	0,9	<b>-5,0</b>	<b>-4,3</b>	4,1	9,4	5,8
<b>Sul</b>	<b>16,9</b>	<b>4,3</b>	<b>-6,1</b>	<b>-2,6</b>	<b>5,7</b>	<b>8,6</b>	<b>13,5</b>
Paraná	6,3	2,5	<b>-6,7</b>	<b>-3,2</b>	5,0	9,1	16,5
Santa Catarina	4,4	4,8	<b>-5,1</b>	<b>-0,8</b>	7,0	10,7	11,7
Rio Grande do Sul	6,2	5,8	<b>-6,2</b>	<b>-3,2</b>	5,7	6,8	11,8
<b>Centro-Oeste</b>	<b>10,0</b>	<b>-0,5</b>	<b>-4,3</b>	<b>-1,0</b>	<b>10,6</b>	<b>14,6</b>	<b>2,6</b>
Mato Grosso do Sul	1,5	1,1	<b>-6,0</b>	<b>-2,7</b>	13,9	7,3	2,6
Mato Grosso	2,0	<b>-0,6</b>	1,1	<b>-4,3</b>	10,1	15,9	10,3
Goiás	3,9	<b>-3,0</b>	<b>-6,5</b>	1,7	13,6	20,7	4,0
Distrito Federal	2,7	1,9	<b>-4,4</b>	<b>-1,1</b>	5,5	9,9	<b>-5,1</b>

Fonte: IBGE

**Tabela A.3.1 – Resumo dos indicadores de crédito - 2024**

Discriminação	Peso (%)	Saldo de crédito				Taxa de inadimplência		
		Variação (%)		Nível (%)	Var. (p.p.)			
Brasil	100,0	12,0	13,2	12,5	10,5	10,9	2,9	-0,1
Norte	5,5	16,3	14,9	16,0	14,0	26,6	3,6	0,0
Rondônia	0,9	14,2	15,4	12,8	13,8	18,4	3,3	0,6
Acre	0,3	14,6	14,4	18,3	13,8	9,9	3,5	0,1
Amazonas	1,0	18,2	13,0	17,7	22,8	27,6	3,5	-0,8
Roraima	0,2	14,7	18,6	18,5	5,3	0,5	3,6	-0,1
Pará	2,1	16,0	14,1	15,6	7,8	40,8	3,8	-0,1
Amapá	0,3	13,8	16,1	11,1	7,9	11,8	3,6	-0,6
Tocantins	0,8	18,9	19,4	19,9	16,5	17,9	3,5	0,9
Nordeste	14,0	13,6	13,4	14,0	14,8	11,7	3,7	-0,4
Maranhão	1,5	13,0	14,1	16,7	6,0	5,9	4,3	0,2
Piauí	0,9	16,2	14,8	13,2	28,0	7,4	3,2	-0,2
Ceará	2,2	12,8	13,3	16,0	2,2	21,4	3,6	-0,4
Rio Grande do Norte	0,9	13,6	13,2	10,9	25,0	11,0	3,9	-0,4
Paraíba	1,0	12,4	11,2	13,7	9,4	18,7	3,7	-0,5
Pernambuco	2,3	12,0	11,4	14,3	17,0	4,2	4,0	-0,6
Alagoas	0,8	14,4	12,4	13,5	24,6	9,1	3,7	-0,3
Sergipe	0,6	13,1	16,1	13,3	2,6	12,5	3,8	-0,2
Bahia	3,9	14,8	14,9	12,9	19,2	12,6	3,5	-0,4
Sudeste	47,2	10,7	11,9	12,0	10,0	7,5	2,7	-0,3
Minas Gerais	9,1	11,2	13,3	10,8	11,6	5,5	2,8	0,1
Espírito Santo	1,7	17,1	15,5	17,4	21,7	11,3	2,6	-0,1
Rio de Janeiro	7,7	5,6	8,6	9,3	6,1	-0,7	3,1	-0,5
São Paulo	28,8	11,7	12,4	12,7	9,9	12,6	2,6	-0,3
Sul	20,3	13,1	13,6	12,8	9,7	18,2	2,3	-0,1
Paraná	7,6	11,1	14,0	9,9	7,8	13,9	2,6	0,2
Santa Catarina	5,5	13,6	13,9	12,6	12,3	16,5	2,2	-0,2
Rio Grande do Sul	7,2	14,8	13,0	15,8	9,3	25,7	2,1	-0,3
Centro-Oeste	12,9	11,6	15,7	11,5	9,0	7,2	3,3	0,7
Mato Grosso do Sul	2,0	13,1	15,9	8,3	20,8	13,6	3,8	1,2
Mato Grosso	3,7	12,6	21,9	12,7	3,1	9,2	2,9	1,0
Goiás	4,7	13,4	17,6	12,4	9,8	11,3	3,7	0,8
Distrito Federal	2,5	6,2	6,4	9,2	10,2	0,5	2,4	-0,4

**Tabela A.3.2 – Saldo de crédito**

Discriminação	Peso (2024)	Variação % anual					
		2019	2020	2021	2022	2023	2024
<b>Brasil</b>	100,0	<b>6,7</b>	<b>16,1</b>	<b>16,3</b>	<b>14,3</b>	<b>7,8</b>	<b>12,0</b>
<b>Norte</b>	5,5	<b>13,2</b>	<b>17,9</b>	<b>27,1</b>	<b>22,8</b>	<b>14,1</b>	<b>16,3</b>
Rondônia	0,9	17,5	18,6	32,1	22,9	13,3	14,2
Acre	0,3	10,5	14,1	19,9	23,3	17,5	14,6
Amazonas	1,0	15,2	20,9	19,4	17,9	10,8	18,2
Roraima	0,2	6,8	13,0	23,6	26,1	17,4	14,7
Pará	2,1	13,6	17,8	29,5	25,2	13,7	16,0
Amapá	0,3	7,7	12,7	18,8	17,0	14,4	13,8
Tocantins	0,8	9,5	17,7	33,9	24,2	18,6	18,9
<b>Nordeste</b>	<b>14,0</b>	<b>9,0</b>	<b>12,1</b>	<b>18,6</b>	<b>18,2</b>	<b>9,0</b>	<b>13,6</b>
Maranhão	1,5	11,4	12,6	24,7	23,0	11,9	13,0
Piauí	0,9	13,6	13,3	27,5	18,1	13,9	16,2
Ceará	2,2	7,6	13,5	14,2	16,8	7,0	12,8
Rio Grande do Norte	0,9	4,1	10,4	17,9	14,8	7,1	13,6
Paraíba	1,0	9,7	12,6	20,6	15,7	8,6	12,4
Pernambuco	2,3	4,4	9,8	17,0	19,9	5,9	12,0
Alagoas	0,8	10,2	13,4	20,5	19,6	12,5	14,4
Sergipe	0,6	7,4	9,0	21,9	15,2	10,7	13,1
Bahia	3,9	12,4	12,8	17,3	18,0	9,7	14,8
<b>Sudeste</b>	<b>47,2</b>	<b>4,1</b>	<b>15,6</b>	<b>14,9</b>	<b>10,9</b>	<b>5,7</b>	<b>10,7</b>
Minas Gerais	9,1	6,1	18,1	19,4	14,4	7,9	11,2
Espírito Santo	1,7	7,3	12,6	19,2	15,0	11,0	17,1
Rio de Janeiro	7,7	<b>-3,0</b>	12,4	0,9	7,8	4,4	5,6
São Paulo	28,8	6,1	16,2	18,1	10,5	5,1	11,7
<b>Sul</b>	<b>20,3</b>	<b>8,7</b>	<b>19,1</b>	<b>15,6</b>	<b>16,0</b>	<b>7,7</b>	<b>13,1</b>
Paraná	7,6	8,9	19,8	18,3	16,2	7,3	11,1
Santa Catarina	5,5	9,1	18,2	20,8	13,4	8,7	13,6
Rio Grande do Sul	7,2	8,1	19,1	9,1	17,9	7,3	14,8
<b>Centro-Oeste</b>	<b>12,9</b>	<b>10,0</b>	<b>17,3</b>	<b>17,4</b>	<b>17,8</b>	<b>12,4</b>	<b>11,6</b>
Mato Grosso do Sul	2,0	8,4	16,7	20,7	19,1	14,0	13,1
Mato Grosso	3,7	15,5	21,8	15,1	21,3	15,2	12,6
Goiás	4,7	10,0	17,6	22,4	19,0	13,4	13,4
Distrito Federal	2,5	5,6	12,4	11,2	11,1	5,9	6,2

**Tabela A.3.3 – Taxa de inadimplência**

Discriminação	Peso (2024)	2019	2020	2021	2022	2023	2024	%
<b>Brasil</b>	100,0	<b>2,7</b>	<b>1,9</b>	<b>2,1</b>	<b>2,7</b>	<b>3,0</b>	<b>2,9</b>	
<b>Norte</b>	5,5	<b>3,6</b>	<b>2,2</b>	<b>2,5</b>	<b>3,2</b>	<b>3,6</b>	<b>3,6</b>	
Rondônia	0,9	2,5	1,8	1,9	2,3	2,8	3,3	
Acre	0,3	3,1	2,2	2,3	2,9	3,4	3,5	
Amazonas	1,0	3,3	2,3	2,8	4,2	4,3	3,5	
Roraima	0,2	3,1	2,4	2,4	3,0	3,7	3,6	
Pará	2,1	4,6	2,5	2,8	3,5	3,9	3,8	
Amapá	0,3	3,1	2,5	2,7	3,6	4,2	3,6	
Tocantins	0,8	3,1	2,0	1,9	2,4	2,7	3,5	
<b>Nordeste</b>	<b>14,0</b>	<b>3,7</b>	<b>2,7</b>	<b>3,1</b>	<b>4,0</b>	<b>4,1</b>	<b>3,7</b>	
Maranhão	1,5	3,3	2,9	2,8	3,5	4,1	4,3	
Piauí	0,9	3,2	2,3	2,9	3,5	3,4	3,2	
Ceará	2,2	2,9	2,1	2,8	3,9	4,1	3,6	
Rio Grande do Norte	0,9	3,5	2,9	3,3	4,3	4,3	3,9	
Paraíba	1,0	4,2	3,2	3,3	4,5	4,2	3,7	
Pernambuco	2,3	4,3	3,0	3,6	4,5	4,6	4,0	
Alagoas	0,8	4,0	3,2	3,3	4,3	4,0	3,7	
Sergipe	0,6	3,2	2,5	2,9	3,8	4,0	3,8	
Bahia	3,9	3,9	2,5	2,9	3,9	4,0	3,5	
<b>Sudeste</b>	<b>47,2</b>	<b>2,6</b>	<b>1,9</b>	<b>2,1</b>	<b>2,7</b>	<b>3,0</b>	<b>2,7</b>	
Minas Gerais	9,1	2,3	1,6	1,8	2,4	2,7	2,8	
Espírito Santo	1,7	3,9	1,8	2,1	2,6	2,8	2,6	
Rio de Janeiro	7,7	2,4	2,1	2,8	3,6	3,6	3,1	
São Paulo	28,8	2,6	1,9	1,9	2,5	2,9	2,6	
<b>Sul</b>	<b>20,3</b>	<b>2,2</b>	<b>1,6</b>	<b>1,7</b>	<b>2,1</b>	<b>2,4</b>	<b>2,3</b>	
Paraná	7,6	2,5	1,7	1,8	2,3	2,5	2,6	
Santa Catarina	5,5	1,8	1,3	1,5	2,0	2,5	2,2	
Rio Grande do Sul	7,2	2,3	1,6	1,7	2,1	2,4	2,1	
<b>Centro-Oeste</b>	<b>12,9</b>	<b>2,4</b>	<b>1,7</b>	<b>1,8</b>	<b>2,3</b>	<b>2,6</b>	<b>3,3</b>	
Mato Grosso do Sul	2,0	3,2	1,8	1,7	2,2	2,6	3,8	
Mato Grosso	3,7	2,0	1,4	1,5	1,6	2,0	2,9	
Goiás	4,7	2,6	1,9	2,0	2,8	3,0	3,7	
Distrito Federal	2,5	1,9	1,6	1,9	2,7	2,8	2,4	

**Tabela A.4.1 – Resumo dos indicadores de comércio exterior - 2024**

Discriminação	Saldo		Exportações				Importações				US\$ bilhões
	Valor	Dif.	Valor	Valor (var. %)	Preço (var. %)	Quantum (var. %)	Valor	Valor (var. %)	Preço (var. %)	Quantum (var. %)	
<b>Brasil</b>	74,2	<b>-25,0</b>	337,0	<b>-0,8</b>	<b>-3,4</b>	2,7	262,9	9,2	<b>-6,4</b>	16,7	
<b>Norte</b>	9,4	<b>-23,7</b>	29,7	1,1	<b>-3,0</b>	<b>4,9</b>	20,3	<b>19,0</b>	<b>-6,9</b>	27,4	
Rondônia	1,2	<b>-16,9</b>	2,6	5,5	<b>-8,3</b>	16,7	1,4	26,5	<b>-3,6</b>	35,7	
Acre <sup>1</sup>	0,1	0,0	0,0	0,0	<b>-2,6</b>	102,5	0,0	0,0			
Amazonas	<b>-15,2</b>	29,6	1,0	7,8	10,1	<b>-4,3</b>	16,1	28,1	<b>-7,5</b>	36,0	
Roraima	0,3	<b>-6,1</b>	0,3	<b>-21,5</b>	<b>-14,4</b>	<b>-0,4</b>	0,0	0,0	1,9	<b>-12,7</b>	
Pará	20,9	2,7	23,0	3,1	<b>-1,4</b>	5,3	2,1	8,0	<b>-16,4</b>	27,8	
Amapá	<b>-0,4</b>	<b>-61,5</b>	0,2	<b>-19,4</b>	<b>-0,6</b>	<b>-8,9</b>	0,5	<b>-50,3</b>	<b>-2,2</b>	<b>-54,8</b>	
Tocantins	2,4	<b>-11,9</b>	2,5	<b>-16,5</b>	<b>-12,0</b>	1,6	0,1	<b>-58,0</b>	<b>-12,3</b>	<b>-43,9</b>	
<b>Nordeste</b>	<b>-3,5</b>	<b>76,9</b>	<b>25,2</b>	<b>1,1</b>	<b>-0,0</b>	<b>1,2</b>	<b>28,7</b>	<b>6,8</b>	<b>-7,9</b>	<b>15,7</b>	
Maranhão	1,6	170,1	5,6	1,8	4,9	<b>-1,9</b>	4,0	<b>-18,8</b>	<b>-12,6</b>	<b>-6,9</b>	
Piauí	1,1	2,1	1,4	<b>-17,6</b>	<b>-17,2</b>	1,1	0,3	<b>-44,4</b>	<b>-28,5</b>	126,7	
Ceará	<b>-1,6</b>	41,8	1,5	<b>-26,6</b>	<b>-5,3</b>	<b>-24,0</b>	3,0	<b>-5,4</b>	<b>-19,0</b>	18,3	
Rio Grande do Norte	0,5	447,2	1,1	42,8	21,6	14,2	0,6	<b>-14,9</b>	<b>-14,6</b>	1,4	
Paraíba	<b>-1,3</b>	42,9	0,2	<b>-17,3</b>	<b>-2,4</b>	<b>-12,6</b>	1,5	32,0	<b>-35,2</b>	129,3	
Pernambuco	<b>-5,3</b>	5,3	2,2	3,5	<b>-0,8</b>	2,2	7,4	4,8	<b>-7,2</b>	13,1	
Alagoas	0,0	<b>-83,1</b>	0,9	0,2	<b>-0,0</b>	<b>-5,6</b>	0,9	24,0	<b>-6,5</b>	29,5	
Sergipe	0,0	<b>-77,0</b>	0,4	40,6	24,8	13,3	0,4	99,4	<b>-10,1</b>	90,6	
Bahia	1,2	<b>-56,2</b>	11,9	5,3	<b>-0,1</b>	5,2	10,7	25,6	<b>-0,7</b>	25,3	
<b>Sudeste</b>	<b>35,2</b>	<b>-21,9</b>	<b>170,0</b>	<b>1,2</b>	<b>-0,3</b>	<b>2,5</b>	<b>134,7</b>	<b>9,6</b>	<b>-5,9</b>	<b>16,5</b>	
Minas Gerais	25,0	1,4	42,1	4,6	<b>-2,3</b>	7,0	17,0	9,8	<b>-8,5</b>	20,1	
Espírito Santo	<b>-3,2</b>	952,0	10,7	13,0	6,4	6,0	13,9	41,7	<b>-7,8</b>	54,6	
Rio de Janeiro	17,8	<b>-14,7</b>	45,8	<b>-2,0</b>	0,1	<b>-2,2</b>	27,9	8,3	<b>-1,0</b>	9,2	
São Paulo	<b>-4,5</b>	1392,0	71,4	<b>-0,1</b>	<b>-0,4</b>	0,3	75,9	5,7	<b>-5,0</b>	11,4	
<b>Sul</b>	<b>-9,4</b>	<b>525,3</b>	<b>57,0</b>	<b>-3,7</b>	<b>-5,5</b>	<b>2,0</b>	<b>66,3</b>	<b>9,3</b>	<b>-5,9</b>	<b>15,9</b>	
Paraná	3,8	<b>-47,1</b>	23,3	<b>-7,7</b>	<b>-7,2</b>	<b>-0,7</b>	19,6	7,7	<b>-7,5</b>	16,2	
Santa Catarina	<b>-22,1</b>	28,5	11,7	0,7	<b>-3,5</b>	4,5	33,8	17,3	<b>-5,2</b>	23,6	
Rio Grande do Sul	9,0	5,4	21,9	<b>-1,6</b>	<b>-4,7</b>	2,9	13,0	<b>-5,9</b>	<b>-4,3</b>	<b>-2,0</b>	
<b>Centro-Oeste</b>	<b>37,4</b>	<b>-14,8</b>	<b>50,2</b>	<b>-12,1</b>	<b>-10,1</b>	<b>-1,2</b>	<b>12,8</b>	<b>-3,2</b>	<b>-6,0</b>	<b>2,8</b>	
Mato Grosso do Sul	7,2	<b>-6,8</b>	10,0	<b>-5,8</b>	<b>-0,8</b>	<b>-4,9</b>	2,8	<b>-6,4</b>	<b>-2,8</b>	<b>-2,2</b>	
Mato Grosso	24,9	<b>-14,3</b>	27,6	<b>-14,2</b>	<b>-13,5</b>	<b>-0,3</b>	2,7	<b>-14,1</b>	<b>-17,4</b>	<b>-0,5</b>	
Goiás	6,7	<b>-26,3</b>	12,3	<b>-12,0</b>	<b>-8,6</b>	<b>-3,7</b>	5,6	14,5	12,3	3,6	
Distrito Federal	<b>-1,3</b>	<b>-25,8</b>	0,3	<b>-25,3</b>	<b>-18,2</b>	<b>-0,9</b>	1,6	<b>-25,7</b>	<b>-36,4</b>	20,0	
Outros <sup>2</sup>	5,0	358,8	5,0	358,9	—	—	0,0	0,0	—	—	

Fonte: MDIC/Secex, BC

1/ Não foi possível calcular os índices de preço e quantum de importação para o Acre, pela pequena quantidade de dados.

2/ Referem-se a operações não classificadas regionalmente.

**Tabela A.4.2 – Exportações - FOB**

Discriminação	Peso (2023)	2019	2020	2021	2022	2023	2024	US\$ bilhões
<b>Brasil</b>	<b>100,0</b>	<b>221,1</b>	<b>209,2</b>	<b>280,8</b>	<b>334,1</b>	<b>339,7</b>	<b>337,0</b>	
<b>Norte</b>	<b>8,7</b>	<b>21,4</b>	<b>24,7</b>	<b>34,6</b>	<b>28,5</b>	<b>29,4</b>	<b>29,7</b>	
Rondônia	0,7	1,3	1,4	1,7	2,3	2,5	2,6	
Acre	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	
Amazonas	0,3	0,7	0,8	0,9	0,9	0,9	1,0	
Roraima	0,1	0,2	0,2	0,3	0,4	0,4	0,3	
Pará	6,6	17,8	20,6	29,5	21,5	22,3	23,0	
Amapá	0,1	0,3	0,3	0,3	0,2	0,2	0,2	
Tocantins	0,9	1,1	1,4	1,8	3,1	3,0	2,5	
<b>Nordeste</b>	<b>7,3</b>	<b>16,9</b>	<b>16,1</b>	<b>21,2</b>	<b>27,7</b>	<b>24,9</b>	<b>25,2</b>	
Maranhão	1,6	3,5	3,4	4,4	5,7	5,5	5,6	
Piauí	0,5	0,5	0,6	0,9	1,7	1,7	1,4	
Ceará	0,6	2,3	1,9	2,7	2,3	2,0	1,5	
Rio Grande do Norte	0,2	0,4	0,3	0,5	0,7	0,8	1,1	
Paraíba	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,2	
Pernambuco	0,6	1,5	1,6	2,1	2,5	2,1	2,2	
Alagoas	0,3	0,3	0,4	0,4	0,6	0,9	0,9	
Sergipe	0,1	0,1	0,0	0,1	0,1	0,3	0,4	
Bahia	3,3	8,2	7,8	9,9	13,9	11,3	11,9	
<b>Sudeste</b>	<b>49,5</b>	<b>108,5</b>	<b>96,4</b>	<b>135,5</b>	<b>164,5</b>	<b>168,0</b>	<b>170,0</b>	
Minas Gerais	11,8	25,1	26,3	38,3	40,2	40,2	42,1	
Espírito Santo	2,8	7,1	5,0	9,8	9,1	9,5	10,7	
Rio de Janeiro	13,7	27,6	22,6	33,3	45,5	46,7	45,8	
São Paulo	21,0	48,6	42,5	54,1	69,6	71,5	71,4	
<b>Sul</b>	<b>17,4</b>	<b>42,6</b>	<b>38,4</b>	<b>50,5</b>	<b>56,7</b>	<b>59,2</b>	<b>57,0</b>	
Paraná	7,4	16,4	16,3	19,0	22,1	25,3	23,3	
Santa Catarina	3,4	9,0	8,1	10,3	12,0	11,6	11,7	
Rio Grande do Sul	6,6	17,3	14,1	21,1	22,6	22,3	21,9	
<b>Centro-Oeste</b>	<b>16,8</b>	<b>29,7</b>	<b>32,4</b>	<b>38,1</b>	<b>55,2</b>	<b>57,1</b>	<b>50,2</b>	
Mato Grosso do Sul	3,1	5,2	5,8	6,9	8,2	10,6	10,0	
Mato Grosso	9,5	17,2	18,2	21,7	32,5	32,2	27,6	
Goiás	4,1	7,1	8,1	9,3	14,1	14,0	12,3	
Distrito Federal	0,1	0,2	0,2	0,3	0,4	0,4	0,3	
Outros <sup>1</sup>	1,5	1,9	1,1	0,9	1,5	1,1	5,0	

Fonte: MDIC/Secex, BC

1/ Referem-se a operações não classificadas regionalmente.

**Tabela A.4.3 – Importações - FOB**

Discriminação	Peso (2023)	2019	2020	2021	2022	2023	2024	US\$ bilhões
<b>Brasil</b>	<b>100,0</b>	<b>185,9</b>	<b>158,8</b>	<b>219,4</b>	<b>272,6</b>	<b>240,8</b>	<b>262,9</b>	
<b>Norte</b>	<b>7,1</b>	<b>12,7</b>	<b>12,0</b>	<b>16,5</b>	<b>19,3</b>	<b>17,1</b>	<b>20,3</b>	
Rondônia	0,5	1,0	0,6	0,6	0,7	1,1	1,4	
Acre	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Amazonas	5,2	10,2	9,7	13,2	14,2	12,6	16,1	
Roraima	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	
Pará	0,8	1,2	1,2	1,5	2,7	1,9	2,1	
Amapá	0,5	0,1	0,2	0,4	0,8	1,1	0,5	
Tocantins	0,1	0,2	0,3	0,6	0,9	0,3	0,1	
<b>Nordeste</b>	<b>11,2</b>	<b>21,5</b>	<b>15,5</b>	<b>25,2</b>	<b>34,5</b>	<b>26,9</b>	<b>28,7</b>	
Maranhão	2,0	3,6	2,0	4,2	7,5	4,9	4,0	
Piauí	0,2	0,3	0,3	0,5	0,2	0,5	0,3	
Ceará	1,3	2,4	2,4	3,9	4,9	3,2	3,0	
Rio Grande do Norte	0,3	0,2	0,2	0,3	0,4	0,7	0,6	
Paraíba	0,5	0,6	0,5	0,6	1,0	1,1	1,5	
Pernambuco	2,9	6,2	4,4	6,6	7,9	7,1	7,4	
Alagoas	0,3	0,7	0,7	0,8	0,8	0,7	0,9	
Sergipe	0,1	0,7	0,2	0,2	0,4	0,2	0,4	
Bahia	3,5	6,9	5,0	8,1	11,4	8,5	10,7	
<b>Sudeste</b>	<b>51,0</b>	<b>99,5</b>	<b>85,9</b>	<b>109,2</b>	<b>133,9</b>	<b>122,9</b>	<b>134,7</b>	
Minas Gerais	6,4	9,2	8,3	13,1	17,6	15,5	17,0	
Espírito Santo	4,1	5,8	5,1	6,5	9,5	9,8	13,9	
Rio de Janeiro	10,7	20,5	18,5	22,4	25,4	25,8	27,9	
São Paulo	29,8	64,0	54,1	67,2	81,5	71,8	75,9	
<b>Sul</b>	<b>25,2</b>	<b>41,7</b>	<b>35,6</b>	<b>53,6</b>	<b>67,4</b>	<b>60,7</b>	<b>66,3</b>	
Paraná	7,6	14,4	11,9	17,0	22,4	18,2	19,6	
Santa Catarina	12,0	16,9	16,1	24,9	29,0	28,8	33,8	
Rio Grande do Sul	5,7	10,3	7,6	11,7	16,0	13,8	13,0	
<b>Centro-Oeste</b>	<b>5,5</b>	<b>9,2</b>	<b>8,4</b>	<b>14,9</b>	<b>17,5</b>	<b>13,2</b>	<b>12,8</b>	
Mato Grosso do Sul	1,2	2,4	1,9	2,6	3,3	3,0	2,8	
Mato Grosso	1,3	2,0	1,8	3,1	5,8	3,2	2,7	
Goiás	2,0	3,6	3,3	5,6	6,0	4,9	5,6	
Distrito Federal	0,9	1,1	1,3	3,6	2,4	2,2	1,6	
Outros <sup>1</sup>	0,0	1,5	1,5	0,0	0,0	0,0	0,0	

Fonte: MDIC/Secex, BC

1/ Referem-se a operações não classificadas regionalmente.

**Tabela A.4.4 – Saldo comercial - FOB**

Discriminação	2019	2020	2021	2022	2023	2024	US\$ bilhões
<b>Brasil</b>	<b>35,2</b>	<b>50,4</b>	<b>61,4</b>	<b>61,5</b>	<b>98,9</b>	<b>74,2</b>	
<b>Norte</b>	<b>8,8</b>	<b>12,7</b>	<b>18,2</b>	<b>9,2</b>	<b>12,3</b>	<b>9,4</b>	
Rondônia	0,3	0,8	1,1	1,6	1,5	1,2	
Acre	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	
Amazonas	-9,4	-8,9	-12,4	-13,3	-11,7	-15,2	
Roraima	0,1	0,2	0,3	0,4	0,3	0,3	
Pará	16,6	19,4	28,0	18,8	20,4	20,9	
Amapá	0,1	0,1	-0,1	-0,6	-1,0	-0,4	
Tocantins	0,9	1,1	1,2	2,2	2,7	2,4	
<b>Nordeste</b>	<b>-4,6</b>	<b>0,6</b>	<b>-4,0</b>	<b>-6,8</b>	<b>-2,0</b>	<b>-3,5</b>	
Maranhão	0,0	1,4	0,2	-1,8	0,6	1,6	
Piauí	0,3	0,3	0,3	1,4	1,1	1,1	
Ceará	-0,1	-0,6	-1,1	-2,6	-1,1	-1,6	
Rio Grande do Norte	0,2	0,2	0,2	0,3	0,1	0,5	
Paraíba	-0,4	-0,4	-0,5	-0,9	-0,9	-1,3	
Pernambuco	-4,8	-2,8	-4,5	-5,4	-5,0	-5,3	
Alagoas	-0,3	-0,2	-0,3	-0,2	0,2	0,0	
Sergipe	-0,7	-0,1	-0,1	-0,2	0,1	0,0	
Bahia	1,2	2,9	1,9	2,6	2,8	1,2	
<b>Sudeste</b>	<b>9,0</b>	<b>10,5</b>	<b>26,3</b>	<b>30,5</b>	<b>45,1</b>	<b>35,2</b>	
Minas Gerais	15,9	18,1	25,3	22,6	24,7	25,0	
Espírito Santo	1,3	-0,1	3,3	-0,4	-0,3	-3,2	
Rio de Janeiro	7,2	4,2	10,9	20,2	20,9	17,8	
São Paulo	-15,4	-11,6	-13,2	-11,9	-0,3	-4,5	
<b>Sul</b>	<b>1,0</b>	<b>2,9</b>	<b>-3,2</b>	<b>-10,7</b>	<b>-1,5</b>	<b>-9,4</b>	
Paraná	2,0	4,4	2,1	-0,3	7,1	3,8	
Santa Catarina	-8,0	-8,0	-14,6	-17,0	-17,2	-22,1	
Rio Grande do Sul	6,9	6,5	9,4	6,6	8,5	9,0	
<b>Centro-Oeste</b>	<b>20,6</b>	<b>24,0</b>	<b>23,2</b>	<b>37,8</b>	<b>43,9</b>	<b>37,4</b>	
Mato Grosso do Sul	2,8	3,9	4,3	4,9	7,7	7,2	
Mato Grosso	15,2	16,4	18,5	26,7	29,0	24,9	
Goiás	3,5	4,8	3,7	8,2	9,1	6,7	
Distrito Federal	-0,9	-1,2	-3,3	-2,0	-1,8	-1,3	
Outros <sup>1</sup>	0,4	-0,3	0,9	1,5	1,1	5,0	

Fonte: MDIC/Secex, BC

1/ Referem-se a operações não classificadas regionalmente.

**Tabela A.5.1 – Resumo dos indicadores de inflação - 2024**

Discriminação	Peso	IPCA	Média de núcleos	Alimentação no domicílio	Bens Industriais	Serviços	Variação % Administrados
<b>Brasil</b>	100,0	<b>4,83</b>	<b>4,34</b>	<b>8,22</b>	<b>2,89</b>	<b>4,77</b>	<b>4,66</b>
<b>Norte</b>	4,45	<b>4,73</b>	<b>4,02</b>	<b>8,89</b>	<b>2,86</b>	<b>4,02</b>	<b>4,02</b>
Rio Branco	0,51	4,92	4,01	9,00	1,53	4,89	6,43
Belém	3,94	4,70	4,03	8,87	3,07	3,90	3,75
<b>Nordeste</b>	15,79	<b>4,83</b>	<b>4,27</b>	<b>6,79</b>	<b>2,51</b>	<b>5,08</b>	<b>5,38</b>
São Luís	1,62	6,51	5,00	9,57	2,99	5,52	9,06
Aracaju	1,03	4,81	4,46	5,07	2,33	5,57	5,91
Fortaleza	3,23	4,90	4,52	8,10	3,22	5,29	3,80
Recife	3,92	4,36	3,84	5,97	2,14	4,80	4,94
Salvador	5,99	4,65	4,27	5,85	2,23	4,97	5,54
<b>Sudeste</b>	53,26	<b>5,10</b>	<b>4,59</b>	<b>9,43</b>	<b>3,06</b>	<b>5,06</b>	<b>4,47</b>
Belo Horizonte	9,69	5,95	5,11	8,51	3,16	5,62	7,35
Grande Vitória	1,86	4,25	4,21	7,63	1,75	4,63	4,37
Rio de Janeiro	9,43	4,68	4,17	8,70	2,15	4,80	4,20
São Paulo	32,28	5,01	4,56	10,06	3,33	5,01	3,66
<b>Sul</b>	16,70	<b>3,98</b>	<b>3,99</b>	<b>5,12</b>	<b>2,66</b>	<b>4,27</b>	<b>4,22</b>
Curitiba	8,09	4,43	4,02	7,46	3,16	4,42	3,95
Porto Alegre	8,61	3,56	3,85	2,90	2,13	4,14	4,46
<b>Centro-Oeste</b>	9,80	<b>4,80</b>	<b>4,08</b>	<b>9,88</b>	<b>2,64</b>	<b>3,78</b>	<b>5,55</b>
Campo Grande	1,57	5,07	4,05	11,29	2,02	5,00	4,29
Goiânia	4,17	5,56	4,23	10,65	4,08	4,68	5,13
Brasília	4,06	3,92	3,92	7,85	1,04	2,76	6,48

Fontes: IBGE e BC

**Tabela A.5.2 – IPCA**

Discriminação	Peso <sup>1</sup>	Variação % anual					
		2019	2020	2021	2022	2023	2024
<b>Brasil</b>	<b>100,0</b>	<b>4,31</b>	<b>4,52</b>	<b>10,06</b>	<b>5,79</b>	<b>4,62</b>	<b>4,83</b>
<b>Norte</b>	<b>4,45</b>	<b>5,35</b>	<b>4,79</b>	<b>8,50</b>	<b>5,59</b>	<b>4,80</b>	<b>4,73</b>
Rio Branco	0,51	3,81	6,12	11,42	5,72	4,62	4,92
Belém	3,94	5,51	4,61	8,13	5,57	4,83	4,70
<b>Nordeste</b>	<b>15,79</b>	<b>4,12</b>	<b>5,08</b>	<b>10,53</b>	<b>6,02</b>	<b>3,91</b>	<b>4,83</b>
São Luís	1,62	4,28	5,70	9,89	6,09	1,69	6,51
Aracaju	1,03	4,10	4,15	10,15	6,02	3,95	4,81
Fortaleza	3,23	5,01	5,76	10,62	5,76	4,88	4,90
Recife	3,92	3,71	5,68	10,40	5,79	3,17	4,36
Salvador	5,99	3,93	4,31	10,80	6,27	4,47	4,65
<b>Sudeste</b>	<b>53,26</b>	<b>4,35</b>	<b>4,46</b>	<b>9,48</b>	<b>6,21</b>	<b>4,86</b>	<b>5,10</b>
Belo Horizonte	9,69	4,20	5,00	9,58	4,65	5,05	5,95
Grande Vitória	1,86	3,29	5,13	11,50	5,04	5,10	4,25
Rio de Janeiro	9,43	4,07	4,07	8,57	6,64	4,30	4,68
São Paulo	32,28	4,58	4,37	9,59	6,62	4,95	5,01
<b>Sul</b>	<b>16,70</b>	<b>4,02</b>	<b>4,09</b>	<b>11,84</b>	<b>4,42</b>	<b>4,41</b>	<b>3,98</b>
Curitiba	8,09	3,96	3,94	12,75	5,25	4,17	4,43
Porto Alegre	8,61	4,08	4,23	10,99	3,63	4,63	3,56
<b>Centro-Oeste</b>	<b>9,80</b>	<b>4,20</b>	<b>4,36</b>	<b>10,01</b>	<b>5,45</b>	<b>4,67</b>	<b>4,80</b>
Campo Grande	1,57	4,65	6,84	10,93	5,18	4,76	5,07
Goiânia	4,17	4,36	4,34	10,30	4,77	3,83	5,56
Brasília	4,06	3,75	3,43	9,36	6,25	5,51	3,92

Fontes: IBGE e BC

<sup>1</sup> Pesos regionais na estrutura do IPCA baseada na POF 2017/2018, a partir de 2020.

**Tabela A.5.3 – IPCA e segmentos**

IPCA	Peso	Variação % anual					
		2019	2020	2021	2022	2023	2024
<b>Brasil</b>	100,0	<b>4,31</b>	<b>4,52</b>	<b>10,06</b>	<b>5,79</b>	<b>4,62</b>	<b>4,83</b>
Média dos núcleos	-	3,18	2,80	7,42	9,12	4,34	4,34
Alimentação no domicílio	13,48	7,82	18,16	8,23	13,21	<b>-0,52</b>	8,22
Bens industriais	23,25	1,69	3,18	12,00	9,59	1,10	2,89
Industriais núcleo	15,51	1,93	2,26	8,71	14,00	2,34	2,39
Serviços	37,13	3,52	1,73	4,75	7,58	6,22	4,77
Serviços subjacente	21,53	3,55	2,55	5,91	8,91	4,82	5,84
Administrados	26,14	5,53	2,63	16,90	<b>-3,83</b>	9,12	4,66
<b>Norte</b>	100	<b>5,35</b>	<b>4,79</b>	<b>8,50</b>	<b>5,59</b>	<b>4,80</b>	<b>4,73</b>
Média dos núcleos	-	3,81	2,13	6,09	8,31	4,23	4,02
Alimentação no domicílio	18,97	8,92	20,03	4,08	12,08	<b>-1,47</b>	8,89
Bens industriais	26,96	2,20	1,74	7,17	10,47	2,01	2,86
Industriais núcleo	21,26	2,81	0,97	5,23	12,36	2,50	2,88
Serviços	27,02	4,07	1,09	4,33	5,89	6,77	4,02
Serviços subjacente	16,76	4,01	1,43	5,03	7,18	5,17	5,06
Administrados	27,05	6,35	0,83	17,71	<b>-3,94</b>	11,22	4,02
<b>Nordeste</b>	100	<b>4,12</b>	<b>5,08</b>	<b>10,53</b>	<b>6,02</b>	<b>3,91</b>	<b>4,83</b>
Média dos núcleos	-	3,14	2,83	7,46	9,10	3,73	4,27
Alimentação no domicílio	15,56	6,86	18,38	10,80	12,17	<b>-1,64</b>	6,79
Bens industriais	24,76	0,96	2,34	9,70	10,90	1,14	2,51
Industriais núcleo	18,60	1,26	1,54	7,59	14,05	1,49	2,50
Serviços	33,50	3,17	2,28	4,88	7,04	5,68	5,08
Serviços subjacente	19,52	2,85	3,01	5,58	8,46	4,24	5,46
Administrados	26,18	6,24	3,35	18,29	<b>-3,29</b>	8,59	5,38
<b>Sudeste</b>	100	<b>4,35</b>	<b>4,46</b>	<b>9,48</b>	<b>6,21</b>	<b>4,86</b>	<b>5,10</b>
Média dos núcleos	-	3,48	2,89	7,10	9,12	4,59	4,59
Alimentação no domicílio	12,61	7,85	18,26	7,95	13,47	0,24	9,43
Bens industriais	21,77	1,83	3,74	13,25	9,18	1,06	3,06
Industriais núcleo	13,92	2,02	2,97	9,70	14,73	2,58	2,28
Serviços	39,80	3,60	1,66	4,53	8,01	6,29	5,06
Serviços subjacente	23,00	3,80	2,25	5,62	9,33	5,15	6,16
Administrados	25,82	5,64	2,65	14,67	<b>-2,64</b>	9,10	4,47
<b>Sul</b>	100	<b>4,02</b>	<b>4,09</b>	<b>11,84</b>	<b>4,42</b>	<b>4,41</b>	<b>3,98</b>
Média dos núcleos	-	3,09	2,78	8,82	8,02	3,85	3,99
Alimentação no domicílio	13,70	7,29	17,20	7,89	14,21	<b>-1,00</b>	5,12
Bens industriais	25,07	1,69	2,91	12,76	8,93	0,79	2,66
Industriais núcleo	16,11	2,06	2,14	9,95	12,07	2,66	2,63
Serviços	34,72	3,38	1,52	5,68	6,55	5,96	4,27
Serviços subjacente	19,99	3,20	3,06	7,46	7,58	4,39	5,58
Administrados	26,51	5,04	1,81	21,35	<b>-7,18</b>	9,66	4,22
<b>Centro-Oeste</b>	100	<b>4,20</b>	<b>4,36</b>	<b>10,01</b>	<b>5,45</b>	<b>4,67</b>	<b>4,80</b>
Média dos núcleos	-	3,27	2,74	6,62	9,29	4,13	4,08
Alimentação no domicílio	11,98	10,68	17,43	8,20	13,11	<b>-0,91</b>	9,88
Bens industriais	24,11	1,33	2,48	9,81	9,88	1,00	2,64
Industriais núcleo	15,56	1,95	1,26	5,87	14,66	2,14	2,07
Serviços	37,16	3,55	1,92	4,54	8,04	6,87	3,78
Serviços subjacente	21,58	3,52	3,22	5,87	9,78	4,36	5,32
Administrados	26,75	4,03	3,60	18,62	<b>-4,88</b>	8,23	5,55

Fontes: IBGE e BC

<sup>1</sup> Pesos regionais na estrutura do IPCA baseada na POF 2017/2018, a partir de 2020.

# Administração do Banco Central do Brasil

Diretoria Colegiada

**Gabriel Muricca Galípolo**

Presidente

**Ailton de Aquino Santos**

Diretor de Fiscalização

**Diogo Abry Guillen**

Diretor de Política Econômica

**Gilneu Francisco Astolfi Vivan**

Diretor de Regulação

**Izabela Moreira Correa**

Diretora de Relacionamento, Cidadania e Supervisão de Conduta

**Nilton José Schneider David**

Diretor de Política Monetária

**Paulo Picchetti**

Diretor de Assuntos Internacionais e de Gestão de Riscos Corporativos

**Renato Dias de Brito Gomes**

Diretor de Organização do Sistema Financeiro e de Resolução

**Rodrigo Alves Teixeira**

Diretor de Administração

## Siglas

<b>a.a.</b>	Ao ano
<b>BC</b>	Banco Central do Brasil
<b>BNDES</b>	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
<b>BR</b>	Boletim Regional
<b>CNPJ</b>	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
<b>Depec</b>	Departamento Econômico
<b>EGAER</b>	Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos
<b>FBCF</b>	Formação Bruta de Capital Fixo
<b>IBCR</b>	Índice de Atividade Econômica Regional
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>IPCA</b>	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
<b>LSPA</b>	Levantamento Sistemático da Produção Agrícola
<b>Novo Caged</b>	Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
<b>p.p.</b>	Pontos percentuais
<b>PEAC</b>	Programa Emergencial de Acesso ao Crédito
<b>PF</b>	Pessoa Física
<b>PIB</b>	Produto Interno Bruto
<b>PIT</b>	População em idade de trabalhar
<b>PJ</b>	Pessoa jurídica
<b>PMC</b>	Pesquisa Mensal do Comércio
<b>PMS</b>	Pesquisa Mensal de Serviços
<b>PNAD</b>	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
<b>PNAD Contínua</b>	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
<b>RMPA</b>	Região Metropolitana de Porto Alegre
<b>RPM</b>	Relatório de Política Monetária
<b>RS</b>	Rio Grande do Sul
<b>SCR</b>	Sistema de Informações de Crédito
<b>SGS</b>	Sistema Gerenciador de Séries Temporais
<b>UF</b>	Unidade de Fomento
<b>VAB</b>	Valor Adicionado Bruto

